

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
CENTRO DE ESTUDOS GERAIS  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

# *Elas por elas*

*Trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda  
Brasil – anos 1960-1980*

**NATALIA DE SOUZA BASTOS**

Orientadora: Prof (a). Dr (a). Denise Rollemberg

Niterói

*Folha de aprovação*

Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda  
Brasil- anos 1960-1980

Natalia de Souza Bastos

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre.

**Aprovada por:**

---

Profa. Dra. Denise Rollemberg (UFF) - orientadora

---

Prof. Dr. Daniel Aarão Reis Filho (UFF)

---

Profa. Dra. Beatriz Kushnir (Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro)

**Suplentes:**

---

Prof. Dra. Laura Maciel (UFF)

---

Profa. Dra. Maria Paula Araújo (UFRJ)

Niterói  
2007

**B327 Bastos, Natalia de Souza.**

Elas por elas: trajetórias de uma geração de mulheres de esquerda. Brasil - anos 1960 - 1980 / Natalia de Souza Bastos. – 2007.

138 f.

**Orientador: Denise Rollemberg Cruz.**

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense,  
Departamento de História, 2007.

Bibliografia: f. 132-138.

1. Mulheres na política. 2. Feminismo. 3. Esquerda (Política) – Brasil. 4. Ditadura – Brasil. 5. Brasil – 1964 - 1985. I. Cruz, Denise Rollemberg. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

*À minha mãe Angela*

# *Agradecimentos*

Foram dois anos de muito aprendizado... Cresci tanto como historiadora quanto como pessoa... Novas descobertas, novas amizades. Tantos questionamentos... Mas a melhor hora vem agora: trabalho concluído, agradecimentos merecidos!

Primeiramente, gostaria de agradecer à professora Denise Rollemberg, orientadora da pesquisa, cuja generosidade, dedicação e acolhida foram essenciais para a realização da dissertação. Obrigada, Denise, por me ouvir e agüentar minhas dúvidas. Quantas vezes você me *escutou!* Minha admiração vai além de seus apaixonantes textos. Professora, orientadora, conselheira, ouvinte, amiga... Como eram produtivos, esclarecedores e divertidos os nossos encontros de orientação de pesquisa... Além de deliciosos, graças aos bolos de Samuel. Enfim, conseguimos! Essa vitória também é sua.

Aos coordenadores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, onde fui muito bem acolhida na nova casa que escolhi para dar continuidade aos meus estudos.

Ao professor Jorge Ferreira os ensinamentos, os conselhos e a imensa força nos momentos de dúvida e crise em relação ao andamento da pesquisa.

Aos professores Daniel Aarão Reis Filho, Samantha Viz Quadrat e Beatriz Kushnir pelas leituras atentas e imensas contribuições.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e da Biblioteca Nacional. Obrigada pela boa vontade, atenção e simpatia.

Às professoras Maria Lygia Quartim de Moraes e Glória Ferreira por dividirem comigo histórias fascinantes.

Aos amigos Cláudia Paixão, Gustavo Ferreira, Maika Carocha, Tatiana Bulhões, Flávia Cópio, Araci Alves, Luigi Bonafé, Leandro Meliglorini, Jaqueline Nobre, Renata Moraes, Queli Ribeiro, Mônica Jansen, Regina Peralta, Alessandra Magalhães, Sueli Bonafé, fundamentais nos momentos de “neura” e de inferno astral ao longo dos dois anos.

Aos meus professores da academia Daniel Cardoso e Jaqueline Santos pelos alongamentos e massagens que tanto aliviaram as terríveis dores nas costas causadas pelas longas horas sentada escrevendo.

Aos meus pais Angela e Jesse e meu irmão Leonardo por todo apoio. Obrigada, mãe, por sempre acreditar nos meus ideais e incentivá-los. Só você para me acalmar nos momentos desconcertantes. O carinho e o constante cuidado de vocês são inexplicáveis.

## *Resumo*

A dissertação tem como objeto de investigação a trajetória política de uma geração de mulheres que se envolveu com o projeto político das esquerdas revolucionárias e que, após a sua derrota, o redefiniu a partir do debate da especificidade da questão feminina. A pesquisa é, portanto, uma tentativa de reflexão do debate surgido, em meados dos anos 1970, entre as ex-militantes das esquerdas revolucionárias acerca de novas reflexões políticas e da valorização de conceitos como a democracia e a especificidade da questão da mulher na sociedade brasileira.

## *Abstract*

This dissertation aims towards the investigation of the political mission of a generation of women which was involved with the political project of the revolutionary left. After its defeat, the project was redefined based on the question of the feminine specificity. This research is thus, an attempt to reflect the discussion which emerged, in the mid 1970s, among the ex-militants from the revolutionary left on new political thoughts and on increase value of concepts such as, democracy and the issue of the woman in the Brazilian society.

## *Sumário*

Muitas idéias na cabeça	10
Continuo sonhando, <i>apesar de você...</i>	20
Iara	31

### **Capítulo I**

<u>Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo</u>	37
Não confie em ninguém com mais de trinta anos de idade	40
As belas entre as feras...	43
Ângela	59

### **Capítulo II**

<u>O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio</u>	62
--	----

### **Capítulo III**

<u><i>Nós mulheres</i>, em busca de um outro Brasil</u>	85
<i>Brasil Mulher e Nós Mulheres</i> : a imprensa feminista alternativa	90
As origens do <i>Brasil Mulher</i> e do <i>Nós Mulheres</i>	96
Pelas páginas da imprensa feminista: sexualidade, trabalho e anistia	108
<i>Mamãe eu quero votar e mamar</i> : manifestações públicas feministas no Rio de Janeiro e em São Paulo (1975-1985)	114
Umas e outras histórias... E mais algumas...	116
Dia Internacional da Mulher: estudo de um ritual político	120
Elas por elas	130
Fontes e referências bibliográficas	132

## *Muitas idéias na cabeça*

A década de 1960 foi marcada por intensa agitação cultural e política em todo o mundo fazendo emergir os questionamentos sobre a estrutura da sociedade, o modelo econômico capitalista, os costumes, os padrões da estrutura familiar, do casamento como instituição e dos relacionamentos entre os indivíduos. No Brasil, este movimento de intervenção e transformação da realidade social caracterizou-se por propostas tanto de cunho revolucionário, que propunham uma ruptura com o capitalismo, quanto de cunho reformista<sup>1</sup>. Este é um período em que se observou uma intensa preocupação e mobilização da sociedade em intervir na realidade política e social do país. Sob esta perspectiva, considero que os limites entre o espaço público e o privado eram muito tênues, as atividades políticas confundiam-se com as atividades pessoais cotidianas. As agitações sociais alcançavam os trabalhadores urbanos e rurais, assalariados e posseiros, estudantes e graduados das forças armadas, configurando uma redefinição do projeto nacional-estatista, que passaria a incorporar uma ampla - e inédita - participação popular<sup>2</sup>. Os anos 1960 são considerados por muitos estudiosos o período da história recente mais assinalado pela convergência entre política, cultura, vida pública e privada na sociedade brasileira.

Cinema Novo, minissaia, pílula anticoncepcional, Tropicalismo, amor livre, Teatro de Arena e Oficina. Na música, no teatro, no cinema e nas artes plásticas esta efervescência cultural e política mobilizava diversos setores da classe média dos grandes centros urbanos em torno do debate dos problemas socioeconômicos brasileiros. Os setores intelectualizados da sociedade brasileira, com destaque para os estudantes, mobilizaram-se pela transformação da realidade social, orientados em seus projetos pela utopia revolucionária<sup>3</sup>. A organização de um amplo movimento cultural didático–conscientizador alastrava-se por todo o país, numa série de grupos e pequenas instituições que surgiam vinculadas a governos estaduais e municipais, além daqueles estruturados pelo movimento estudantil. No Rio de Janeiro, o Centro Popular de Cultura (CPC), ligado a UNE, organizou por todo o país atividades conscientizadoras

---

<sup>1</sup> Destaque para o projeto das Reformas de Base do governo do presidente João Goulart que recebeu apoio do Partido Comunista Brasileiro.

<sup>2</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

<sup>3</sup> Sobre o assunto, ver RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

junto às classes populares. A Ação Popular criou o Plano Nacional de Alfabetização (PNA), onde muitos universitários participaram do projeto de alfabetização dos trabalhadores nos principais centros urbanos. No campo, o movimento das Ligas Camponesas alcançou grande repercussão em todo o Brasil, mobilizando a sociedade num debate político nacional acerca do velho tabu da reforma agrária. Em Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular (MCP) estruturou núcleos de alfabetização em favelas e bairros pobres. Destacou-se também o novo método de alfabetização desenvolvido por Paulo Freire, em que colocou a palavra política no comando do processo alfabetizador, a fim de desenvolver a auto-consciência da situação vivida pelas populações marginalizadas.

Segmentos de orientações políticas divergentes disputavam o apoio popular e levavam milhares de pessoas às ruas em defesa de seus projetos<sup>4</sup>. A respeito da conjuntura política brasileira no início dos anos 1960, Denise Rollemberg ressalta que o Brasil:

“(…) conheceu um dos momentos da história (...) de maior participação política da sociedade, organizada e atuante em diversos níveis, num embate radicalizado. Instituições, associações, manifestações atuavam em função de projetos e propostas de esquerda, mas igualmente de direita, que também alcançavam simpatias e adesões de parcelas significativas da sociedade.”<sup>5</sup>

Com a ascensão do novo regime em abril de 1964, contudo, os rumos da política foram modificados de forma drástica. A vitória do golpe civil-militar<sup>6</sup> de 1964 reforçou as críticas ao Partido Comunista Brasileiro apontado como o responsável pela desmobilização dos trabalhadores no momento do golpe. Uma parcela da esquerda brasileira questionava antes mesmo do golpe, a aproximação do PCB com o movimento trabalhista, criticando as atenções voltadas para o projeto reformista e o abandono das

---

<sup>4</sup> De um lado as grandiosas manifestações organizadas por setores conservadores como As Marchas da Família com Deus pela Liberdade, e de outro representantes do movimento reformista (trabalhistas, comunistas, nacionalistas) e a intensa campanha em torno do projeto de reformas de base do governo Goulart. Sobre a atuação dos setores conservadores neste período ver: PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade e o Golpe de 1964*. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2004.

<sup>5</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida (orgs). *O Brasil Republicano*. O tempo da ditadura. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 47.

<sup>6</sup> René Dreifuss classifica o golpe de 64 como golpe civil-militar, uma vez que contou com o apoio de parte expressiva da sociedade. ROLLEMBERG, Denise. Op.Cit.

perspectivas revolucionárias de transformação da sociedade. Estes grupos comunistas discordavam desta perspectiva e procuravam resgatar os ideais revolucionários abandonados pelo partido<sup>7</sup>. Logo, o movimento golpista corroborava para a ruptura com o PCB e incitava a estruturação das organizações de esquerda revolucionária. Nesse período várias organizações/partidos políticos foram estruturados em oposição ao projeto revolucionário proposto pelo Partidão. Segundo Daniel Aarão, a organização destes grupos recuperava os preceitos marxistas-leninistas: a inevitabilidade da revolução, a missão revolucionária do proletariado, a importância do partido de vanguarda no processo revolucionário, o elogio ao intelectual revolucionário.<sup>8</sup> Este sistema de referências que orientaram as pautas de comportamento, atitudes e valores dos militantes da esquerda revolucionária<sup>9</sup>, sofreu um intenso processo de críticas e reavaliações na década de 1970. As vitórias das revoluções Cubana e Chinesa influenciavam as organizações de esquerda na elaboração da revolução brasileira. O projeto foquista adaptava a revolução para a realidade latino-americana, enquanto o maoísmo adaptava a revolução num país com forte tradição rural<sup>10</sup>.

A censura e a repressão do regime fizeram com que as idéias que inspiraram a mobilização social pelas transformações seja pela via revolucionária ou reformista, encontrassem novas formas de existência. Clandestinidade, tortura, prisão e exílio estavam no cotidiano dos militantes de esquerda.

Em todo o mundo intelectuais, estudantes e militantes se mobilizavam elaborando estratégias de enfrentamento dos diferentes mecanismos de repressão política, ideológica e cultural.

---

<sup>7</sup> De acordo com Daniel Aarão Reis Filho, o questionamento quanto ao projeto revolucionário e à prática da luta armada, no que diz respeito ao Partido Comunista Brasileiro, viria desde 1952 com a Resolução Política: “A Unidade e a Organização da Classe Operária”, em que era formulada uma nova orientação para o movimento sindical, criticando as apreciações esquerdistas e as atividades negativistas em relação às lutas por conquistas parciais, assim como subestimação do trabalho sindical. O partido continuava a defender um aspecto legalista que o caracterizou desde 1946, ou seja, a chegada ao poder pelo voto e não pela revolução. REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo. Brasiliense, 1990.p. 84.

<sup>8</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, Op.cit, 1990. .

<sup>9</sup> Daniel Aarão designa de Esquerda Revolucionária as organizações e partidos clandestinos que surgiram no Brasil no período de 1961 a 1970 em oposição e como alternativa ao Partido Comunista Brasileiro e que se comprometiam a dirigir as lutas sociais e políticas almejando o fim da exploração social, da dominação do capital externo e da construção de uma sociedade socialista. REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira de (orgs.), *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2. ed, São Paulo, Expressão Popular, 2006.

<sup>10</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op.Cit.

Se na Europa e nos Estados Unidos o movimento feminista apareceu destacadamente no início da década de 1960, no Brasil isto ocorreu somente a partir de meados dos anos 1970. Neste período encontramos uma rearticulação dos grupos, partidos e organizações que buscavam a inserção na vida política brasileira, clamando por legalidade e procurando espaços abertos e públicos de atuação. Organizou-se um novo conjunto de grupos políticos desvinculado do projeto de luta armada, entremeados por novos debates acerca da estratégia de enfrentamento da ditadura civil-militar.

O ano de 1975, instituído como o Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas (ONU), foi um marco na história do feminismo brasileiro. Vários eventos foram realizados ao longo de 1975, destacando-se o encontro realizado no Rio de Janeiro, promovido pela ONU e pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI), que resultou na criação do Centro da Mulher Brasileira. Ainda neste ano foi fundado o jornal feminista *Brasil Mulher*, representante da Sociedade Brasil Mulher, e em 1976 o *Nós Mulheres*, por sua vez porta voz da Associação de Mulheres. Foram estas organizações que fomentaram a estruturação, pelo país afora, de vários grupos de “autoconsciência” que discutiam as questões específicas da mulher relacionadas à sexualidade, saúde, trabalho e política<sup>11</sup>. Um dado importante é que estes grupos<sup>12</sup> se estruturaram no período pós-luta armada, período marcado pela crítica ao modelo tradicional de fazer política, incluindo uma valorização da democracia. Neste contexto, destacam-se a ênfase nos assuntos ligados à subjetividade e ao indivíduo, o que sugere a politização do cotidiano e das relações pessoais, assim como a afirmação das experiências particulares de vida. Buscaram-se novas formas de expressão e mobilização, criticando as relações verticalizadas, hierarquizadas e burocratizadas, tão presentes na prática dos grupos de esquerda brasileiros. Sobre a atuação e a prática desta “esquerda alternativa”, Maria Paula Araújo destaca que:

“Esses movimentos criticavam a noção de representação política (representação partidária ou sindical), alegando que as formas de

---

<sup>11</sup> Para uma melhor compreensão da história do movimento feminista brasileiro, enfatizando a formação e atuação das organizações a partir de 1975 ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. e GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: tese de mestrado. IFCS / UFRJ, 1987.

<sup>12</sup> Além do movimento feminista, neste contexto, destacam-se os movimentos homossexual e negro, além dos grupos da imprensa alternativa. Sobre este assunto ver: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

representação mais gerais diluíam as especificidades dos grupos minoritários. Valorizam o ‘falar em nome próprio’ de uma condição particular específica de vida e de opressão (...), criticavam uma noção de sujeito político distinta da idéia do ‘sujeito universal’ presente, de modo geral, tanto no liberalismo quanto no marxismo; fazendo aflorar, na cena política dos anos 1970, identidades fragmentadas que buscavam formas de expressão.”<sup>13</sup>

Os grupos feministas não eram homogêneos no sentido de orientação política. Deles participavam mulheres ligadas ou não às organizações de esquerda. Mas estas militantes tiveram um peso significativo nas diretrizes do movimento, tanto que um dos grandes embates do feminismo brasileiro deste período é a questão da autonomia do grupo em relação aos partidos políticos de esquerda. Sobre a questão Magareth Rago afirma que o feminismo, nesse contexto, procurou orientar-se pela linguagem predominante do país, mas procurando provar como, em cada uma das questões levantadas pelos líderes e partidos políticos, era possível também perceber a dimensão feminina. Através dos conceitos e da linguagem marxista as feministas mobilizavam-se para dar legitimidade às suas reivindicações, para valorizar suas lutas e apresentarem-se como um grupo político importante e digno de confiança<sup>14</sup>. Ao referir-se a influência dos conceitos marxistas no movimento feminista brasileiro, a autora está generalizando esta esquerda. Entretanto, o foco desta pesquisa é a trajetória política das militantes da esquerda revolucionária. Neste sentido a linguagem destes grupos eram baseadas nos preceitos do marxismo-leninismo, ou seja, uma abordagem leninista.

Para a esquerda tradicional, a revolução socialista colocaria um fim à submissão histórica à qual as mulheres estavam submetidas, sendo notória a ausência de qualquer preocupação com a temática por parte das organizações brasileiras. Para muitos militantes, a questão de gênero era uma causa menor; todo o esforço estaria voltado para a revolução socialista, ou ainda, era classificado como um movimento burguês, de *mulheres feias, complexadas, históricas, divisoras do proletariado*<sup>15</sup>. A luta específica

---

<sup>13</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento Op.Cit. p.18.

<sup>14</sup> RAGO, Margareth Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global. In: labrys, estudos feministas. N.3, jan-jul 2003. (on line). Disponível em: [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem). Acesso em 27/03/2005.

<sup>15</sup> Esta questão é consenso dentre as diversas entrevistas realizadas com ex-militantes de esquerda das décadas de 1960-1970. Para ratificar tal afirmação, no documento da Ação Popular Marxista – Lenilista (APML) denominado *Libertação da mulher e revolução socialista*, que fora enviado a todos os organismos de esquerda como documento de organização e discussão do tema, observamos o apelo dos militantes desta organização para uma efetiva discussão entre os comunistas sobre a luta específica das

das mulheres era compreendida pelos companheiros de militância, como uma divisão, um enfraquecimento da luta geral<sup>16</sup>. Para outros, o feminismo era atribuído a um movimento de lésbicas. Nesta discussão é visível a contradição: organizações de esquerda, que desejavam transformar o Brasil pela revolução socialista, clamando por igualdade, reafirmavam estereótipos e preconceitos sexistas presentes na sociedade liberal burguesa.

Para muitas militantes de esquerda os primeiros contatos com o movimento feminista e seus debates aconteceram no exílio, destacando-se a atuação do grupo feminista estruturado em Paris, o Círculo de Mulheres Brasileiras. Embora não sendo composto exclusivamente por exiladas políticas, este grupo apresentava uma forte presença destas em sua composição. Ao chegarem à Europa, essas mulheres se depararam com um expressivo movimento social que mobilizava milhares de mulheres que saíam às ruas empunhando bandeiras, questionando valores e discutindo nos bares, nas esquinas, universidades, no ambiente de trabalho e mesas de jantar as questões específicas referentes à situação das mulheres, como violência, condições de trabalho e sexualidade. Acompanhando toda a mobilização feminista neste período, um grupo de mulheres ligadas ou próximas às organizações de esquerda<sup>17</sup> rompia com a idéia de que o fim da opressão à mulher viria com o socialismo, e estruturam um grupo em que a temática central era a especificidade da luta feminista.

No início dos anos 1970, antes do Círculo, outros três grupos feministas se formaram no exterior: o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado no Chile em 1972, por Zuleika Alambert, antiga militante do PCB, um pequeno grupo de “autoconsciência” criado por Branca Moreira Alves em Berkeley, Estados Unidos e o grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado em Paris em 1972, responsável pela edição do periódico *Nosotras*.<sup>18</sup>

---

mulheres. Enfatizando a reduzida experiência prática sobre a temática e o seu escasso desenvolvimento teórico, o documento critica a concepção de que a revolução socialista resolveria todas as formas de opressões. “Libertação da mulher só com Revolução Socialista, Revolução Socialista só com a libertação da mulher.” Acervo Ângela Borba, *Libertação da Mulher e Revolução Socialista*. s/ data. APML, série 2, subsérie 2.3, pasta 18, doc 363. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>16</sup> Entrevista com Glória Ferreira concedida a Natalia Bastos, em 11 de agosto de 2005, Rio de Janeiro.

<sup>17</sup> Apesar de o Círculo não se posicionar exclusivamente como um grupo de exiladas, grande parte das mulheres que dele participaram era ou haviam sido militantes ou simpatizantes de organizações políticas brasileiras, ou indivíduos que optaram sair do país por toda atmosfera repressiva imposta pelo regime autoritário. Sobre a atuação do Círculo ver: ROLLEMBERG, Denise. *Exílio entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>18</sup> GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado. IFCS / UFRJ, 1987.

Tanto no Brasil quanto no exílio, o envolvimento das militantes de esquerda com a causa feminista ocorreu no contexto de derrota do projeto político e individual que havia dado uma determinada identidade a estas mulheres. A crise de valores e de identidade lhes proporcionou a ampliação dos debates políticos e o contato com novas temáticas. Este período é definido por Ângela Muniz (militante do Círculo) como um grande questionamento não somente em relação à sua militância política, mas, sobretudo às relações de cotidiano, de casamento e de gênero<sup>19</sup>.

A dissertação tem como objeto de investigação a trajetória política de uma geração de mulheres que se envolveu com o projeto político das esquerdas revolucionárias e que após a derrota deste redefiniram seus projetos políticos a partir do debate da especificidade da questão feminina<sup>20</sup>. Neste período o debate de determinadas temáticas sob outro ângulo, como por exemplo, a questão da *opressão* da mulher, proporcionou um intenso debate no interior das organizações acerca dos caminhos da revolução brasileira. Procurarei evidenciar as rupturas e continuidades na trajetória destas organizações nos anos 1960 e a renovação do debate de determinadas questões políticas após o desmantelamento das organizações pelas forças repressoras e pelo isolamento em relação à sociedade.

Os militantes da esquerda revolucionária estavam organizados e unidos em torno de uma cultura. Elemento de comunhão entre os membros, ela proporciona uma visão comum de mundo, numa leitura partilhada do passado, de uma perspectiva idêntica de futuro, em normas, crenças e valores, apresentando vocabulário, símbolos e gestos próprios compartilhados por eles.

Serge Berstein, ao analisar a funcionalidade do conceito de cultura política pelos historiadores do político, enfatiza que o interesse de identificação de uma determinada cultura política está na possibilidade de compreendermos a complexidade e as motivações que levam o homem a adotar determinado comportamento político. O estudo da cultura política apresenta uma dimensão individual e coletiva. A cultura política faz parte do ser humano, determina as motivações do ato político. E ao mesmo

---

<sup>19</sup> Entrevista com Ângela Muniz concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de maio de 2003, Rio de Janeiro.

<sup>20</sup> Vale ressaltar que esta foi não foi uma opção de todas as militantes destes grupos.

tempo ela é um fenômeno coletivo, partilhado por grupos que se reclamam dos mesmos postulados e que viveram as mesmas experiências<sup>21</sup>.

O nascimento de uma cultura política não é acidental. Ele corresponde às respostas dadas a uma sociedade face aos grandes problemas e às grandes crises de sua história, respostas com fundamento bastante para que se inscrevam na duração e atravessem gerações.<sup>22</sup> Mas a cultura política quando elaborada e difundida, não é um fenômeno imóvel. Ela está em constante transformação. É um corpo vivo que evolui e enriquece-se com variadas contribuições de outras culturas políticas quando elas parecem, trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que incide as idéias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades<sup>23</sup>.

A derrota do projeto político das esquerdas revolucionárias, na medida em que foi colocada em pauta a validade de valores e identidades, trouxe transformação: o abandono de culturas políticas solidamente instaladas ou a adesão a novas formas de cultura política.

Dentre as rupturas e continuidades neste processo de renovação do debate político, é pertinente observarmos que as militantes feministas continuaram a utilizar o termo *opressão* sem nenhuma crítica. Este é um termo muito utilizado pela esquerda dos anos 1960, em que explica a realidade social através da dualidade opressor/oprimido. Apesar de estas mulheres estarem passando por um período de renovação em suas trajetórias políticas, havia uma reprodução do modelo explicativo de pensar a realidade. Se antes o foco era no proletariado oprimido pela burguesia, nos anos 1970 o cerne da questão será a opressão do homem sobre a mulher. Mesmo compreendendo que a questão da mulher não seria resolvida com a vitória da revolução socialista, elas continuaram a utilizar este modelo simplista de explicar as relações sociais, apesar de afirmarem a complexidade da questão que defendiam.

O primeiro capítulo apresenta uma análise da especificidade da participação<sup>24</sup> feminina em organizações da esquerda revolucionária. Trabalhando com História Oral,

---

<sup>21</sup> BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.), *Para uma História Cultural*. Lisboa. Editorial Estampa: 1998. pp.349-363.

<sup>22</sup> Idem, ibdem. A citação é da página 359.

<sup>23</sup> Idem, ibdem.

<sup>24</sup> A militante poderia fazer parte do quadro da organização ou ser simpatizante. O que importa para o nosso estudo, é que esta mulher tenha participado das discussões das organizações revolucionárias, e, sobretudo estava engajada com as questões políticas propostas pela organização.

procurei analisar questões vividas pelas mulheres no cotidiano das organizações, tais como: funções exercidas, divisões hierárquicas, a dedicação integral ao movimento e *a estratégia de tensão máxima*, a dinâmica excludente e antidemocrática das organizações comunistas como elite política detentora do conhecimento da necessidade histórica<sup>25</sup>, a relação com as outras militantes e a crítica ao comportamento feminino nas organizações, o grau de envolvimento com a causa revolucionária e as críticas às orientações da organização a que estavam integradas.

No segundo capítulo, analiso o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris como espaço de inserção e atuação política das brasileiras exiladas no movimento feminista, relacionando a sua estruturação com o processo de transformação política dos grupos brasileiros de esquerda no exílio. Para tanto, utilizo documentos produzidos pelo Círculo que se encontram na Bliothèque Marguerite Durand, em Paris, especializada em documentação sobre mulheres e feminismo; além dos depoimentos orais com participantes do grupo.

O terceiro enfoca o projeto político feminista veiculado pelos jornais alternativos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* como espaço de vivência das descobertas das mulheres militantes no período pós-luta armada, atentando aos procedimentos que elas buscaram para conciliar a questão específica feminina com as lutas gerais da sociedade. Trata-se, portanto, de compreender o principal desafio a que se colocou o movimento feminista brasileiro de fins da década de 1970, qual seja, o de manter a autonomia da organização das mulheres como um movimento social específico, garantindo ao mesmo tempo em que ela fosse incorporada à luta pela democracia não de forma isolada, mas como parte integrante desta luta. Ainda neste capítulo, procuro analisar uma das formas praticadas pelo movimento feminista na aproximação, divulgação e legitimação da causa feminista junto à sociedade. Portanto, busco compreender as comemorações do Dia Internacional da Mulher no Brasil, no período de 1975 a 1985<sup>26</sup>, como rituais políticos. Para uma melhor caracterização destes ritos, foram analisados três jornais de grande circulação nos dois principais centros urbanos brasileiro, São Paulo e Rio de Janeiro - *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*, e dois periódicos da imprensa feminista - *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.

---

<sup>25</sup> Parto, portanto, da interpretação de Daniel Aarão Reis Filho sobre as organizações marxistas-leninistas em: REIS FILHO, Daniel Aarão, Op.cit, 1990.

<sup>26</sup> A escolha por este recorte temporal está entre outros motivos, por se tratar da Década da Mulher, os últimos anos do regime civil-militar (período este instituído pelo presidente Geisel a partir de 1974 como

Antes dos capítulos I e II, apresento um breve perfil biográfico de duas mulheres – Iara e Ângela – cujas trajetórias de vida representam as questões levantadas em minha pesquisa. O objetivo é também marcar a temporalidade abordada no texto, no primeiro capítulo, os anos 1960, e, no segundo, os anos 1970. Pretendia fazer o mesmo para o terceiro momento. Entretanto, se para as duas décadas anteriores, parecia claro personalizá-las nas duas mulheres, a dificuldade surgiu quando tentei fazer o último perfil. Não me pareceu evidente um personagem que encarnasse as idéias dos dois jornais analisados. Talvez a ausência de um nome tenha em si um sentido: as questões aí levantadas não estavam mais tão concentradas em determinados limites. Ao mesmo tempo em que ganhavam outros espaços, se diluíam.

A dissertação trata do debate do processo de construção da memória e da identidade de mulheres que se dedicaram ao projeto de transformação da realidade político-social brasileira, e que posteriormente incluíram nesta causa a especificidade da questão de gênero.

A pesquisa é, portanto uma tentativa de reflexão do debate surgido em meados dos anos 1970 entre os militantes das esquerdas revolucionárias acerca de novas reflexões políticas e a valorização de novos conceitos, como a democracia e a especificidade da questão da mulher na sociedade brasileira.

---

um processo de abertura lenta, gradual e segura) e um momento de grande atuação do movimento feminista.

## *Continuo sonhando, apesar de você...*

Ao longo da década de 1980 surgiram inúmeras memórias, biografias e autobiografias sobre a trajetória de indivíduos que participaram das organizações de luta armada, sobretudo a experiência de militantes do sexo masculino. A década de 1990 seria a vez das mulheres.... Tratava-se não somente de obras escritas por jornalistas ou pelas próprias militantes sobre suas trajetórias políticas nestas organizações<sup>27</sup>. Neste momento, o estudo da participação das mulheres despertou o interesse de historiadores, sociólogos e antropólogos.<sup>28</sup> Neste período deparamos com o reconhecimento no Brasil da história oral como instrumento teórico-metodológico, o que legitimava o trabalho com entrevistas e depoimentos, enriquecendo as possibilidades de investigação do tema<sup>29</sup>.

Entretanto, é notório nestes trabalhos a valorização da trajetória destas mulheres em relação à maioria das mulheres jovens na década de 1960. Nestes estudos, a mulher rompe com o seu papel de mãe e filha dedicada, sem participação política, e invade o espaço público masculino para se dedicar ao projeto de transformação da sociedade brasileira, ressaltando que na época as atitudes das militantes não estavam de acordo com os estereótipos esperados das mulheres. A revolução sexual é apontada como um dos elementos deste comportamento inovador. A mulher fazia escolhas, tinha senso crítico, e era atuante politicamente. *O elemento novo trazido pela militância feminina*

---

<sup>27</sup> Vale ressaltar que a obra pioneira no registro da experiência das mulheres nas organizações políticas nos anos 1960 foi o livro organizado por quatro mulheres, que reuniram os depoimentos de mulheres que passaram pela experiência do exílio após a ascensão dos militares. COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula de; MARZOLA, Norma e LIMA, Valentina da Rocha (orgs.), *Memórias das mulheres do exílio*, vol.2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980. Dentre os trabalhos realizados por jornalistas destacam-se: PATARRA, Judith. *Iara*. Rio de Janeiro: Rosa dos Ventos, 1992. ; CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

<sup>28</sup> Dentre os trabalhos dedicados a esta temática ver: RIDENTI, Marcelo S. "As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo". *Tempo Social*, v. 2, n. 2, p.113-128, 2. sem.1990.; FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres – militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.; COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997. GOLDENBERG, Mirian. "Mulheres e militantes". *Revista Estudos Feministas*, v. 5, n. 2, p. 349-364, 1997.

<sup>29</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op.cit, 2003.

era o fato de as mulheres romperem também com o padrão da moça bem comportada, virgem, futura mãe de família<sup>30</sup>.

Mas somente as mulheres de esquerda estavam à frente de seu tempo por militarem em organizações e freqüentarem passeatas? Teriam elas rompido com o código de gênero de sua época por defenderem uma causa política? O que dizer das milhares de mulheres jovens e senhoras que foram às ruas pelas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”? Estas mulheres seriam apenas “carolas” manipuladas pelos setores conservadores da direita católica? Ao organizarem as *Marchas* por todo o Brasil elas reuniram milhares de pessoas, que junto com elas, defendiam suas idéias políticas, e conseqüentemente tornaram-se símbolo da maior demonstração de apoio da sociedade civil ao golpe de 1964<sup>31</sup>. Mesmo que a participação política destas mulheres fosse para reafirmar, como denomina Ridenti, os seus lugares de *mães-esposas-donas-de-casa*, de certo modo elas também rompiam com a norma da não participação feminina no espaço que era reservado somente aos homens. O lugar da mulher era o espaço doméstico, e sua função dedicar-se ao marido e aos filhos. Ao homem estava reservado o espaço público e o comando da arena política. Em seu estudo sobre As Marchas, Presot considera que:

“A manifestação representava um pedido da sociedade civil às Forças Armadas para que realizassem uma intervenção ‘moralizadora’ das instituições, afastando do país o perigo comunista, julgado iminente. (...) A propaganda organizada para a Marcha buscava a adesão da população utilizando-se de valores e elementos simbólicos como o amor à pátria, o respeito à democracia, a defesa da família e das liberdades políticas.”<sup>32</sup>

Após o estabelecimento do regime autoritário de 1964, os grupos femininos prosseguiram em seus trabalhos políticos, que iam desde atividades assistenciais, como a promoção de cursos para moradoras de favelas, até o comparecimento a congressos internacionais e manifestações públicas em alerta ao perigo comunista presente na

---

<sup>30</sup> MORAES, Maria Lygia Quartim de. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: *O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. FILHO, Daniel Aarão Reis, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.), Bauru: Edusc, 2004., pp. 297-314. A citação é da página 307.

<sup>31</sup> O histórico da atuação de grupos femininos como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), no Rio de Janeiro, a Liga da Mulher Democrata (Limde), de Belo Horizonte, ou a União Cívica Feminina (UCF), de São Paulo, é de fundamental importância para a compreensão do clima de radicalização anticomunista do início dos anos 1960 que culminou na reação conservadora de 64.

<sup>32</sup> PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade*. Dissertação Mestrado em

sociedade e de apoio à candidatura do general Castelo Branco à presidência da República.<sup>33</sup>

Entretanto concordo que a participação política feminina seja em movimentos de direita ou de esquerda, está relacionada às transformações econômicas ocorridas a partir de meados dos anos 1950, com o desenvolvimentismo dos anos JK, responsável pelo crescimento econômico baseado na industrialização e na urbanização aceleradas, que se manifestou dentre os muitos aspectos, pela modernização da sociedade brasileira, o que gerou modificações em relação à situação das mulheres e na relação entre os sexos, sobretudo nas camadas médias dos grandes centros urbanos. Toda essa modernização propiciou às jovens de classe média a entrada na universidade e uma maior participação no mercado de trabalho, o que conseqüentemente configurou na transformação dos valores e das instituições da sociedade brasileira no período 1955-1970.

Nas “batalhas” de memória a respeito da gênese e da consolidação da ditadura militar e dos movimentos que se estruturam contra ela, esboçou segundo Daniel Aarão, uma arquitetura simplificada: de um lado, a ditadura, o reino da exceção, os chamados anos de chumbo, e de outro lado, a Nova República, regida pela Lei, a sociedade democrática. Nesse sentido, quase ninguém quer se identificar com a ditadura militar nos dias atuais, já que ela foi e tem sido objeto de escárnio, de desprezo, ou de indiferença, estabelecendo-se uma ruptura drástica entre o passado e o presente, quando não o silêncio e o esquecimento de um processo<sup>34</sup>.

Assim ao longo da segunda metade dos anos 1980 e nos anos 1990 a memória recente do país foi se construindo, no mesmo instante em que vivia o desafio da construção da democracia, num país sem tradição democrática. A construção da memória deste passado tem sido realizada em função do presente, onde a partir dos anos 1980, em que a referência política e o projeto nacional passaram a ser a implementação da democracia e não mais a deflagração da revolução.

Entretanto, os valores democráticos não estruturavam a sociedade brasileira; as tradições e a cultura política não haviam sido elaboradas segundo referências

---

História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004., p.16.

<sup>33</sup> Em 13 de agosto de 1964 a Camde ergueu na Praça Marechal Floriano, no centro do Rio de Janeiro, uma réplica do Muro de Berlim. Letreiros aludiam ao transtorno que seria causado aos cidadãos cariocas caso a cidade se dividisse em regiões Norte e Sul. Esta iniciativa visava alertar os brasileiros, através de um símbolo de opressão, sobre as atitudes trágicas tomadas pelos comunistas. PRESOT, Aline Alves, op.cit, p.82.

<sup>34</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

democráticas. O golpe estava sendo articulado e poderia vir mesmo antes de 1964, da direita ou da esquerda: a renúncia de Jânio Quadros, a recusa dos ministros militares à posse de João Goulart, a solução parlamentarista, a tentativa do presidente já empossado governar sob estado de sítio, as articulações entre militares e civis, as tentativas de organização da luta armada, a formação de organizações que a defendiam<sup>35</sup>. Nem mesmo as esquerdas revolucionárias incorporaram a democracia em seu projeto revolucionário. A democracia era avaliada como um valor burguês, liberal, identificada a um sistema que elas desejavam aniquilar. Com a revolução, e a construção do socialismo, alcançariam a verdadeira democracia, a da maioria absoluta, a do proletariado.

A valorização da participação feminina de esquerda no movimento político dos anos 1960 e a depreciação, e até mesmo o silenciamento da participação das mulheres em apoio ao golpe e ao regime instaurado com o golpe de 1964, devem ser compreendidos a luz desta “batalha” pela memória, que configura na demonização da ditadura militar e dos grupos que a apoiaram<sup>36</sup>.

“A memória da luta armada fez-se – e ainda se faz – em meio a esta realidade, não sem disputas, trazendo à tona as tensões do passado e do presente. Neste processo, as esquerdas vêm enfatizando o sentido de resistência desta história. A sua luta teria sido, sobretudo, de resistência à ditadura e pelo restabelecimento da democracia violada em 1964. O golpe teria sido obra dos militares apoiados pelo *imperialismo* norte-americano.”<sup>37</sup> (grifo no original)

Nessa construção a classe média foi o símbolo desta resistência. Mas sua oposição oscilava: do apoio ao regime à oposição. A partir de 1968, parcelas consideráveis preparavam-se para entrar alegremente no banquete do milagre econômico. Simpatizava-se com a luta pelas liberdades democráticas, mas havia limites que não tinham condições de transgredir nem desejavam fazê-lo. *Caminhavam* com Vandré, mas também passeavam no *Calhambeque* da Jovem Guarda. Apoiavam o teatro engajado, mas embalavam-se nas novelas da Rede Globo de Televisão. Revoltavam-se

---

<sup>35</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op.cit, 2003.

<sup>36</sup> Os estudos dedicados à participação das mulheres no movimento de direita, em geral, exploram o lado manipulador das alas conservadoras de nossa sociedade, que através de seu discurso moralizante seduzem estas mulheres “ingênuas” e despreparadas politicamente. Falta, contudo nestas análises a percepção da constituição da mulher como sujeito político, cuja participação nestes movimentos é expressão de sua escolha política.

contra a repressão, mas eram atraídos pela oportunidades proporcionadas pelo crescimento econômico do plano de Delfim Neto<sup>38</sup>.

Para as esquerdas, a sociedade resistiu diante das arbitrariedades do regime autoritário aos quais foi submetida: perseguições aos movimentos sociais, atos institucionais, censura, tortura, assassinatos, exílio. E o fim do regime é recuperado como resultado da rearticulação da sociedade civil nos movimentos sociais dedicados à luta pelas liberdades democráticas. Nesta perspectiva, a sociedade repudiava os valores autoritários dos militares, e os amplos movimentos de direita que apoiaram o golpe e o regime foram apagados da construção da memória desse passado recente. Sobre as dificuldades da sociedade brasileira em recordar o período da ditadura militar, Aarão alerta que:

“A ditadura militar, não há como negá-lo, por mais que seja doloroso, foi um processo de construção histórico-social, não um acidente de percurso. Foi processada pelos brasileiros, não imposta, ou inventada, por marcyanos. Reconhecê-lo pode ser um exercício preliminar para compreender seus profundos fundamentos históricos e sociais e para criar condições para que o *abominável* não volte a assombrar e atormentar a história destes brasis.”<sup>39</sup>  
(grifo no original)

Neste processo de construção de uma memória do regime militar, a indústria do entretenimento, tanto no campo cinematográfico quanto no da teledramaturgia tornou-se um agente de grande força e alcance, pelo seu caráter educativo, já que para o grande público tanto os filmes quanto a novelas de temáticas que revisitam o passado, são identificadas como fontes de conhecimento histórico. Destaque em especial para a minissérie *Anos Rebeldes*, escrita por Gilberto Braga e apresentada pela Rede Globo de Televisão em 1992.

A breve análise desta minissérie e das questões acerca da construção do passado dos anos da ditadura militar suscitados por esta produção ficcional, parte de uma experiência pessoal vivida na minha adolescência. A minissérie foi o meu primeiro

---

<sup>37</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op.cit, 2003. p. 46.

<sup>38</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit, 1990.

<sup>39</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp. 119-139. A citação é da página 134.

contato mais concreto<sup>40</sup> com a temática da ditadura militar. Em 1992 aos treze anos de idade, eu estudava num colégio católico no subúrbio do Rio de Janeiro, onde a discussão e a participação política eram incentivadas. Durante toda a minha adolescência e início da vida adulta até o ingresso na faculdade de História aos 21 anos de idade, sempre achei que a ditadura e suas práticas repressoras eram *abomináveis*, e que todos resistiram: artistas, estudantes, intelectuais... As mulheres manifestaram -se contra a idéia de casarem virgens, serem donas de casa, e terem muitos filhos. Todas fizeram a revolução sexual, e as mais corajosas, pegaram em armas... Deixaram de ser burguesas fúteis, cortaram o cabelo e desafiaram o regime militar e os valores de uma sociedade careta e conservadora. Eu era o grande público... Mas queria como historiadora me aprofundar nesta temática, mergulhar na cultura política do movimento de massas dos anos 1960, na mobilização e na resistência da sociedade civil. Esta sociedade que se exaltou, que foi às ruas e que derrubou através de suas manifestações de oposição o regime dos *gorilas*.

Então descobri que *Alegria, alegria, e Caminhando* não foram hinos nacionais cantados por todos neste período recente da história brasileira.

A memória coletiva proporciona coesão na sociedade. Todos resistiram ao regime militar.... Que, aliás, para essa construção da memória coletiva, o regime era estritamente militar. A sociedade civil não apoiou, ela foi subjugada ao poder dos militares. As memórias concorrentes provocam fragmentação social. O reconhecimento de que a sociedade civil apoiou o regime é doloroso. Quem apoiaria um regime que prendeu, torturou e matou centenas de pessoas?

A memória coletiva não deve ser compreendida como uma imposição, uma forma específica de dominação. Ela reforça a coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo. Inclusive para Halbwachs a nação é a forma mais acabada de um grupo, e a memória nacional, a forma mais completa de uma memória coletiva. Essa memória reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais.<sup>41</sup>

---

<sup>40</sup> Um dos primeiros contatos foi a leitura da música *Caminhando*, pra dizer que não falei de flores de Geraldo Vandré no livro de português da sexta série do ensino fundamental, o que gerou várias perguntas aos meus pais sobre o período ditatorial. Em seguida tive algumas esparsas informações através dos desabaços sobre a política nacional da década de 1990 feitas pela professora de história, que ao mostrar-se indignada diante das notícias de corrupção do governo Collor, remetia-se a mobilização da sociedade civil durante *os anos de chumbo*, relatando inclusive sua participação em passeatas e manifestações organizadas pelo movimento estudantil. Quando soube a transmissão da minissérie, pedi ao meu pai que gravasse todos os dias, já que era transmitida tarde da noite. Não perdi um só capítulo, e quando lançaram em cassete, aos 16 anos de idade assisti novamente.

<sup>41</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

A análise da minissérie pode ser compreendida como uma desconstrução da memória individual deste período. A minha memória é como afirma Pollak, herdada, lembro de um período que não vivenciei. As minhas lembranças são fruto de uma memória construída coletivamente. Ao mesmo tempo, esta desconstrução também é coletiva, uma vez que através do meu ofício de historiadora utilizo ferramentas para compreender o enquadramento da memória<sup>42</sup>.

*Anos Rebeldes* é uma ficção ambientada entre os anos 1964 e 1972, com uma extensão para os anos de 1974 e 1979. O ano de 1992, quando a minissérie foi produzida e exibida, correspondeu a um momento em que a política assumiu o primeiro plano na vida nacional pela radicalização das denúncias de irregularidades financeiras ocorridas durante o governo de Fernando Collor de Melo, o primeiro presidente eleito pelo voto direto após 21 anos de regime autoritário. Comissões Parlamentares de Inquérito foram organizadas, houve uma intensa mobilização da opinião pública, e durante a transmissão<sup>43</sup> da minissérie eclodiram manifestações estudantis, cujos jovens com seus rostos pintados passaram a ser denominados *caras-pintadas*. A mídia instituiu uma comparação entre a mobilização estudantil dos anos 1960 com as passeatas dos anos 1990, estabeleceram-se elos entre esses dois movimentos cujo único ponto comum era a mobilização da juventude, firmando uma equivalência entre impulso jovem e impulso revolucionário, o que é visível na construção da narrativa da minissérie<sup>44</sup>. *Anos Rebeldes* misturava a cena política por que passava o país a elementos tradicionais da novela brasileira - o casal apaixonado, as tramas paralelas, drama, etc. - e construía a idéia de conflito mais a partir de posicionamentos políticos do que morais, diferentemente da minissérie também escrita por Gilberto Braga *Anos Dourados*<sup>45</sup>, onde os conflitos morais eram o centro da trama.

As lembranças não constituem um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e para a linguagem, mas resultam de um processo elaborado no tempo

---

<sup>42</sup> Pollak defende que a memória especificamente política pode ser motivo de disputa entre vários grupos. Neste sentido há um *trabalho de enquadramento da memória*. POLLAK, Michel. “Memória e identidade social”. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n. 10, 1992.

<sup>43</sup> A minissérie se encerrou apenas 14 dias antes da renúncia do então presidente da república Fernando Collor de Melo.

<sup>44</sup> KORNIS, Mônica Almeida. *Anos Rebeldes e a construção televisiva da história*. In: *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp.321-328

<sup>45</sup> O próprio autor em entrevista que inicia o DVD da minissérie, afirma que as pessoas pediam para ele fazer a continuação dos *Anos Dourados* exibida em 1986, que era ambientado nos anos 1950. Então em 1992 ele foi chamado para fazer esta continuação que tanto o público pedia, ou seja, a abordagem da mobilização da juventude nos anos 1960/1970, mas desta vez com um enfoque na questão dos valores e conflitos políticos.

histórico.<sup>46</sup> Assim, lembrar proporciona a reinvenção de um passado em comum, fornecendo-nos elementos para a compreensão do presente. A mensagem transmitida pela Rede Globo ao visitar os anos do regime civil-militar através da narrativa ficcional da minissérie *Anos Rebeldes*, era lembrar de um momento da história brasileira em que a sociedade se organizou e resistiu à impunidade de um governo, fornecendo dados para a sociedade em 1992 compreender que ela também poderia resistir, ir para as ruas e quem sabe através da mobilização destituir o *responsável* pela onda de corrupção que se encontrava o país.

A narrativa construída pela Rede Globo, a mais importante emissora de televisão do Brasil, enfatiza a resistência da sociedade civil ao governo autoritário dos militares. O objetivo da minissérie era colocar a história contada pelos perdedores na ordem dos anos 1990. Para tanto, a emissora reforçava o discurso dos militares, que no fim da década de 1980 e início da de 1990, afirmavam que eles venceram a guerra, mas perderam a batalha da memória. Será que perderam mesmo? Quem divulgou em 1992 para o público, essa história, antes que ela se perdesse<sup>47</sup>? A Rede Globo apoiou ou resistiu ao governo dos *gorilas*? Então foram os vencidos que construíram a memória coletiva do período do regime militar?

Diante destes questionamentos, proponho mais um: seriam memória e história sinônimos? A memória é uma construção social, um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente. A história é uma representação do passado, uma operação intelectual que demanda análise e discurso crítico. A memória é viva e está em constante transformação, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais, do que aconteceu num dado momento.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p 109.

<sup>47</sup> O co-autor de *Anos Rebeldes*, Sérgio Marques, declarou em entrevista na apresentação da minissérie em DVD, em 2003, que eles queriam contar uma história de um ponto de vista repisado, antes que ela se perdesse por completo.

<sup>48</sup> Sobre esta discussão ver: NORRA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em história e do departamento de história, PUC, São Paulo, n.10,p.7-28, dez 93.

A minissérie tem como centro do enredo o conflituoso romance entre Maria Lúcia e João Alfredo e a trajetória de uma geração representada por um grupo de amigos do casal entre 1964 e 1974, estendendo-se para 1979, ano da abertura política e do retorno dos exilados ao país. Os personagens são identificados numa polaridade, acentuadas pelas diferenças de personalidades, escolhas e visões de mundo. De um lado os individualistas, que almejam uma vida estável, sucesso profissional, sem envolverem-se com militância política, de outro os engajados politicamente, são idealistas, preocupados com a justiça social e militantes. Em geral, pode-se dizer que o principal esforço do autor Gilberto Braga, ao revisitar a época da ditadura, era elucidar – a partir do ponto de vista da Rede Globo da Televisão – como e por que aconteceu a “resistência” ao regime militar. Tanto no texto quanto na narração da apresentação da minissérie em DVD, a polaridade alienação *versus* engajamento político, dá o tom do enredo. A alienação do autor nos anos 1960 é redimida nos anos 1990, pela contribuição que faz, ao resgatar um período da história brasileira, em que a sociedade organizou-se e resistiu, onde o mesmo deveria ser feito em relação à conjuntura do país naquele momento: era preciso resistir à política corrupta do governo Collor.

“O autor Gilberto Braga viu os anos 60 passarem como um ‘alienado’ – assim diz ele. Não gostava de política e não se envolvia com ela. Ele se interessava pela música, pelo teatro, pelo cinema e pela revolução comportamental de sua geração, que havia sido reprimida pela moral hipócrita da década anterior. Quando foi chamado para escrever a minissérie Anos Rebeldes, em 1992, o já reconhecido e consagrado autor foi em busca do tempo histórico perdido num verdadeiro processo de desalienação. Com a determinação e o empenho de um *guerrilheiro revolucionário*, Gilberto venceu a luta.”<sup>49</sup> (grifo meu)

Os termos próprios da esquerda dos anos 1960 são apropriados neste texto para dar a dimensão de tarefa cumprida pela Rede Globo. Se antes, a emissora jamais denominaria um jovem como um guerrilheiro revolucionário - ele era um *terrorista subversivo* - em 1992 os jovens deveriam lutar para vencer. A alienação não era aceita. A juventude dos anos 1990 não deveria cometer o mesmo erro de Gilberto Braga, que diante das atrocidades dos militares nada fez. A mensagem transmitida pela Rede Globo

---

<sup>49</sup> Texto de apresentação da minissérie Anos Rebeldes, 1992, DVD 2003. TV GLOBO LTDA.

à juventude brasileira naquele momento político era que Gilberto pôde se redimir 28 anos depois. E se os jovens não tivessem essa mesma oportunidade? Então era hora de mobilizar, lutar e vencer. Aqui e agora. A televisão desempenharia a sua função política e didática. Através da ficção as pessoas refletiam e questionavam o momento político pelo qual o país passava. O co-autor Sérgio Marques<sup>50</sup>, que foi militante político nos anos 1960, destaca que a “coincidência” - da exibição da minissérie e a crise política no governo Collor - proporcionou à produção um caráter iluminador, de mostrar que no passado recente a mobilização da sociedade tinha valido a pena e que sempre valeria.

O destaque da minissérie foi a jovem Heloísa, interpretada pela atriz Cláudia Abreu, que anos depois interpretou novamente uma militante de luta armada, que participava do seqüestro do embaixador norte-americano, no filme *O que é isso, companheiro?*. Alegre, cheia de esperança, e ao mesmo tempo firme e batalhadora, Heloísa foi símbolo da resistência a ditadura militar. Desafiou o código moral da época e o poder dos militares. Filha do rico empresário Fábio, inescrupuloso, autoritário e controlador, que inclusive apoiou o golpe e mantinha relações políticas com o governo.

Num primeiro momento Heloísa é identificada como uma jovem burguesa rebelde, que freqüentava rodas de samba, namoradeira, crítica do casamento, da virgindade e da submissão das mulheres nas relações. Numa segunda fase, após 1968, ela separa-se do marido, entra para um grupo de luta armada, inicialmente como simpatizante, é torturada pelos órgãos da repressão, entra para clandestinidade, participa do seqüestro do embaixador suíço e é assassinada pelos militares numa tentativa de fuga do país. Heloísa é a personificação da burguesia que resistiu diante das atrocidades do regime autoritário após a instituição do AI 5. É a burguesa excêntrica, de caráter naturalmente transgressivo, que saiu dos salões do *high society* para a luta armada, foi torturada e morta<sup>51</sup>.

A minissérie mistura ficção com imagens da época, em grande parte as passeatas dos estudantes. Há, portanto, uma valorização da resistência, e pouca demonstração de apoio aos militares. A não ser Fábio, o rico empresário, nenhum outro personagem central apóia o governo, muitos não declaravam explicitamente essa oposição por medo da repressão. Inclusive as três personagens que declaram apoio ao governo, e principalmente as práticas moralizantes e anti-comunistas deste, são retratadas de forma caracterizada. São solteironas, conservadoras, católicas, que falam mal da vida dos

---

<sup>50</sup> Entrevista na apresentação da minissérie em DVD, em 2003.

<sup>51</sup> KORNIS, Mônica Almeida. Op. Cit.

outros. Não eram para serem levadas a sério. Em uma das cenas em que as três criticavam o envolvimento do jornalista Damasceno com o Partido Comunista, Zuleica, que participou da *Marcha* da vitória pelo golpe de 64, declara: *só a religião pruma as pessoas para a luz.*

A questão comportamental das mulheres foi um ponto enfaticamente abordado. Além da revolução sexual, do amor livre, da perda da virgindade, do uso do anticoncepcional, mereceu destaque o conflito de gerações, a ruptura de valores e códigos morais entre mães e filhas. Na família de classe média, temos Maria Lúcia, independente, expressava suas idéias e não aceitava a militância política do namorado. Sua mãe Carmem, dona de casa, era uma mulher despojada de toda e qualquer vaidade, bondosa e compreensiva com todos, suportando a falta de dinheiro, a insatisfação da filha, e as amarguras de amar um marido politicamente engajado. Já na família de classe alta, Heloísa era transgressora, casou-se por não suportar o autoritarismo do pai, separou-se para dedicar-se à política. Sua mãe Natália, moça pobre, casou-se com o rico empresário Fábio. Era uma mulher, angustiada, submissa, culta, infeliz, elegante, traída pelo marido, e que se assustava com as atitudes “modernas” da filha.

A valorização da juventude na luta por uma nova ordem, tanto política quanto comportamental, é o caminho traçado pelo autor Gilberto Braga em *Anos Rebeldes*. De um lado, a ditadura, o reino da opressão e das trevas, como ironizou Daniel Aarão e da arbitrariedade. De outro a democracia, por todos disputada, pelos grupos e pela sociedade, suas perspectivas e projetos.

# Iara<sup>52</sup>

*Quando criança, queria ser bailarina. Quando jovem, a psicologia a fascinou. Descobrir a alma humana. Tornou-se uma linda mulher que desejava mudar o mundo. Passeava entre o amor e a política. Entre o cosmo sangrento e a alma pura. Como uma bailarina, dançava, flutuava no agito da Maria Antônia.... Viver, viver... Intensamente. O lema de Iara. Uma enfermeira de almas. Suave, feminina, estranha dissonância com a firmeza dos argumentos. Descobrir o mundo, as cores, os sabores e os odores. O maior desejo: morrer velha e feia.*

*Pelas ruas do Ipiranga, corria e brincava a menina de família judia, os Iavelberg. Olhos castanho-claros, cabelos quase loiros, olhar meigo, sorriso doce. Desde criança, uma devoradora de livros. Transportavam-na para as mais loucas aventuras do mundo.*

*Na escola, criativa e perspicaz. Briguenta, autoritária, crítica, provocativa, vaidosa, saidinha. Implicava com as outras crianças por qualquer motivo. Queria sempre ser a melhor. Tão competitiva. Nos desafios propostos pelo professores, dizia convicta que seria vencedora. Nas redações, a ironia era a sua marca. Dona Angelina e suas lições de vida: “Ser bom é ser feliz, sendo bom serei feliz”. Iara nutria por ela grande admiração. Na clandestinidade, no silêncio da solidão, lembrava os ensinamentos da doce professora.*

*Sempre preocupada com a aparência. Pele, cabelos e unhas perfeitas. Horas em frente ao espelho. Fascínio por roupas, bijuterias, maquiagem. Adorava os bailes. Dançava com os rapazes de boa reputação. Postura e pose de dama!*

*A mãe decidiu associar a família à Hebraica, clube frequentado pelas famílias mais abastadas da cidade. Almejava amigos de classe social mais elevada para os filhos, e, quem sabe, bons casamentos para Iara, Samuel e Rosa. Aos domingos, Iara comparecia aos bailes e hi-fi. Mas não conseguiu ingresso no grupo de jovens que a interessava, filhos de intelectuais burgueses.*

---

<sup>52</sup> Neste texto, optei por trabalhar com as memórias e os textos sem a preocupação de citá-los. Em outras palavras, o material foi usado livremente, sem os rigores habituais de um texto acadêmico. Este esclarecimento serve também para o outro perfil biográfico do próximo capítulo.

As informações sobre a vida de Iara Iavelberg contidas aqui são baseadas nos seguintes trabalhos: PATARRA, Judith Lieblch. *Iara*. Reportagem Biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993. KUSHNIR, Beatriz. Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-1975). In: \_\_\_\_ (org). *Perfis Cruzados*. Trajetórias e militância política no Brasil. Rio de Janeiro: Imago, 2002. pp.215-241. Hélio Daniel Cordeiro, *Iara Iavalberg: uma vida de engajamento político-cultural*. In: [http://www.judaica.com.br/materias/018\\_03a08.htm](http://www.judaica.com.br/materias/018_03a08.htm). Acesso em 5. 01.07.

*Nas praias de Santos, o sol queimava a pele clara. Rapazes a rodeavam. No espetáculo do pôr-do-sol, conheceu Samuel. Os últimos raios iluminavam o tímido sorriso. Têria encontrado o grande amor? O primeiro dentre muitos. Devido à pouca idade, o namoro limitou-se a conversas de portão e encontros na praia. Tão bobinhos os outros rapazes! Samuel, não! Tinha 22 anos e era universitário.*

*O conto de fadas prometeu concretizar-se quando noivaram. Os meses passavam e uma rotina de preparativos para o casamento passou a fazer parte da vida de Iara. Brincos de brilhante, uma larga aliança de ouro, enxada, lista de presentes, vestido de noiva, planos de ter filhos. Recusava-se a aprender a cozinhar. Não estava nos seus planos dedicar-se a uma agenda de cuidados domésticos.*

*Aos dezesseis anos, casaram-se. O mundo adulto, a vida sexual, a independência. Para ela uma nova vida: ela e Samuel, o melhor partido do Ipiranga. O marido despertou numerosas paixões nas meninas do bairro, mas Iara sentia-se vencedora, ele casara-se com ela. Logo, logo seria a esposa de um conceituado médico.*

*Ainda na lua de mel, sinais de que as coisas não iriam bem. A recém-casada tinha um pedido aos pais: férias em Santos, longe do marido. Na praia, seu comportamento escandalizava. Circulava livre pelas ruas e não escondia a alegria de ser observada pelos rapazes.*

*Casada e virgem. Separação, não! Diziam os pais. Iara merecia o status de esposa de um cirurgião renomado. Aceitou, afinal, gostava de Samuel.*

*De volta ao colégio, aguçava a curiosidade de todos com provocações. Adorava os olhares quando passava com a saia abaixo do joelho, na linha da moda, e não na panturrilha, como mandava o regimento.*

*Não gostava das atividades domésticas. Limpar, esfregar, lavar, passar, cozinhar eram tarefas que não constavam em seu cotidiano, como havia planejado antes do casamento. Nem fósforo acendia receosa de queimar-se. Cuidava das mãos como preciosidades.*

*Nos últimos meses de 1961, começou a pensar na escolha da carreira profissional. Seria uma grande psicóloga, cientista, professora. Apesar de acusarem o curso de espera marido, Iara permaneceu firme na escolha. Tudo a impulsionava para lá: o ciúme do pai, o papel de mediadora das brigas entre os irmãos, a constante ausência de privacidade, a ansiedade do marido, as frustrações sexuais. Resgate e purificação, zombava ela.*

*Para se preparar melhor para o vestibular, matriculou-se no cursinho do Grêmio da USP. Uma outra rotina comparada com as escolas do Ipiranga. Liberdade, informalidade, descontração. Muitas amizades. Aproximava-se das pessoas de um jeito alegre, espontâneo, sensorial. Tudo o que acontecia no cursinho chamava a atenção. Não parava... Circulava entre os alunos. Vibrante e colorida. Começavam os namoros, as festas, as idas ao cinema com os amigos, as conversas na mesa do bar. Papos e olhares apaixonados. Para ela, o marido em nada lhe atrapalhava. As pessoas se*

*admiravam com o comportamento, a ousadia, a disponibilidade. Não cogitava romper o casamento. Todos a conheciam.*

*Alheia à política nacional, descobriu a filosofia pelos ares da Maria Antônia, imersa num clima de existencialismo, liberdade sexual, rebeldia. Não se sentia atraída pelas movimentações e debates políticos dos corredores da faculdade. Queria mais é se divertir! Circular e ser observada. Festas, cinema, bares, música! Acima de tudo, Iara queria saber de amor. Para as amigas, confidenciava os desejos e as frustrações. Definia a própria relação conjugal: afeto e distância. E não se culpava por sentir desejo por outros homens: não significava desrespeito, cada um tem direito de viver com prazer e alegria. Inspirava-se nos artigos de Carmen Silva, da revista Cláudia. Temos que ser protagonistas do nosso destino.*

*Nos encontros na casa do amigo Tom, o som da flauta, do violão, do contrabaixo e do violino embalavam as tardes de sábado. À noite discutiam os temas quentes: vida sexual e liberação feminina. A vivacidade, a rebeldia, a ternura e as atitudes saltavam à vista. Flertes e mais flertes. Não esperava convites. Ativa, em igualdade, longe do espírito da época que reservava ao homem a iniciativa. Seria a atitude reflexo de ansiedade? Carência afetiva? No escurinho do cinema, os beijos, a entrega, o prazer.*

*Apenas Psicologia não bastava. Queria gente especial, professores conhecidos. Assistia às conferências e aos cursos de grandes nomes de diversas áreas. Pulava de um tema para outro na profusão que correspondia a seu desassossego. Orgulhava-se de se aproximar dos intelectuais renomados. Queria ser notada.*

*No final do primeiro ano de faculdade, foi eleita representante de turma. O segundo ano de Iara na faculdade começou exaltado. A pequena burguesia apavorava-se. O ano de 1964. O golpe. Direita e esquerda. De que lado ficar? Em cima do muro? Não estava nos planos de Iara, mergulhada no clima de contestação dos anos 1960. Talvez Hillel tenha inspirado Iara. Em um momento, vieram-lhe à mente os versos do grande sábio judeu dos primeiros séculos da Era Cristã, aprendidos na Escola Israelita do Cambuci: "Se não eu, quem? Se não hoje, quando?" Distanciava-se do judaísmo dos pais, da família de Samuel, do Ipiranga. Queria sacudir a ignorância, trilhar a rota dos justos. Outros caminhos a seguir...*

*Em setembro de 1964, prenderam o professor Florestan Fernandes, causando enorme emoção entre os estudantes e intelectuais. O cerco prosseguia. Em outubro, a ameaça de novas demissões de professores mobilizou alunos da Filosofia, Arquitetura e outras escolas contras as violações da autonomia universitária.*

*No clima de incerteza, não abandonava o sol, as festas, os flertes, o cinema. Tudo acontecia na Maria Antônia. Saudava os amigos, discutia filmes, músicas, teatro e política. Vivía alegre. Cercada de gente. Agitava as mãos ao falar, brilhos nos olhos, cabelo solto ao vento. Para muitos,*

*exuberante. O comportamento avançado atraía e afastava os homens. Alguns curiosos, outros constrangidos e até mesmo amedontrados. Casada, ousada, solta, sensual, elegante, comunicativa, inteligente. Nas noites de estudo com as amigas, discutiam sua instabilidade afetiva. Analisava o casamento, consciente da vida pessoal contraditória. Cada vez mais complicado explicar por que continuava casada. Dizia às amigas que era muito agradecida a Samuel. A ambivalência dos flertes ampliava em Iara a expectativa e o sentimento de rejeição. Resolveu fazer psicoterapia. A instabilidade a amedontrava. Buscava autoconhecimento e segurança emocional.*

*As discordâncias políticas aprofundaram os desgastes entre ela e Samuel. Chorava, debatia-se, era contra o desquite. Sentia-se prisioneira dele. O caso com Décio prosseguia. Antes dele, os amores de Iara: Honório, Tom, Antônio, Moacir.*

*Junto com a amiga Maria Lúcia, resolveram engajar-se em algum grupo de oposição. Abominavam a ditadura. Defendiam a universidade livre, justiça social, o fim da miséria, a derrota do capital estrangeiro e do imperialismo. Era uma comunista! O Partido Comunista decepcionara. 1964 era a constatação de seus erros. Optaram pela POLOP. Havia intelectuais atraentes, dinamismo e dava status. Foi bem aceita entre os membros da organização. Qualquer organização ganharia prestígio se incorporasse Iara.*

*Nos círculos de estudo, aprendeu que o revolucionário deveria dedicar-se ao trabalho com as massas para o sucesso da revolução. Sob a liderança do partido revolucionário, o proletariado tiraria as classes dominantes do poder.*

*Intensificou a militância. A fama crescia no circuito universitário. Revolucionária, desquitada. Carinhosa, coragem de se expor, bom humor. Sempre preocupada com a sua aparência e a das amigas.*

*Lecionava no cursinho da faculdade. Queria fazer a cabeça dos alunos. Mexia com o imaginário deles. Discutiu contracepção e levantou o debate sobre dupla moral e virgindade. Preparava e dava aulas, freqüentava a faculdade, estudos à noite, fazia política... Mas não parava de namorar. Uma rotina inovadora para as moças daqueles tempos. Enfrentava os preconceitos do irmão: “- Sou uma mulher livre. Absurdo é você, um socialista esclarecido ter preconceitos.”*

*Em 1965, a primeira passeata. Espanto e apoio popular. Corriam da polícia. Para ela, festas políticas. Calças compridas e sapato baixo para correr. Guarda-roupa especial de rua, ironizavam os colegas de grupos rivais.*

*Iara, em divagações sobre a mulher e o homem, achava obrigação das revolucionárias estabelecerem novos comportamentos. A busca do Homem Novo. Acabar com a educação moralista que as mulheres recebiam. Precisavam fazer amor escondido, bancarem as virgens, construir uma vida profissional e achar que mulher não é amiga de mulher. Todos deveriam ser revolucionários também nas ações cotidianas, no amor. A revolução do comportamento e da consciência.*

*Quando criticada pelas roupas e pelos ares burgueses, Iara respondia: “- Burrice as militantes andarem molambentas! A polícia vem logo atrás.” Não via motivos para descuidar da beleza em meio às lides políticas. Mas em alguns momentos, sentia-se culpada por valorizar roupas, acessórios, cabelo bem arrumado. Como eram revigorantes as idas ao cabeleleiro!*

*E as paixões continuavam! Cláudio, Antonio Eduardo, Roberto, Paeco, Agripino, José Dirceu. Essa era uma paixão de primeira dama! Elias, Sérgio, Marcelo, Antônio, Breno, João, Silvério, Ladislau, Flávio, Fernando. Lamarca. Teria o capitão sido o grande amor de sua vida? Iara nutria por ele uma paixão platônica.*

*Na VPR, reencontrou Lamarca, no início de 1968. Quando ele se transferiu para o MR-8, o seguiu. Estava cada vez mais apaixonada por ele, e ele, distante da família, começava a corresponder. A convivência comum em "aparelhos", o isolamento da rotina normal, contribuíram para o romance. Iara falava de Rosa Luxemburgo que se opunha ao sacrifício do amor e da vida pessoal. Talvez visse em Rosa o seu futuro. Ambas judias. Ambas lutando contra a repressão do Estado.*

*Tempo de transformar o presente, construir o futuro com as próprias mãos. Chega de falar! Agir! Ação, aqui, agora! O tempo das discussões, formulações havia levado à derrota. Das palavras à ação, da derrota à vitória. Podia demorar, mas estava no horizonte. Olhava, acenava. Só dependia de ir buscá-la. Quem ousaria? Quem venceria? A viagem à luta armada começava. A clandestinidade era uma realidade. Sussurros no aparelho, longe da família e dos amigos.*

*A luta mudou. Depois de meados de 1968, o isolamento só foi aumentando, numa curva em direção ao abismo. A sociedade recusava aquele projeto. Não era, exclusivamente, por medo, mas porque não se identificava com ele. Seus interesses e valores eram outros. A sociedade apenas assistia, não participava como eles haviam idealizado. Muitos presos, mortos, exilados. Diante do massacre, a opção de deixar o Brasil. Lamarca não quis e Iara o seguiu nas tentativas de fazer a guerrilha rural no interior da Bahia.*

*Mergulhada na solidão da clandestinidade, Iara acompanhava o mundo pelo rádio. A última parada: um apartamento na Praia da Pituba, em Salvador.*

*Nos momentos finais, deve ter olhado o mar, o céu, o sol... Os raios iluminando sua pele clara. As paixões desde criança.*

*Figura emblemática, para muitos, um mito. Busca e liberdade. Dizem que para todo acontecimento há três versões: a sua, a do outro e a verdade. A morte de Iara possui duas versões, comuns a mortes de muitos militantes. Teria a menina de olhos brilhantes, sorriso largo, cabelos ao vento se suicidado ou não quando foi cercada pela polícia?<sup>53</sup>*

---

<sup>53</sup> Segundo o relatório do Ministério da Marinha, Iara, aos 27 anos, teria se matado em 20 de agosto de 1971 com um tiro no peito quando os policiais invadiram o apartamento em que ela estava em Salvador. Desde 1998 a família reivindicava na Justiça o direito de exumação do corpo, para que um exame pericial

*Morria Iara, aos 27 anos, muito longe da velhice e muito perto da beleza.*

---

determinasse as reais causas de sua morte. Em setembro de 2003 a exumação foi autorizada. Em 2005 foi divulgado o laudo assinado pelo médico Daniel Romero Muñoz, perito da USP (Universidade de São Paulo), concluindo que "é improvável que a morte de Iara Iavelberg tenha ocorrido por suicídio". Informação obtida em: *Folha de São Paulo*, Suicídio de mulher de Lamarca é improvável, diz laudo. 26 de junho de 2005.

## Capítulo I

### *Perdão, meu capitão, eu sou gente para mais além do meu sexo*<sup>54</sup>

O objetivo do capítulo é apresentar uma análise da especificidade da participação feminina em organizações da esquerda revolucionária. Não é minha intenção fazer uma história da luta armada, nos anos 1960, e sim apresentar o cotidiano das organizações sob a ótica das mulheres que nelas militaram; identificar as motivações, opções, impressões e críticas em relação às próprias organizações armadas, ao que lhes dava forma e sentido.

A partir de 1961, iniciou-se um processo que caracterizou a trajetória das esquerdas brasileiras nos anos posteriores: o surgimento de diversas organizações, cuja principal característica era afirmar-se como alternativa política ao Partido Comunista Brasileiro. Dentre os 44 partidos políticos/organizações listados pelo Projeto Brasil: Nunca Mais, a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-Polop) foi a precursora deste processo<sup>55</sup>.

Apesar das divergências, as organizações apresentavam um elemento comum: faziam severas críticas quanto às orientações e às ações do PCB nos últimos anos. Nesta perspectiva, discordavam da tese do Partidão quanto ao caráter pacífico, nacional, democrático e antiimperialista da revolução brasileira, negando o papel revolucionário da burguesia<sup>56</sup> e revitalizando a necessidade do enfrentamento armado abandonado pelos comunistas brasileiros.

O golpe civil-militar e o imobilismo do PCB diante dele marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros a partir de 1964. O

---

<sup>54</sup> Frase de Maria Auxiliadora Lara Barcellos. CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa, RAMOS, Jovelino (orgs.). *Memórias do exílio*. Brasil 1964-1971. Vol 1, São Paulo, Livramento, 1976.

<sup>55</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira de (orgs.), *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2. ed, São Paulo, Expressão Popular, 2006.

<sup>56</sup> A proposta de Revolução sugerida pelo PCB seguia a orientação do VI Congresso da Internacional Comunista (1928). “Previa-se a revolução em duas etapas, a primeira das quais deveria ser ‘burguesa’, ou de ‘libertação nacional’. Congregando uma somatória de classes sociais progressistas, unidas para desenvolver as forças produtivas, a revolução burguesa implicaria superar os entraves impostos ao desenvolvimento nacional pelas relações feudais no campo e pela presença do imperialismo na economia.” RIDENTI, *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.. p. 31.

*golpe confirmava, então, a pertinência da ruptura com o PCB e incentivava o surgimento de organizações de luta armada.*<sup>57</sup> Os questionamentos e divergências dos grupos dissidentes do PCB e de outras organizações matrizes, como a Ação Popular (AP), o Partido Comunista do Brasil (PC do B) e a POLOP, eram de diversas ordens. Entretanto, Marcelo Ridenti, baseado numa proposição analítica esboçada por Marco Aurélio Garcia, subdivide em três grandes coordenadas as divergências entre os vários grupos nos quais se fragmentava a esquerda brasileira nos anos 1960: o caráter da revolução brasileira, as formas de luta para a ascensão ao poder e o tipo de organização necessária à revolução. O autor considera que:

“As divergências em torno desses três grandes temas no interior das esquerdas tinham como paralelo indissociável as transformações pelas quais passava a sociedade brasileira no período. Com o golpe de 64, reafirmado pelo AI-5 no final de 1968, instaurava-se a modernização conservadora da economia, concentradora de riquezas e considerada pelas classes dirigentes como a única saída viável para superar a crise vivida em meados da década de 60. A política econômica adotada tinha como contrapartida necessária a total submissão do trabalho aos ditames do capital, o que implicou a repressão ou desmantelamento das organizações dos trabalhadores, como sindicatos combativos e partidos clandestinos.”<sup>58</sup>

É neste clima de derrota e de contestação que parte da esquerda brasileira optou pela luta armada, contribuindo neste sentido as experiências de enfrentamento em diferentes partes do mundo. A vitória das revoluções Chinesa em 1949, Cubana em 1959, e Argelina em 1962, o processo das lutas de libertação nacional na África e no mundo muçulmano, a luta revolucionária no Vietnã, entre muitos outros processos, concederam novo ânimo aos movimentos revolucionários na América Latina. Dois pólos teóricos atraíam os grupos de esquerda no tocante às formas de luta revolucionária: o foquismo e o maoísmo. *O foquismo “adaptava” a revolução para a realidade latino-americana, respaldada numa certa leitura da significativa vitória*

---

<sup>57</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op.Cit., 2003. p.58.

<sup>58</sup> RIDENTI, Marcelo. Op. Cit, p.30.

*cubana; o maoísmo, legitimado igualmente por outra revolução vitoriosa, a chinesa, “adaptava” a revolução num país com forte tradição rural.*<sup>59</sup>

O ponto de partida da teoria do foco insistia na afirmação da existência de condições objetivas amadurecidas para o triunfo revolucionário nos países da América Latina. Ou seja, se as condições objetivas já existiam, eram necessárias as condições subjetivas para a vitória da revolução. E estas condições subjetivas expressavam-se na adesão das massas ao projeto guerrilheiro. Para tanto, a teoria privilegiava o fator militar sobre o fator político, a prioridade do foco guerrilheiro sobre o partido, uma novidade entre as esquerdas brasileiras<sup>60</sup>. Neste período, observou-se entre estas organizações uma supervalorização da ação. Para os militantes das dissidências do PCB, a esquerda até aquele momento muito discutira e pouco agira.

A organização de luta armada que mais radicalizou na valorização da ação e no desprezo pelas discussões teóricas foi a Ação Libertadora Nacional (ALN), formalmente fundada em 1968 por Carlos Marighella, ex-militante do PCB. Em *O papel da ação revolucionária na organização*, de maio de 1969, temos uma síntese da valorização da ação prática e uma acirrada crítica a tradição das esquerdas nas exaustivas discussões de teorias e programas:

“Já não resta dúvida, agora, depois de termos passado à ação revolucionária, que é somente através dela que pode surgir a organização capaz de tornar a revolução vitoriosa. (...) A outra maneira do crescimento das organizações revolucionárias rejeita o proselitismo e dá ênfase ao desencadeamento das ações revolucionárias, apelando para a violência extrema e o radicalismo. Foi esta maneira que preferimos, por ser a mais convincente, quando se trata de derrubar a ditadura com as forças das massas e através da luta armada, repudiando o jogo político das personalidades e grupos burgueses.”<sup>61</sup>

A concepção da capacidade de a vanguarda *suscitar* o processo revolucionário, em substituição aos movimentos sociais, num voluntarismo que superdimensionava a ação, levou ao militarismo<sup>62</sup>. Nesse sentido, algumas organizações, como a VPR

---

<sup>59</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op.Cit., 2003., p.59.

<sup>60</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

<sup>61</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira de (orgs.), Op. Cit, p. 265.

<sup>62</sup> As organizações militaristas eram aquelas que adotavam formas de luta e de propaganda armada e desprezavam as formas de luta de massas. GORENDER, Jacob, Op. Cit, p. 92.

(Vanguarda Popular Revolucionária) e a ALN, chegaram a reformular a idéia do papel da classe operária na revolução. A revisão baseava-se no pensamento de esquerda heterodoxo que defendia que somente os que não haviam sido integrados ao sistema podiam sublevar-se contra o capitalismo, numa primeira fase da revolução. Deslocou-se o centro revolucionário da classe operária para os setores à margem da ordem capitalista. Esta perspectiva serviu para justificar e legitimar a prática militarista e aprofundar o isolamento da vanguarda<sup>63</sup> em relação à sociedade<sup>64</sup>.

No exílio essa esquerda veria com surpresa e entusiasmo a experiência chilena, vivendo de perto um movimento político com ampla participação social: o governo socialista do presidente Salvador Allende. Os depoimentos de ex-militantes da esquerda armada dão conta desta emoção, em contraste com o isolamento do período anterior.

No período de dez anos, entre 1961 e 1971, as organizações estruturaram-se e foram desmanteladas pela repressão. No início da década de 1970, os militantes da luta armada estavam mortos, exilados, presos ou vivendo na clandestinidade no próprio país. Apenas o PC do B foi poupado do massacre, até a queda da Guerrilha do Araguaia e sua derrota final em 1974. Além da eficácia da tortura como instrumento utilizado pelos órgãos de repressão para desmantelar as organizações, a vitória da força repressora pode ser atribuída ao isolamento das organizações, diante da ausência de identidade da sociedade com o projeto revolucionário<sup>65</sup>.

## **Não confie em ninguém com mais de trinta anos de idade**

Foi expressiva a presença de estudantes nos grupos de esquerda armada nos anos 1960 e 1970; consta que 30,7 % dos 1.897 denunciados por vinculações com organizações guerrilheiras eram estudantes<sup>66</sup>. Ademais, nota-se que na maioria das

---

<sup>63</sup> Daniel Aarão define a dinâmica das organizações armadas como excludente e antidemocrática. Os militantes se autoproclamaram enquanto elite política que detém as chaves do conhecimento da *necessidade histórica*, ou seja, das leis do movimento da sociedade e de suas lutas, o que lhes confere capacidade de previsão e antecipação, estariam na direção do processo histórico. REIS FILHO, Daniel Aarão .Op. Cit, 1990.

<sup>64</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op.Cit., 2003.

<sup>65</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão .Op. Cit, 1990.

<sup>66</sup> No processo de rupturas e sangrias após a derrota do PCB, observou-se entre 1965 e 1968, o surgimento por todo o Brasil das chamadas dissidências estudantis (DIs), ou seja, bases universitárias que romperam com Partidão após o golpe de 64. Como exemplo temos: no estado do Rio de Janeiro formou-se a DI-RJ; na Guanabara, a DI-GB (ambas posteriormente denominadas Movimento Revolucionário 8 de

organizações a faixa etária predominante entre os militantes era de jovens entre 22 e 25 anos; 34,56 % dos 2.465 processados com idade conhecida estavam nesta faixa etária; 23, 57% tinham entre 26 e 30 anos; 15,42% entre 19 e 21; 10,55% de 31 a 35 anos de idade <sup>67</sup>. Cruzando os dados sobre a faixa etária dos componentes das esquerdas com os referentes à escolaridade, supõe-se que cerca da metade dos militantes das organizações armadas era composta por estudantes universitários, ex-estudantes recém-egressos da escola, e, em escala menor, estudantes do ensino médio. A adesão de jovens estudantes às organizações revolucionárias, após o golpe, não significa que os mais velhos não integravam os grupos. Sobretudo, os militantes veteranos dissidentes do PCB, como Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira da ALN, Apolônio de Carvalho, Mário Alves e Jacob Gorender do PCBR, estavam entre as lideranças de destaque nas organizações.

Os mais jovens dirigiram-se, preferencialmente, para os grupos revolucionários, considerados, no momento, as únicas alternativas perceptíveis ao PCB, cuja estrutura arcaica e burocratizada não era capaz de dar conta da complexidade da sociedade brasileira, nem mesmo da presença dos movimentos sociais dos anos 1960. Ou ingressavam no PCB para promoverem as cisões que dariam origem às Dissidências Estudantis. O fracasso da posição do Partido em 1964 e, principalmente, a ausência de resistência ao golpe, abalou profundamente as convicções políticas e morais dos militantes e simpatizantes, especialmente dos jovens. Ângela Muniz, que fazia parte do PCB, ressalta que rompeu com o Partido e ingressou na Dissidência Estudantil da Guanabara, primeiro porque se decepcionou com o *imobilismo* e com as posições *retrógradas* e *pacifistas* tomadas por este nos anos posteriores ao golpe; e segundo porque acreditava no projeto político revolucionário proposto pela organização armada <sup>68</sup>.

Ridenti sugere que:

“A destacada militância dos jovens nos partidos de esquerda após 64 (principalmente nos armados, que surgiam como novas alternativas de luta e intervenção na sociedade) deve ser compreendida em relação direta com a ímpar participação juvenil nos movimentos sociais no período, favorecida pelo

---

Outubro); havia a DI do Rio Grande do Sul; a DISP, paulista (depois integrada à ALN e à VPR; e em Minas Gerais a dissidência estudantil integraria a CORRENTE. RIDENTI, Marcelo. Op. Cit

<sup>67</sup> Idem, ibdem.

clima político e cultural dos anos 60. (...) A análise da participação dos estudantes na luta contra o regime militar deve ser considerada peça-chave para compreender as esquerdas armadas urbanas, ainda que elas tenham tido inúmeras facetas sociais além da estudantil.”<sup>69</sup>

Houve um conflito de gerações. O golpe fez emergir uma nova leva de jovens e inexperientes dirigentes, sem tradição, com pequena capacidade de aglutinação e coesão. Com a derrota, os *velhos* haviam perdido seu carisma e os *novos* estavam longe de adquirir o prestígio que os primeiros detinham antes de 1964<sup>70</sup>.

O título desta seção - “não confie em ninguém com mais de trinta anos de idade”- , foi um slogan da juventude dos anos 1960. Flávia Cavalcante, em 1968 era militante da Dissidência Secundarista do PCB no Rio de Janeiro, e, aos 17 anos, considerava os militantes de 26, 27 anos velhos demais<sup>71</sup>. Pelo mundo os movimentos de jovens desafiavam a moral conservadora da sociedade ocidental e as referências do socialismo. Ao estudarem os movimentos sociais dos anos 60, especialmente, a atuação das esquerdas armadas no cenário político brasileiro, no período, alguns autores utilizam o termo geração<sup>72</sup>, para compreenderem tal processo.

Nesse sentido, é útil o conceito de geração formulado por Jean-François Sirinelli. Para o historiador, entender a categoria de geração no sentido “biológico” significaria compreendê-la (e apresentá-la) como um fato natural. Por isso, prefere considerá-la também como um fato cultural, por um lado delineado pelo acontecimento e por outro derivado do sentimento de pertencimento. Ou seja, o indivíduo se auto-representa e se auto-proclama inserido numa faixa etária com forte identidade diferencial. Afirma também que a geração é uma reconstrução do historiador que classifica e rotula. Logo, devemos estar atentos aos limites do seu uso como elemento de periodização, já que a noção nos remete à de regularidade, e os *atos inauguradores* se sucedem de forma irregular: por isso, existem gerações curtas e gerações longas.

---

<sup>68</sup> Entrevista com Ângela Muniz concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de maio de 2003, Rio de Janeiro

<sup>69</sup> RIDENTI, Marcelo. Op. Cit, p. 121.

<sup>70</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit, 1990.

<sup>71</sup> Entrevista com Flávia Cavalcante concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 29 de julho de 2002, Rio de Janeiro

<sup>72</sup> O ensaio de Luciano Martins, *A geração AI-5*, é um exemplo de trabalho que busca configurar a existência de uma geração com origem social e geográfica específica. MARTINS, Luciano. “A geração AI-5”. *Ensaio Opinião*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, n. 2, p. 72-102, 1979. Denise Rollemberg ao estudar o exílio durante os anos 60 e 70, utiliza o termo geração de 1964 e geração de 1968. ROLLEMBERG, Denise. Op.Cit.,1999.

Sirinelli considera que um estrato demográfico se torna uma geração somente quando adquire uma existência autônoma e uma identidade (elementos geralmente determinados por um evento fundador marcante), processo verificado muitas vezes em um setor bem determinado da sociedade.<sup>73</sup> Neste sentido, Luciano Martins adverte que a idéia de geração, tendo por referente apenas um estágio biológico e abolindo quaisquer referentes sociais, tende a introduzir uma generalização indevida. Como se todos os jovens do período integrassem um todo homogêneo e coerente.<sup>74</sup>

Do ponto de vista da pesquisa, a utilidade do conceito está em observarmos em nosso grupo de estudo - mulheres de classe média, militantes ou simpatizantes das organizações de esquerda revolucionária, que após a derrota deste projeto, incluíram em sua militância política a questão da especificidade da luta pelo fim da *opressão* da mulher na sociedade brasileira - elementos de auto-representação que as enquadrem como pertencentes a uma mesma geração. O marco fundador foram as manifestações, sobretudo do movimento estudantil, iniciadas em 1965/1966, culminado com o Ato Institucional no 5. Essa geração está identificada a militantes jovens, com posições críticas ao projeto político revolucionário do PCB, em grande parte iniciaram a militância no movimento estudantil, de onde saíram para integrarem a luta armada. Os eventos e as lutas do pós-64 – o movimento estudantil, as passeatas, as greves, a luta armada, o treinamento guerrilheiro, a clandestinidade, as ações de expropriações, o seqüestro de diplomatas – são as referências<sup>75</sup>.

### **As belas entre as feras...**

Classe média intelectualizada, com alto nível de instrução, muitos jovens do sexo masculino, residindo em grande número nos principais centros urbanos. Essa era a composição social da maioria dos militantes da esquerda armada. Entretanto, algumas organizações contavam com um considerável número de mulheres em seu quadro de militantes. Na grande maioria dos grupos armados urbanos, o percentual de mulheres

---

<sup>73</sup> SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996. p.131-137.

<sup>74</sup> MARTINS, Luciano. Op. Cit.

<sup>75</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op.Cit.,2004.

denunciadas ficou entre 15% e 20% do total de envolvidos<sup>76</sup>. Esta porcentagem é muito significativa, se levarmos em consideração a posição submissa na política e na sociedade brasileira da mulher até a década de 1960. A participação de mulheres em movimentos políticos no período reflete um questionamento delas diante da premissa mulher-espço privado *versus* homem-espço público. Sobretudo nas esquerdas armadas, a participação feminina promoveu uma ruptura do estereótipo da mulher restrita ao espço privado e doméstico, como mãe, esposa, irmã e dona-de-casa, que vive em função do mundo masculino.

Outro indicativo de que esta porcentagem não é insignificante, está no fato de, no período anterior, ou seja, na geração de 1964, a participação feminina em organizações políticas ser ínfima. Grande parte as mulheres desta geração que participavam do PCB, estavam ali pela militância do marido ou do pai. O engajamento era quase uma extensão das relações familiares. Já as mulheres da geração de 1968, iniciaram a militância política por opção, seja na universidade ou na igreja.

Ridenti destaca um outro elemento de inovação em relação à participação da mulher nos grupos de esquerda armada: a opção dos grupos guerrilheiros implicava uma luta militar, que, pelas suas características, tendia a afastar a integração feminina, já que, historicamente, sempre foi mais difícil converter mulheres em soldados. O número de mulheres em organização tipicamente militaristas é surpreendente: 15,4 % do total na ALN e 24,1% na VPR<sup>77</sup>. Aliás, no *Manual do guerrilheiro urbano*, Carlos Marighella, em junho de 1969, faz no último parágrafo uma referência à participação das mulheres na luta armada:

"Com respeito à mulher brasileira, sua participação na guerra revolucionária, em particular na guerrilha urbana, tem sido distinguido por seu espírito lutador e tenacidade sem limite, não é somente por sorte que tantas mulheres têm sido acusadas de participação nas ações de guerrilha contra bancos, centros militares, etc., e que tantas estão em prisões enquanto que tantas outras ainda são procuradas pela polícia. Como uma escola para escolher o guerrilheiro, a guerra de guerrilha urbana prepara e coloca ao mesmo nível de responsabilidade e eficiência a homens e mulheres que compartilham os mesmos perigos de lutar, buscar suprimentos, servir como mensageiros ou

---

<sup>76</sup> RIDENTI, Marcelo. Op. Cit.

<sup>77</sup> Idem, ibdem.

corredores, ou motoristas, ou navegantes, ou pilotos de aviões, obtendo informação secreta, e ajudando com a propaganda ou o trabalho de doutrinação"<sup>78</sup>.

Outro elemento de destaque é o fato de a participação feminina nos grupos armados ser percentualmente mais elevada que no PCB, como revelam os dados sobre as mulheres processadas por integração a este partido, antes e após 1964, cerca de 5%.<sup>79</sup> Dentre as militantes destas organizações, a maioria era jovem e estudante, integrantes da chamada geração de 1968, conforme discutido anteriormente. Entretanto, apesar da participação feminina em movimentos de esquerda ser indicado como um elemento de contestação e ruptura da posição submissa da mulher na sociedade brasileira e na política, não devemos identificar esta participação atrelada somente a esta característica, até porque, no período, estas reivindicações não possuíam um caráter feminista. As mulheres tinham consciência que suas opções divergiam da ordem estabelecida, mas têm clareza que a participação nas organizações não era motivada pela problemática do papel das mulheres e de seu *status* na sociedade brasileira.

A modernização da sociedade brasileira proporcionou transformações tanto na posição da mulher quanto na estrutura familiar. A partir dos anos 1960, houve uma maior participação da mulher no mercado de trabalho e nas universidades. Outro elemento importante neste processo foi a liberdade sexual proporcionada pela pílula anticoncepcional, proporcionando à mulher a dissociação do sexo da função reprodutiva. A questão da virgindade foi muito debatida entre as jovens do período. Não era mais como fora para suas mães, o bem mais precioso que uma mulher podia oferecer para um homem. Isto permitiu às mulheres a busca do prazer nas relações, e, conseqüentemente, a troca de parceiros. A liberdade sexual era considerada uma ousadia entre as frações conservadoras de nossa sociedade. Um fato ilustrativo do moralismo foi a divulgação nos jornais das cartelas de pílulas anticoncepcionais apreendidas pela polícia no XXX Congresso da UNE, em Ibiúna, em 1968.

No período, há imagens e personagens emblemáticos. As figuras femininas da luta armada habitavam o imaginário daqueles tempos. Para alguns eram terroristas e promíscuas, para outros ousadas e corajosas. O que dizer da *loura dos assaltos* que estampava as manchetes dos jornais? As trajetórias de duas mulheres nas organizações

---

<sup>78</sup> MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano*. São Paulo, Assírio e Alvim, s/d.

<sup>79</sup> RIDENTI, Marcelo. Op. Cit

da esquerda revolucionária marcaram os anos 1960 e 1970. Se Iara Iavelberg era uma musa em São Paulo, Vera Sílvia Magalhães era um mito no Rio de Janeiro.

A trajetória de Iara foi marcada por uma metamorfose<sup>80</sup>. A jovem judia casou-se aos 16 anos e aspirava ser a esposa de um renomado médico. Anos mais tarde tornou-se mulher de Carlos Lamarca, o capitão que deixou o Exército brasileiro levando armas do quartel de Quitaúna para a revolução. Foi na faculdade de psicologia da USP que iniciou a militância política, primeiramente no movimento estudantil e depois numa organização clandestina. Era uma figura-símbolo. Misto de busca e liberdade.

Militante do MR-8 e participante do seqüestro embaixador norte-americano, Vera era uma mulher de padrões muito diferentes e ousados. Aos 16 anos iniciava a militância no movimento estudantil secundarista. Neste período fez um aborto, pois o trabalho político não combinava com a maternidade. Queria fazer parte do grupo dos que buscavam mudar a história do país, fazer a revolução. Em 1967 passou a integrar o Comitê Central do grupo armado, órgão maior da direção partidária.<sup>81</sup> A imagem mais divulgada dela é a da moça na cadeira de rodas, uma dentre os 40 presos trocados pelo embaixador alemão.

Toda a mobilização política e cultural e os projetos de transformação de cunho revolucionário e reformista da década de 1960 foram elementos propulsores do engajamento das jovens em organizações políticas. Vera Thimóteo destaca que todos tinham que se posicionar politicamente: ou se era a favor ou se era contra, dificilmente não se podia achar nada<sup>82</sup>. Para muitas, o movimento estudantil foi o primeiro contato com a militância. *Simone*<sup>83</sup> considera que todo o ímpeto transformador do pré-64 e a campanha pelas Reformas de Base do governo Goulart criavam nas escolas e universidades um ambiente de muita efervescência cultural e debate político, mobilizando muitos jovens para a militância. *Pagu* coloca que sua participação no movimento estudantil, e posteriormente na Ação popular (AP) foi por convicção, por compreender que era necessário lutar por um mundo diferente.<sup>84</sup> Para Juliana da Rocha,

---

<sup>80</sup> Esta metamorfose está delineada no perfil biográfico no início deste capítulo.

<sup>81</sup> Entrevista com Vera Sílvia Magalhães concedida a Denise Rollemberg, em 25 de janeiro de 1994, Rio de Janeiro.

<sup>82</sup> Entrevista com Vera Thimóteo, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de setembro de 2003, Rio de Janeiro.

<sup>83</sup> Os nomes em itálico e sem sobrenome, indicam que são nomes fictícios utilizados pela autora. COLLING, Ana Maria. Op. Cit.

<sup>84</sup> Idem, ibdem. .

que viveu a infância no interior de Pernambuco, toda a *consciência política* teve raízes na realidade do interior do nordeste, na condição de miséria da população<sup>85</sup>.

As motivações para o ingresso no movimento político são diferenciadas entre as mulheres. Observamos em muitas trajetórias, além de motivações relacionadas a questões individuais, um aspecto muito comum: a preocupação com a justiça social. Muitos militantes iniciaram o engajamento político em movimentos da Igreja Católica, outros destacam o exemplo dos pais, que mesmo não possuindo militância nem posicionamento político, tinham a questão social e a solidariedade ao próximo presentes na educação dos filhos. Proveniente de uma família de classe alta de São Paulo, mesmo se relacionado com a *burguesia paulista*, *Bethânia*<sup>86</sup> nunca deixou de se preocupar com as questões sociais, tanto que logo que se mudou para o Rio de Janeiro subiu os morros para fazer trabalho com as comunidades carentes. A desigualdade social a angustiava. Declara que pensou em ser freira, devido à vocação de missionária. Entretanto, foi nas mobilizações do movimento estudantil e todo o debate de transformação da sociedade, que diz ter encontrado o seu convento.

Sobre a reflexão de *Bethânia*, é interessante a colocação do pensador conservador Nicolás Bernadiaz. O autor defende que mesmo que a ideologia marxista-leninista condene o cristianismo, definido como uma religião obscura, seus preceitos possuem referências próximas a este. Como por exemplo, o caráter messiânico atribuído ao proletariado. Ademais tanto um pensamento quanto o outro são regidos pela busca da justiça social. Nesse sentido, ressalta que tanto os cristãos quanto os comunistas almejam a emergência de um *homem novo*, de uma estrutura psíquica renovada. Entretanto, os preceitos para tal conquista são diferenciados<sup>87</sup>.

Como disse muitos jovens estudantes na década de 1960 tiveram como primeira experiência política organizada a militância no PCB. Entretanto, romperam com o partido por discordarem de sua posição “reformista”, sobretudo, após a derrota em 1964. A partir de 1966, e, sobretudo 1968, temos a formação das chamadas Dissidências estudantis do PCB. A partir de então, o projeto revolucionário das organizações armadas ia conquistando jovens advindos do movimento estudantil. Lúcia Murat questionava as influências internacionais e as práticas stalinistas do Partido. As

---

<sup>85</sup> Depoimento de Juliana da Rocha. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa, RAMOS, Jovelino (orgs.), Op. Cit. pp.175-183.

<sup>86</sup> Os nomes em itálico e sem sobrenome, indicam que são nomes fictícios utilizados pela autora. FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

propostas políticas das dissidências possuíam um olhar mais voltado para a realidade brasileira e o projeto revolucionário destes grupos a seduzia<sup>88</sup>. Flávia Cavalcante lembra que, com o aumento da repressão e com a instituição do AI-5, a impossibilidade de continuar fazendo movimento estudantil, levou muitos militantes a analisarem as propostas das organizações clandestinas. Ela afirma que a entrada numa organização de luta armada foi uma decisão conjunta com o grupo de amigos que militava com ela no movimento estudantil secundarista. Conclui que foi um representante de uma determinada organização que a *seduziu* através de seu discurso<sup>89</sup>.

Para Daniel Aarão Reis, as organizações revolucionárias estruturaram a coesão interna baseadas em princípios e mecanismos de funcionamento, do que se convencionou chamar marxismo-leninismo: a inevitabilidade da revolução socialista, o papel revolucionário do proletariado neste processo e a indispensabilidade do partido de vanguarda. Emergem os inquestionáveis mitos. Os militantes de níveis subalternos vivenciarão a estratégia de tensão máxima, o complexo da dívida, o leque de virtudes, o massacre das tarefas, a celebração da autoridade, a ambivalência das orientações, e a síndrome da traição<sup>90</sup>. Os postulados condicionaram o comportamento e o cotidiano dos militantes, além de proporcionarem coesão às organizações, e talvez, a tensão gerada seria responsável em grande parte pela fragmentação dos grupos.

A militância nas organizações clandestinas foi um período marcado por tensão e medo. A sistemática de vida em comum proporcionou uma permissividade entre os militantes, seja por estratégia política ou por ligações afetivas. Estavam longe de suas casas, famílias e amigos. Os companheiros de “aparelho”, num momento de solidão, dor e insegurança eram o ombro amigo - ouvintes e confidentes. Não havia privacidade e a interferência um na vida do outro era freqüente. Em termos de regulamentação da vida na clandestinidade, os domínios público e privado se confundiam, com forte interferência das organizações na vida pessoal do militante, muitas vezes através de rigorosas determinações. Inclusive, muitas mulheres foram proibidas pelo comando da organização de se relacionarem com determinados homens de outros grupos ou até mesmo por não serem militantes. Outras foram “aconselhadas” a abortar, pois aquele

---

<sup>87</sup> BERDIAEFF, Nicolás. *El cristianismo y el problema del comunismo*. 4ª ed, Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, 1943.

<sup>88</sup> Entrevista com Lúcia Murat, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 11 de abril de 2003, Rio de Janeiro.

<sup>89</sup> Entrevista com Flávia Cavalcante, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 29 de julho de 2002, Rio de Janeiro.

<sup>90</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit, 1990, 107-143.

não era o momento oportuno para a maternidade, todo o esforço deveria estar voltado para a revolução.

Umam acatavam as ordens, outras não. Como é o caso de *Luzia* que não deixou de participar das reuniões da organização, levando o filho recém-nascido e amamentando-o diante *daquele bando de homens; ficavam todos sem jeito, sem saber o que fazer – mesmo porque eles eram contra a gente ter filho naquela altura e eu nem liguei para isso.*<sup>91</sup> Observa-se uma certa contradição que foi vivenciada por essas jovens. Ao mesmo tempo em que sua inusitada autonomia sobre suas vidas sexual e afetiva rompia com códigos morais da sociedade, criava-se outra ordem de código – inspirada em interesses estratégicos e com aplicações algumas vezes rígidas, segundo a estruturação de cada grupo.

Ser militante era estar em dívida com a sua organização, como viu Daniel Aarão Reis. Esta lhes proporcionou: uma nova concepção de mundo, padrões de orientação política, uma comunidade de companheiros, um conjunto de tarefas que absorvem até a espinha dorsal e dão sentido à vida, além das normas de comportamento que se referem à sua vida pessoal e os padrões morais a serem seguidos. O comunista deveria ser organizado e assumir uma prática social centralizada<sup>92</sup>.

As regras rígidas de conduta atingiam a todos os militantes. Desta forma, ela não é considerada uma questão específica de gênero, uma vez que o superdimensionamento da ação e do militarismo levavam à valorização da coragem. Tanto Vera Thimóteo quanto Flávia Cavalcante, ex-militantes da Var-Palmares (Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares), ressaltam que havia nas organizações uma valorização das mulheres corajosas, muito mitificadas; já as *medrosas* eram discriminadas. E este era um elemento definidor do recrutamento de militantes para determinadas tarefas. *Vitória* participou de treinamento e ações armadas, porém, nunca revelara o medo que sentia de armas, *porque aquilo era coisa de mulher*<sup>93</sup>. *As mulheres tinham que ser as melhores, e havia uma concorrência dentro da organização. E o treinamento privilegiava quem dava o tiro mais certo.*<sup>94</sup>

Nos grupos de esquerda dos anos 1960 e 1970, poucas mulheres ocuparam posição de dirigente na hierarquia de uma organização. *Catarina* foi dirigente da

---

<sup>91</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit. P. 121.

<sup>92</sup> Idem, ibdem. p. 133.

<sup>93</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

<sup>94</sup> Entrevista com Vera Thimóteo, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de setembro de 2003, Rio de Janeiro.

POLOP, em 1965, e, diferentemente de outras militantes, é coerente ao atribuir à competência dos integrantes a distribuição de responsabilidades e tarefas nas organizações. E reforça que as mulheres estavam em pé de igualdade com os homens e que o posto de cada integrante independia do fator sexo<sup>95</sup>.

Já Vera Sílvia Magalhães, que também ocupou cargo de direção na Dissidência da Guanabara, destaca que as mulheres, em geral, não ocupavam funções de destaque na hierarquia das organizações<sup>96</sup>. Lembra como era difícil integrar a liderança de uma organização revolucionária. *Eu era a única mulher no meio de sete homens. Fiz um puta esforço para chegar lá [na direção]. A minha militância política foi uma batalha, porque, além de tudo, havia o preconceito machista.* Vera ressalta que algumas mulheres que ocuparam papéis de liderança, possuíam posturas masculinizadas, eram agressivas nos debates políticos, e precisavam falar duramente para serem ouvidas. Avalia que era respeitada no grupo por se mostrar uma pessoa ríspida e determinada.<sup>97</sup>

Iara questionava por que não era chamada para atuar nas ações armadas. A militância na VPR configurou-se em grande parte na cobertura de pontos, levar e trazer mensagens, fazer levantamento e a passagem dos malotes bancários de um carro para o outro, datilografar e distribuir jornais. Aprendeu a atirar, mas não a consideravam boa.<sup>98</sup>

A militância política nas organizações de esquerda e o comportamento “ousado” para aqueles tempos, de certa forma proporcionaram uma ruptura com o papel destinado à mulher na sociedade. Elas circulavam pelo espaço dominado pelos homens, a política, e desfrutavam de uma liberdade sexual nada comum para as mulheres. Casar, ter muitos filhos, ser esposa e mãe exemplar não estavam em seus planos. O contato com os companheiros de organização e a ausência de controle familiar, dada a nova forma de vida que experimentavam, ofereceram-lhe maior liberdade, contrastando com a experiência da maioria de jovens de sua faixa etária. Estas jovens discutiam nas organizações a perspectiva política da revolução, mas vivenciavam no cotidiano uma revolução de costumes, na qual, através dos comportamentos, subverteram papéis tradicionais de gênero. Tabus como virgindade, aborto e *opressão* sexual eram quebrados.

---

<sup>95</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

<sup>96</sup> Vera assinala que muitas mulheres integravam o quadro de “aparelho”, ou seja, não eram designadas a tarefas nas ruas. Entrevista com Vera Sílvia Magalhães concedida a Denise Rollemberg, em 25 de janeiro de 1994, Rio de Janeiro.

<sup>97</sup> CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

<sup>98</sup> PATARRA, Judith Lieblich. Op. Cit.

Para termos idéia do impacto da ruptura, aquelas cujos pais e mães eram pessoas ligadas à política e com posições consideradas por elas avançadas em determinados aspectos, encararam com naturalidade e até mesmo admiração o engajamento político das filhas nas organizações de esquerda. Entretanto, apresentavam reservas em relação à conduta moral, sobretudo à liberdade sexual. Tanto Lúcia Murat quanto Vera Sílvia destacam a contradição: a aceitação da militância política e a reprovação do comportamento sexual. Os pais das duas receberam com muita decepção a notícia da gravidez das filhas naquele período. O depoimento de Lúcia nos dá esta dimensão:

*Eu acho que papai tinha muito orgulho, achava uma porra-louquice essa história toda (...) Eu acho até engraçado do ponto de vista dos valores, papai era um médico, mas ao mesmo tempo era muito conservador. E eu fiquei grávida em 69, e tinha que fazer um aborto, e eu fiquei meio apavorada, e liguei para ele para ver se ele me descolava um médico, ele ficou arrasado e eu me lembro que ele falou essa frase, que eu acho antológica: ‘Você não saiu de casa pra isso’. Ou seja assaltar banco, seqüestrar tudo bem, mas engravidar não podia! Ele ficou arrasado, mas mandou o dinheiro de que eu precisava<sup>99</sup>.*

Apesar da “suposta” igualdade entre homens e mulheres nas organizações, os depoimentos mostram a superioridade hierárquica dos homens, além das posições machistas de alguns em relação à ocupação de cargos de direção por mulheres. Em um congresso organizado pela Dissidência da Guanabara, um militante argumentou que Vera Sílvia era uma mulher muito “instável” para integrar a cúpula da organização, pois era muito namoradeira e possuía vários parceiros. Ela questionou o julgamento do companheiro argumentando se os homens também não poderiam ser considerados “instáveis” por também terem tal comportamento. Para os homens era aceitável, mas para as mulheres não. Era difícil ser respeitada e valorizada intelectualmente, ainda mais se possuísse um comportamento “desviante”.<sup>100</sup>

Nas organizações marxistas-leninistas, o partido de vanguarda – que pode ser a organização na interpretação foquista – possuía um lugar central no processo

---

<sup>99</sup> Entrevista com Lúcia Murat, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 11 de abril de 2003, Rio de Janeiro.

<sup>100</sup> Entrevista com Vera Sílvia Magalhães concedida a Denise Rollemberg, em 25 de janeiro de 1994, Rio de Janeiro

revolucionário.<sup>101</sup> Tratava-se de uma elite intelectual, fruto de seleção especial. Ao ingressar no Partido, o militante assumia sensações e noções de superioridade. Não lhe faltavam motivos: passou a fazer parte de um *estado-maior* que vai transformar o mundo e possui as chaves de sua compreensão. Diferencia-se das pessoas comuns por possuir um saber especial – o marxismo-leninismo- e um poder sobre elas e os acontecimentos<sup>102</sup>. A visão que as mulheres militantes tinham das mulheres não-militantes, permite compreender o mito de superioridade presentes nas organizações. Durante a juventude e o período de militância *Simone*, classificava as mulheres em três grupos: as de direita, as alienadas e a deusas (as militantes de esquerda). Era inconcebível o fato de que, enquanto umas estavam dispostas a lutar pelo fim do regime civil-militar e pela revolução socialista, outras buscavam status, ascensão social e um bom casamento. *Violeta* ressalta que as “deusas” não conseguiam expressar os aspectos femininos presentes nas mulheres alienadas, porque se encontravam num patamar intelectualmente superior<sup>103</sup>.

Os comunistas são os detentores da compreensão do mundo. Acreditavam na certeza da vitória, mas este seria um processo incerto e penoso. Para tanto, era preciso se livrar dos vícios da sociedade capitalista, renunciar às amenidades, sacrificar-se e determinar-se em prol da revolução. E do ponto de vista individual devia-se ter uma vida pessoal exemplar. Vera Thimóteo era questionada tanto pelos superiores quanto pelos colegas de organização, pois se negava deixar alguns “valores burgueses”: roupas da moda, maquiagem, perfumes, penteados, bailes de carnaval<sup>104</sup>.

O militante é permeado por desvios que traz da sociedade capitalista e que o marcam independente de sua vontade. Aqueles advindos da classe média tinham que livrar-se de suas características de origem. O que culminou no chamado “suicídio de classe”: dele emergiria um revolucionário. A metamorfose implicaria luta e esforço. Flávia Cavalcante lembra que usava lenço, cortou os cabelos, doou todas as suas roupas “burguesas” e sentia-se muito culpada por pertencer à *pequena-burguesia*. O *ranço burguês* afligia os militantes de classe média. As organizações comunistas em sua composição eram constituídas, predominantemente, por indivíduos provenientes da pequena-burguesia intelectualizada. Daniel Aarão ao analisar os documentos das

---

<sup>101</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit., 1990.

<sup>102</sup> Idem, ibidem.

<sup>103</sup> COLLING, Ana Maria. Op. Cit.

<sup>104</sup> Entrevista com Vera Thimóteo, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de setembro de 2003, Rio de Janeiro.

organizações de esquerda na década de 1960, revela que as auto-avaliações dos partidos quanto à origem social de seus componentes era uma questão delicada e de poucas referências:

“Afinal, admitir-se uma composição social pequeno-burguesa significa reconhecer a presença de desvios inerentes a esta classe. Daí o constrangimento de muitos, mas, ao mesmo tempo, o significado deste reconhecimento, tanto mais quando é feito por escrito.”<sup>105</sup>

Aliás, a feminilidade era uma questão que muito atemorizava as militantes. Num esforço destemido para serem vistas como militantes pela a organização e serem tratadas com igualdade pelos companheiros de militância, renunciavam aos cuidados com a aparência, e muitas assumiam uma postura masculinizada. *Simone* ao entrar para a Fração Bolchevique Trotskista (FBT) confessa que fez um *esforço* de dessexualização<sup>106</sup>. *Anita* considera que de certa forma as militantes olhavam para as mulheres com certa condescendência, elas tinham que preencher requisitos masculinos e seguir referências também masculinas. O devir histórico era igual para todos<sup>107</sup>. Ainda nesta perspectiva, *Luzia* confessa que ela própria discriminava as mulheres e ressalta que ela e sua irmã, por receberem uma educação diferenciada de muitas mulheres na época, abriram muitos caminhos para as outras:

“Fazer política para mim era só com homem; com mulher era tudo muito complicado, os pais tinham que autorizar tudo. Já pensou eu entrar na casa de uma menina e perguntar para os pais se ela podia entrar para o Partido Comunista?”<sup>108</sup>

A experiência dos militantes das organizações da esquerda revolucionária era marcada por uma série de atividades, fossem elas internas, realizadas para atender imposições da própria vida orgânica, ou externas, referentes à sociedade envolvida. Dentre as obrigações dos militantes destacam-se: o estudo teórico, o debate político-teórico interno, o trabalho de massas, o trabalho de agitação e propaganda.<sup>109</sup> O excesso

---

<sup>105</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit, 1990, p. 148.

<sup>106</sup> COLLING, Ana Maria. Op. Cit.

<sup>107</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

<sup>108</sup> Idem, ibdem, p. 138.

<sup>109</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit, 1990.

de tarefas proporcionou comportamentos, que poderiam ser interpretados com uma postura de abdicação de valores. *Violeta* analisa que o descuido com a aparência decorreu mais pela falta de tempo: *a gente usava roupa da maneira que dava, não usava roupa porque era a moda, ou para fazer protesto, usava uma roupa que a atividade permitisse*<sup>110</sup>.

Não somente por questão de segurança, mas também pelo equilíbrio emocional dos militantes, durante o período de clandestinidade tentava-se reproduzir nos aparelhos um mínimo de normalidade cotidiana. E a mulher desempenhou um importante papel na estrutura aparentemente familiar conferida à vida clandestina. Nesta situação, há uma afirmação dos lugares de *mães-esposas-donas-de-casa*. Tanto para Flávia Cavalcante quanto Mariza Formaggini<sup>111</sup> procuraram estreitar laços com a vizinhança durante o período em que viveram clandestinas.

Durante o período de militância, as mulheres passaram por muitos questionamentos pessoais. Cobranças quanto ao aperfeiçoamento teórico, a dinâmica do projeto revolucionário das organizações que levou ao afastamento da sociedade e o caráter anti-democrático dos partidos. *Vitória* destaca que as decisões eram sempre resolvidas pela cúpula da organização<sup>112</sup>. Juliana da Rocha argumenta que durante o momento em que passou por intenso questionamento pessoal quanto à validade de sua militância, não conseguia dedicar-se à leitura e às atividades junto à sociedade. Quanto aos questionamentos e a pressão exercida pelo partido em relação à “abertura”, sob tortura, de informações e nomes de militantes, admite que:

“Era um problema de fraqueza, mas não como se dizia na época, que quem abria era *traidor do povo*. Isso nem sempre era verdade. A repressão e as torturas eram super-violentas, mas a nossa organização, muito dura nessa época, dizia: *abriu é traidor*. Eu ficava com isso na cabeça e indagava se não seria melhor reconhecer que era uma pequeno-burguesa e sair da organização, do que estar nela e amanhã não agüentar a tortura e ser *traidora da classe operária*.”<sup>113</sup>

---

<sup>110</sup> COLLING, Ana Maria. Op. Cit., p. 69.

<sup>111</sup> Entrevista com Mariza Formaggini, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 22 de outubro de 2002, Rio de Janeiro.

<sup>112</sup> FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. Op. Cit.

<sup>113</sup> Depoimento de Juliana da Rocha. In: CAVALCANTI, Pedro Celso Uchoa, RAMOS, Jovelino (orgs.), Op. Cit. p. 181.

Considero pertinentes algumas reflexões sobre o trabalho com a metodologia de história oral, que foi a fonte privilegiada para a análise. O trabalho com a metodologia de História Oral proporciona o processo de lembrar e relembrar sujeitos históricos, ou mesmo de testemunhas da história vivida por uma coletividade. Sendo assim, os depoimentos tendem a demonstrar que a memória pode ser identificada como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente. Nesse sentido, os historiadores devemos nos atentar que os depoimentos utilizados na pesquisa podem ser reconstruções em épocas diferentes. A memória de uma pessoa sofre transformações ao longo da vida. O que ela fala hoje não apresenta a mesma narrativa do que falou há dez anos atrás, sobre a mesma experiência passada. Para Maurice Halbwachs, toda memória é socialmente construída, sendo a construção o resultado de uma reconstituição do passado inserido num quadro de recordações comuns a um determinado grupo histórico. Ou seja, o que é lembrado apenas possui sentido em relação a um conjunto do qual se faz parte.<sup>114</sup>

Nos últimos trinta anos, observamos um crescente interesse da historiografia contemporânea em investigar a construção de identidades sociais relacionadas à condição nacional, étnica, profissional, geracional, sexual, religiosa, individual, político-institucional etc. Diversos estudos se dedicaram à investigação dos modos como se constroem as identidades em diferentes grupos sociais. São assim relevados os investimentos que um grupo faz ao longo do tempo com vistas a promover em cada um de seus componentes *o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência*.<sup>115</sup> Estas pesquisas têm colaborado, direta ou indiretamente, para a compreensão das construções identitárias, ao investigar as relações entre os indivíduos e os limites e condicionamentos dos comportamentos individuais e coletivos, destacando-se a questão das motivações, dos interesses e das estratégias construídas e legitimadas socialmente.

A memória tem como função conservar determinadas informações selecionadas, organizadas e reorganizadas pelo ato/trabalho de lembrar, que nos remete a um conjunto de funções psíquicas pelas quais os indivíduos podem atualizar informações passadas ou que eles representam como passadas.<sup>116</sup> Deste modo, a memória como fundamento da identidade reporta-se aos comportamentos e aos imaginários coletivos, na medida em

---

<sup>114</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990. .

<sup>115</sup> POLLAK, Michel. "Memória e identidade social". *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, FGV, n. 10, 1992. p. 206.

<sup>116</sup> LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas, UNICAMP, s/d..

que o relembrar individual está relacionado à inserção histórica de cada indivíduo. Michael Pollak, citando Maurice Halbwachs, ressalta que a construção da memória se realiza num processo de intensa negociação que visa a conciliar memória coletiva e memórias individuais. Memória e identidade são valores disputados em conflitos sociais e intergrupais e em embates que opõem grupos políticos diversos.

Gilberto Velho destaca um outro elemento que também se faz presente na construção de identidades: o projeto. A noção de projeto está, segundo o autor, inserida num campo de possibilidades que marcam o advento do indivíduo-sujeito. Nas sociedades onde predominaram ideologias individualistas, o indivíduo é socialmente significativo, por conseguinte a sua trajetória de vida é fundamental. Como afirma Velho:

“Nesse sentido a memória deste indivíduo é que se torna socialmente mais relevante. Suas experiências pessoais, seus amores, desejos, sofrimentos, decepções, frustrações, traumas, triunfos, etc. são os marcos que indicam o sentido de sua singularidade enquanto indivíduo, que é constantemente enfatizada. Carreira, biografia e trajetória constituem noções que fazem sentido a parte da eleição lenta e progressiva que transforma o indivíduo biológico em valor básico da sociedade ocidental moderna.”<sup>117</sup>

A construção de uma memória que valoriza a individualidade singular possibilita a este indivíduo a elaboração e a condução de projetos.<sup>118</sup> Enquanto a memória permite uma visão retrospectiva mais ou menos organizada de uma trajetória, o projeto antecipa no futuro esta trajetória, buscando, através do estabelecimento de objetivos e fins, a organização dos meios através dos quais esses poderão ser alcançados. A consciência do projeto depende da memória, que fornece os indicadores básicos de um passado que produziu as circunstâncias do presente, sem a consciência das quais não é possível ter ou formular projetos.<sup>119</sup>

Na constituição da identidade social dos indivíduos, a memória e o projeto individual são elementos essenciais. São visões retrospectivas e prospectivas que situam

---

<sup>117</sup> VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto; uma visão antropológica.” *Revista TB*, 95: 119-126, out. /dez. 1988, p. 122.

<sup>118</sup> Velho ressalta que o ator que organiza e conduz o projeto não é necessariamente um indivíduo, podendo ser um grupo social, um partido, ou uma categoria. Contudo, a noção de indivíduo-sujeito está estreitamente relacionada com a idéia de projeto.

o indivíduo, suas motivações e o significado de suas ações, numa conjuntura de vida, na sucessão das etapas de sua trajetória. O projeto é um instrumento de negociação da realidade com outros atores, individuais ou coletivos. Ficam assim recuperados o potencial de transformação da realidade social e o espaço para negociação na construção de identidades sociais. Para tanto, o projeto existe fundamentalmente como modo de expressar, articular interesses, objetivos, sentimentos, aspirações. Além disso, ele é resultado de uma reflexão a partir das circunstâncias, do campo de possibilidades em que está inserido o sujeito. Por conseguinte, projeto e memória associam-se e articulam-se para dar sentido à identidade.

Portanto, a memória construída no presente, a partir de demandas dadas por este e não pelo passado em si, pode ser pensada como fator fundamental para a construção de pertencimentos sociais, aos mais diversos níveis associativos. De certa forma, a busca do controle sobre a memória institui uma identidade para o agente social nela envolvido, no sentido de gerar um lugar dentro de uma rede específica de circularidade e fluxo.

Algumas mulheres que participaram dos grupos da esquerda revolucionária, após a derrota das organizações, redefiniram seus projetos políticos, abordando temáticas sob um novo ângulo. Para muitas o movimento feminista proporcionou elementos da redefinição em suas trajetórias políticas. Como afirma Gilberto Velho *o projeto não é abstratamente racional*. Ele é dinâmico e é permanentemente reelaborado, reorganizando desta forma a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando repercussões na sua identidade. Embora a coerência linear não seja um valor universal em nossa sociedade, algum tipo de consistência segundo valores e modelos particulares e variados é de alguma forma importantes para a continuidade de trajetórias individuais e sociais.

Muitas mulheres militantes que participaram das organizações de esquerda revolucionária e que ingressaram nas organizações feministas atribuem à militância feminista a responsabilidade pelo questionamento de muitos valores e papéis desempenhados pela mulher na sociedade. Entretanto, a participação feminina em organizações da esquerda revolucionária nas décadas de 1960 e 1970 e o comportamento de vanguarda de muitas delas colaborou para a ruptura dos papéis

---

<sup>119</sup> VELHO, op. cit.

tradicionais de gênero. Isso se deu como uma espécie de antecipação - através da ação em si mesma e não por uma reflexão ou uma discussão anterior a prática – do que aconteceria anos mais tarde, a partir da segunda metade dos anos 1970 com o discurso feminista.

# Ângela<sup>120</sup>

*Caçula de doze filhos. Família grande, de tradições nordestinas. Solidariedade. Ajudar ao próximo era um destes ensinamentos passado de pai para filho. Criada pelas ruas do subúrbio do Rio de Janeiro. Vivía pela rua, brincando, brincando... Livre. No meio de onze irmãos.*

*Aos quinze anos, normalista. Aos dezessete, já era professora. Dividia o conhecimento com os que queriam aprender. De certa forma, seguia os caminhos do pai, ajudando aos que precisam. Era professora na favela na Maré. Solidarizava os bens mais preciosos que o ser humano pode ter: educação, conhecimento e cultura. Para muitos, escolheu uma das profissões mais nobres. A profissão naqueles tempos era valorizada e admirada. Lecionar era sua paixão.*

*Mas queria mais. Ser socióloga. Compreender a sociedade, suas contradições, as desigualdades sociais. E, através do movimento de professores, a política a seduziu. Os anos 1960. Euforia, transformações, revoluções. Então, a partir de 1965, aos 18 anos, dava aula, estudava, militava e namorava. Muniz, seu marido até os dias atuais. Primeira parada: Partidão. Descontente com suas posições, rompeu. O combate da luta armada a seduziu. Acreditava na revolução. Acreditava naquele projeto. Somente o socialismo podia criar o mundo com o qual o pai sonhou, sobre o qual lhe falou. Chega de discussão teórica. Era hora de agir! A ação conscientizaria o povo e transformaria a sociedade, acabando com as injustiças sociais.*

*Tudo muito rápido. Sem parar, sem parar... Largou tudo pela revolução! O revolucionário deveria ter dedicação integral, exclusiva. Livrar-se dos valores pequeno-burgueses. Por um momento, afastou-se da família, do estudo, da escola, dos alunos. Suas paixões. Mas o proletariado tinha uma nobre missão: dirigir a revolução que levaria os seres humanos do reino da necessidade ao reino da abundância. Esta era a liberdade. E ela queria participar da história. Trabalharia para que isso se tornasse realidade.*

*Viveu os anos de chumbo. Participou de algumas ações armadas. Fazia parte de uma geração explosiva, mobilizadora, que trocou as ruas pela paisagem lunar da clandestinidade. Mas também era tempo para amar. Saiu da casa dos pais, para viver num aparelho com o namorado. Medo, carinho, solidão, amor, saudade, tensão, prazer. Um turbilhão de emoções. Era um período em que a juventude se acreditava política e que tudo devia se submeter ao político: o amor, o sexo, a cultura, o comportamento.*

---

<sup>120</sup> As informações contidas neste texto são baseadas nas entrevistas realizadas com Ângela Muniz. A primeira foi concedida a Denise Rollemberg em 12 de setembro de 1995, e a segunda ao Núcleo de História Oral da UFRJ em 9 de maio de 2003, ambas no Rio de Janeiro.

*E veio a grande ação do MR-8. O seqüestro do embaixador norte-americano. Temor e esperança. Dedicção à causa. A ação foi um sucesso, alegravam-se os militantes! Sentimento de vitória. A revolução era possível, podia demorar, mas estava no horizonte.*

*Para alguns, uma entrega total. Estavam dispostos a morrer e morreram. Ângela vivia muito vulnerável, mulher de um homem procurado pela repressão. Mas era feliz! Acreditava no futuro! Acreditava na revolução, no socialismo! Então, veio o abismo...*

*Em 1971, tudo mudou! Um mergulho na escuridão! Prisão e tortura. Sangue e lágrima. Coragem e esperança. Viveu no limite... Três dias de dor. Possivelmente, os piores de sua vida.*

*Um ano na prisão. Tempos de solidão. Tempos de reflexão. Que projeto revolucionário era este em que tanto acreditava? E as massas por que não nos apoiaram? Valeria a pena? Tantos amigos presos, torturados, exilados, mortos. Não acreditava em sonhos e mais nada. Apenas a carne ardia e nela se encontrava.*

*Começava o ano de 1972 fora da prisão. Ano novo, vida nova. Será? Corpos, mentes e almas dilaceradas. O marido longe do Brasil. Exílio. Seria o recomeço? Uma reorganização da militância. Em breve, voltaria ao país. No Chile, novas perspectivas, novos projetos. A luta armada ficou para trás. Nasceu Pedro. A maternidade. Nas ruas, os brasileiros juntavam-se aos chilenos num grande movimento popular. Era política o tempo todo! Que maravilha a identificação com o projeto socialista. Militantes e sociedade unidos pela mesma causa. A oposição? Não é páreo para a esquerda chilena. Até que, em setembro de 1973, nuvens escuras... Uma tempestade. A festa nas ruas tornou-se um filme de terror. Prisões, mortes, tortura. Sobreviveria novamente? E agora, não estava só! Tinha uma criança. O que fazer? O exílio no exílio. Próxima parada: Paris. E o Brasil, cada vez mais longe... Seria o isolamento...*

*Começar de novo... E contar comigo. Vai valer a pena. Tinha que valer... Como era diferente aquela sociedade. Tudo era novo para ela. Pelas ruas, mulheres empunhando bandeiras. Nas esquinas e nas mesas de bares, discutia-se a posição da mulher na sociedade e seus direitos. Chegara a hora de reivindicar, diziam as francesas. Ter direito à escolha. Sexo, prazer, contracepção, aborto, maternidade.*

*Era o momento de reestruturação pessoal. Estudar, trabalhar e a militância continuava, fazia parte da vida. Mas agora era uma outra militância. Outras questões, outros valores... Movimento feminista. Democracia. O socialismo resolve todas as opressões? Que nada! E a questão da subordinação da mulher onde fica na revolução?*

*Questionamentos políticos. Questionamentos pessoais. Nas organizações, não havia espaço para o discurso feminista. As mulheres queriam debater suas propostas, ter o direito à palavra e opinar livremente. Sem vergonha, sem se sentirem inferiores intelectualmente. Um espaço só delas. Falar da mulher pobre, mas falar delas também. Politizar as relações cotidianas. Falar de si. Dividir*

*com as outras, experiências, conflitos, emoções, ressentimentos, dores. Formaram um grupo de discussão. Todas sentadas em círculo falando, falando... Era o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris. Pronto! Elas já tinham o seu lugar. Mas Ângela não deixou de freqüentar as reuniões do MR-8. Se a mulher tinha a dupla jornada de trabalho, ela era uma mulher que também tinha uma dupla militância. E veio o segundo filho... Sensibilidade a flor da pele...*

*Os questionamentos se intensificam. E interferem na relação com o marido. Era um momento de radicalização. De pôr em tese a validade de tudo no que sempre acreditou e fez. Ele queria voltar, ela não. Ainda não era o momento. O movimento feminista em primeiro plano e a militância na organização cada vez mais distante. Era tudo muito conflituoso na cabeça da mãe, esposa, militante, feminista, estudante, exilada.*

*Ele voltou. Ela na França com os filhos. Ele clandestino no Brasil. Saudade. O retorno. Brasil, família, marido, amigos. O reencontro com a vida profissional. Lecionar, sala de aula, alunos. Quais caminhos seguir? Queria ser mãe, trabalhar, participar do movimento feminista. Queria contribuir... Afinal, viveu no berço do feminismo. Mas a aceitação não foi fácil. Posições muito européias, diziam. Não sabia nada da realidade da mulher brasileira. Conflitos, discussões, rachas.*

*Tempo e lugar de lidar com questões levantadas na França pelo feminismo. Ter ou não ter empregada doméstica e babá, eis a questão. A mulher sai de casa para trabalhar e deixa uma outra mulher, de classe inferior, para arrumar a casa e cuidar dos seus filhos? Estaria certo? E a dupla opressão? E a divisão das tarefas entre homens e mulheres? Tantas discussões e que atitude tomar?*

*E a vida continuou... Viver longe do Brasil? Nunca mais. Europa? Só nas férias. Ela quer o sol, o mar, a gente de pele morena, a mistura, o calor....*

## Capítulo II

### *O Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris: uma experiência feminista no exílio*

Após o golpe civil-militar de 1964 e especialmente após a edição do Ato Institucional nº 5 em 1968 - que decretou o recesso do Congresso e concedeu plenos poderes ao governo, marcando o fechamento do regime - um número expressivo de brasileiros, sobretudo militantes políticos, foram forçados a deixar o país pela sua posição contrária ao governo autoritário. Nesse sentido o exílio é interpretado, segundo Denise Rollemberg, como uma tentativa de afastamento e eliminação de uma geração política questionadora da ordem estabelecida. A autora ressalta que é preciso *compreendê-lo na mesma lógica da prisão política, dos assassinatos, da imposição à clandestinidade; como mais um esforço dos militares para controlar a liberdade de expressão e a manifestação intelectual, de destruição de toda criação contestatória e de uma determinada experiência política.*<sup>121</sup>

O exílio das décadas de 1960 e 1970 foi uma experiência vivida por duas gerações distintas, a de 1964 e a de 1968. Os eventos fundadores<sup>122</sup> foram os movimentos reformistas e o golpe civil-militar que destituiu o presidente João Goulart e as manifestações de estudantes, iniciadas em 1965/1966, em uma curva ascendente até meados de 1968, finalizando com o Ato Institucional no 5. A geração de 1964 é composta por um grupo de lideranças ativas na arena política no pré-1964; de políticos experientes que já atuavam antes de 1945 até militantes e intelectuais mais jovens. Neste grupo encontramos desde pessoas que defendiam reformas no país pelo lema da legalidade e da institucionalidade e aqueles que propunham transformações mais profundas, sinalizando para a possibilidade do confronto direto, sem recorrer à lei. Associa-se essa geração àqueles comprometidos com o projeto das reformas de base,

---

<sup>121</sup> ROLLEMBERG, Denise, Op.Cit., 1999, p. 47.

<sup>122</sup> A historiadora faz uso do conceito de geração desenvolvido por Sirinelli. O autor considera que um estrato demográfico se torna uma geração somente quando adquire uma existência autônoma e uma identidade (elementos geralmente determinados por um evento fundador marcante), processo este verificado muitas das vezes em um setor bem determinado da sociedade. SIRINELLI, Jean-François. "A geração". In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, FGV, 1996. p.131-137.

ligados a sindicatos e a partidos legais, como o PTB, ou ilegais do o PCB.<sup>123</sup> Este grupo era composto por homens maduros, diferentemente da geração de 1968, que tem na sua marca o furor dos jovens estudantes. Nessa primeira vaga de saída do país, muitos destes homens foram acompanhados por suas esposas. Muitas destas mulheres não possuíam nenhum envolvimento político, e enfrentaram as dificuldades do cotidiano em terras estrangeiras, como a língua e os novos hábitos, além do preconceito, anos mais tarde, daquelas mulheres militantes (da geração de 68) que as rotulavam como alienadas. O significado desta experiência está no relato de Maricota da Silva:

“No exílio nunca, salvo assim amigas muito próximas, gente que percebia a minha sombra num canto mesmo no momento em que eu estava sendo mais útil, nunca perguntou o que eu tinha feito no Brasil, porque o dado de referência era o meu marido (...) Tenho a impressão de que na esquerda há também um fenômeno que me parece que não é nem de esquerda nem de direita, é um fenômeno social muito mais complexo; é que a mulher é uma sombra (...) do companheiro.”<sup>124</sup>

A geração de 1968 compreendia os setores mais jovens da sociedade, sobretudo estudantes universitários e em menor número secundaristas, muitos comprometidos com o projeto de luta armada das organizações da esquerda revolucionária, e extremamente críticos as posições do PCB. Ao deixarem o país, muitos não possuíam uma formação profissional definida e vivenciaram o exílio em seus anos decisivos de formação como indivíduos e profissionais<sup>125</sup>.

Logo após o golpe, os primeiros exilados dirigiram-se principalmente para os países da América Latina, como Uruguai, Bolívia, México e Argentina, e alguns para a Argélia e França. Mas Montevidéu foi uma das capitais do exílio da primeira fase<sup>126</sup>, recebeu um grande contingente de exilados brasileiros. Num segundo momento, o Chile tornou-se o principal destino dos brasileiros. A proximidade geográfica com o Brasil, a euforia e a mobilização política proporcionadas pelo governo do então presidente

---

<sup>123</sup> ROLLEMBERG, Denise. Vidas no exílio. In: *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.

<sup>124</sup> Depoimento de Maricota da Silva, em abril de 1978, In: COSTA, Albertina de Oliveira; MORAES, Maria Teresa Porciúncula de; MARZOLA, Norma e LIMA, Valentina da Rocha (orgs.), *Memórias das mulheres do exílio*, vol.2, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980, pp. 40-41.

<sup>125</sup> ROLLEMBERG, Denise. Op. Cit, 2004.

<sup>126</sup> A primeira fase iniciou-se em 1964 com o golpe e estendeu-se até a deposição do presidente chileno Salvador Allende em 1973.

socialista Salvador Allende, levou os exilados brasileiros a acreditarem que o Chile seria o espaço de rearticulação do movimento de oposição e enfrentamento ao regime autoritário brasileiro e pelo fim da ordem capitalista. . Nesta fase, predominou a idéia de que o exílio seria curto, apenas um meio de escapar da perseguição e da violência da ditadura. A expectativa era o retorno ao Brasil e a reintegração à luta. Dentre as perspectivas vigentes entre os exilados naquele período é relevante citarmos a valorização da participação em muitas atividades voluntárias seja na colônia brasileira, seja entre os grupos chilenos. Este vínculo servia como um profícuo aprendizado na construção do socialismo chileno, sendo essencial para a elevação do nível de consciência política e para um futuro retorno ao Brasil<sup>127</sup>.

Dentre as experiências vividas no Chile Glória Ferreira destaca a intensidade e as novas descobertas que fez ao participar de um movimento de mulheres pobres chilenas, onde algumas questões sobre o papel da mulher na sociedade burguesa e na revolução socialista foram pensadas pela primeira vez, como uma reflexão pessoal, e que poucos anos mais tarde foram amadurecidas e compartilhadas com o coletivo de mulheres no exílio na Suécia e na França<sup>128</sup>. A experiência socialista chilena marcou a vida dos exilados brasileiros. A intensa participação social contrastou com o isolamento das vanguardas políticas no Brasil. Nesse sentido, concepções e estratégias foram repensadas, e a perspectiva da revolução com o apoio da sociedade era desejado a cada dia.

Com o golpe militar em 1973 que pôs fim ao governo Allende e iniciou a onda de terror que assolou o país, os brasileiros vivenciaram uma nova etapa: o exílio no exílio. Com a negação do asilo pelos governos latinos americanos, a solução foi exilar-se nos países em que fossem aceitos. O interesse maior seria pelos países da Europa Ocidental. Neste momento, os brasileiros se depararam com dificuldades maiores do que as vividas nos países latino-americanos. Viver em países com culturas e idiomas tão diferentes foi marcante para o processo de adaptação daqueles que passaram por tal experiência. A dedicação à militância política já não era mais em tempo integral como no Brasil e mesmo no Chile, já que muitos exilados precisaram trabalhar para sustentarem-se muitas vezes em áreas fora de sua formação profissional. Já que não conseguiram inserção no mercado de trabalho europeu em suas atividades, os exilados

---

<sup>127</sup> GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: dissertação de mestrado. IFCS / UFRJ, 1987.

<sup>128</sup> Entrevista com Glória Ferreira concedida a Natalia Bastos, em 11 de agosto de 2005, Rio de Janeiro.

se viram obrigados a ocupar cargos pouco qualificados, como babás, faxineiros, datilógrafos, etc., para suprirem suas necessidades cotidianas.

Na segunda fase a militância política foi adquirindo novas características. Houve um processo crescente de valorização da defesa dos direitos humanos e foram criados grupos de exilados que mobilizavam campanhas de denúncia da ditadura no exterior.<sup>129</sup> O projeto de transformação da sociedade foi revisto e reavaliado a partir da experiência no Brasil e na América Latina, e uma nova temática foi incorporada ao debate político pela esquerda brasileira: a democracia<sup>130</sup>.

Se na primeira fase Montevideu e Santiago foram as capitais do exílio, na segunda fase este posto ficou com Paris. Na Europa, os brasileiros vivenciaram experiências múltiplas e variadas muito importantes na redefinição de suas identidades. Segundo Denise Rollemberg:

“A Europa, na conjuntura dos anos 70, colocava-os em contato com universos e referências que ampliavam enormemente as perspectivas políticas e a visão de mundo. Temáticas até então desvalorizadas pela esquerda brasileira – e mesmo ausente nela – vieram para o centro da discussão.”<sup>131</sup>

Uma das temáticas ausentes nas pautas de reuniões das organizações de esquerda brasileiras, incorporada sob a atmosfera do movimento feminista europeu, foi a questão específica das mulheres. A luta contra a exploração capitalista, as injustiças e desigualdades na sociedade brasileira, não delegavam um espaço à discussão da dominação patriarcal e a dupla *opressão* que enfrentava a mulher brasileira. Entretanto os depoimentos indicam que a questão da luta específica das mulheres sofreu, mesmo neste período, muita rejeição por parte das organizações de esquerda; aos poucos esta temática foi ganhando espaço. Nesse sentido, as mulheres que participavam das organizações políticas estruturaram grupos de discussão somente de mulheres, onde temas como sexualidade, contracepção, trabalho feminino, maternidade e aborto foram incorporados ao debate político.

---

<sup>129</sup> ROLLEMBERG, Denise, Op.Cit., 1999.

<sup>130</sup> Sobre a questão da democracia na revolução brasileira é emblemático o artigo de Eduardo Coutinho publicado na Revista Civilização Brasileira. COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. Encontros com a Civilização Brasileira. no 9, p.33-47, março de 1979.

<sup>131</sup> ROLLEMBERG, Denise. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004. p.289.

O convívio forçado numa realidade social onde os privilégios de classe eram minimizados, onde não era comum ter empregada doméstica, e o contato com mulheres que se rebelavam e se mobilizavam coletivamente em oposição a problemáticas encaradas pelas brasileiras como naturais e nunca discutidas,<sup>132</sup> foi extremamente importante para o reconhecimento da questão da *opressão* da mulher como objeto de luta política.<sup>133</sup> Além disso, o fato de estar longe da estrutura repressiva, moralista da família (pai, mãe, tios avós) permite a explosão dos problemas da vida cotidiana de uma forma mais radical.<sup>134</sup> O Círculo de Mulheres Brasileiras é um exemplo desta organização cujo objetivo era a discussão exclusiva da especificidade da questão de gênero<sup>135</sup> atrelada a luta de classes.

As transformações sofridas pela esquerda brasileira no exílio se devem, em grande parte, ao contato com a atmosfera política européia típica do pós-1968. Os movimentos feministas mobilizavam a sociedade em torno de suas questões. O machismo não era presente como em outros países do mundo. O clima de emancipação influenciou os militantes brasileiros, abrindo-os para novas temáticas nas organizações e nos indivíduos, assim como dispondo-os para a revisão de antigos temas.

Anette Goldberg classifica os movimentos de luta pelo fim da *opressão* da mulher de três formas: o feminismo liberal, o feminismo radical e o feminismo marxista ou socialista<sup>136</sup>. No feminismo liberal, o sistema como um todo não tem importância, o eixo principal é a luta pela igualdade entre os sexos, obtida através de mudanças culturais. Para o feminismo radical, as origens das desigualdades sexuais e da opressão feminina se encontram no patriarcado. Então, a luta principal é a liberação da mulher, num primeiro momento no cotidiano, e depois em toda a sociedade. Travaram, assim,

---

<sup>132</sup> Questões como a dupla jornada de trabalho, as assimetrias justificadas pelas diferenças de sexo dentro e fora do círculo familiar.

<sup>133</sup> GOLDBERG, Anette. Op. Cit.

<sup>134</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Balanço, *A realidade do exterior: a consciência das brasileiras da colônia*, Paris, 1978.

<sup>135</sup> Referente à construção social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres estabelecidos na sociedade. Entretanto o núcleo desta categoria de análise histórica baseia-se na concepção adotada por Joan Scott, que elege o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e classifica-o como forma primeira de significar as relações de poder. SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para a análise histórica". *SOS Corpo*. Recife, abril de 1996, mimeo (o artigo original em inglês foi publicado em: *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989; a tradução que consultei, publicada em *SOS Corpo*, foi feita por Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). Apesar de utilizara a palavra gênero, ressalto que esta não era mencionada nos documentos do Círculo (1975-1979), o significado que hoje atribuímos ao conceito era utilizado pelas militantes através da palavra mulher. Sobre a discussão do conceito e suas relações com o movimento feminista ver: SCOTT, Joan. "História das mulheres". In: BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992. pp.63-95

<sup>136</sup> GOLDBERG, Anette. Op. Cit.

uma luta contra a classe masculina opressora. Na tradição socialista, o marxismo ortodoxo atribui às desigualdades sociais entre os sexos ao sistema capitalista de produção, propondo como elemento central a organização de mulheres contra o sistema.

A autora define o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris como uma expressão do feminismo marxista, no qual a origem da *opressão* das mulheres é “economicista, reducionista e biologista, e passa a buscá-la na combinação entre a economia capitalista e as diferenças biológicas entre os sexos”<sup>137</sup>.

Entretanto, o Círculo não apresentava essa homogeneidade ideológica em sua prática. Um exemplo disso é a prática do *vécu*, onde as participantes falavam de suas experiências pessoais e debatiam com as demais, buscando compreender que seus problemas não eram únicos nem particulares, mas parte de uma vivência social de *opressão* compartilhada por todas as mulheres. A exposição dos problemas e anseios individuais, ou seja, dos fatos da vida privada se tornariam, a partir de então, públicos e políticos e, conseqüentemente, passíveis de se transformarem em bandeiras de luta.<sup>138</sup>. Ademais, o Círculo recebeu severas críticas das militantes do grupo *Debate*<sup>139</sup> por tal prática. Elas eram radicalmente contra o que consideravam individualismo, citando a famosa frase: “*vamos deixar de nos preocupar com o nosso próprio umbigo*”.<sup>140</sup>

Nos depoimentos, é evidente a importância das discussões em torno do *vécu* na redefinição da trajetória política das participantes do Círculo. Falar de si num coletivo não era comum nas organizações de esquerda. Pelo contrário, algo demonizado, expressão do individualismo e da condição pequeno-burguesa. O militante colocava-se no partido em prol de um coletivo, lutando por igualdade e justiça social. Flávia Cavalcante freqüentava sessões de análise, nos anos 1960 e 1970, escondida da organização e dos amigos militantes, pois sabia que seria alvo de críticas.<sup>141</sup>.

Estas mulheres ao falarem de suas aflições, experiências e sentimentos realizavam uma *terapia em grupo*, uma sessão *de psicanálise sem psicanalista*, na qual a troca de experiências – o falar e o ouvir - permitiu reflexões sobre determinadas

---

<sup>137</sup> GOLDBERG, Anette. Op. Cit, p.143.

<sup>138</sup> É emblemática a expressão muito utilizada nos anos 60 e 70 pelas feministas: *O pessoal é político*. Sobre essa temática ver: VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2, no 3, 1996, p.59-80.

<sup>139</sup> A *Debate* era um produto da imprensa no exílio, publicada em Paris de 1970 a 1982. Denise Rollemberg destaca que a *Debate* propunha temas que haviam sido secundarizados até os anos 70, como a questão do feminismo e da democracia. ROLLEMBERG, Denise, Op.Cit., 1999.

<sup>140</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Balanço – A realidade no exterior, Paris, 1978.

<sup>141</sup> Entrevista com Flávia Cavalcante ,concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 29 de julho de 2002, Rio de Janeiro.

questões antes silenciadas. Até que ponto as referências teóricas não estariam perdendo espaço para a prática subjetiva?

Nos documentos escritos, as referências à prática do *vécu* são limitadas e tímidas. Entretanto, nos depoimentos, as mulheres ressaltam o quão importante foi esta experiência no Círculo. Sobre este aspecto, podemos refletir sobre o caráter das fontes. As fontes escritas foram produzidas na década de 1970. São, portanto, um produto daquele momento histórico. As reflexões e posições referem-se ao que as mulheres pensavam e questionavam no período. Quando escreveram, tinham toda uma discussão sobre a validade de tal prática. Ao receberem tantas críticas, será que elas mesmas não subdimensionavam a importância do *vécu* como forma de criar uma identidade para o grupo? Daí os escassos registros escritos, contrastando com os da memória oral. O discutido nas reuniões ficava entre elas, mas o que era escrito poderia ser lido por todos. Apesar de elas estarem vivenciando um processo de construção de uma identidade, de uma cultura política, o “esqueleto” da cultura marxista-leninista se fazia presente. Sendo assim, as continuidades em relação à cultura marxista-leninista apareciam em meio às rupturas. Nesse sentido, *a força da cultura política como elemento determinante do comportamento do indivíduo resulta, em primeiro lugar, da lentidão e da complexidade da sua elaboração.*<sup>142</sup>

Já os depoimentos, são relatos posteriores às experiências vividas. Visões e sensações vinte, trinta anos depois... Sendo assim, tendem a demonstrar a memória como processo de construção e reconstrução de lembranças nas condições do tempo presente.

A autonomia do movimento feminista era um ponto enfaticamente discutido nos grupos de mulheres. Para estas *militantes a ideologia machista e as vantagens que isto proporciona ao homem é uma das razões por que o movimento operário não assumiu (...), senão parcialmente, as reivindicações feministas, e explica também por que as mulheres se sentem incapazes de assumir a luta política.*<sup>143</sup> Daí a preocupação das mulheres em se organizarem para discutirem as discriminações das quais são alvo, ressaltando a importância de reuniões somente de mulheres, sem a participação masculina, nas quais o debate era baseado em experiências pessoais que permitiam a

---

<sup>142</sup> BERSTEIN, Serge. Op.Cit.

<sup>143</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, subgrupo 8 de março, *Correntes do movimento feminista*, Paris, janeiro de 1978.

cada mulher falar, sentir-se confiante para expressar seus pensamentos e convencer as outras mulheres da importância desta luta.

“Logo, a necessidade de um *movimento autônomo de mulheres*, capaz de tomar iniciativas defendendo suas reivindicações específicas, forçando o movimento operário a integrá-las, impulsionando a auto-organização das mulheres e questionando o machismo existente em suas fileiras, e fundamental na luta contra sua opressão.”<sup>144</sup>

Nesse sentido, a luta deveria ser travada simultaneamente contra a *opressão* capitalista e a *opressão* patriarcal, objetivando a construção de uma sociedade socialista e igualitária, na qual se almejava mais que transformações nas relações de produção. Previam-se transformações e rupturas nas esferas da família, da sexualidade e nas relações de gênero. Num primeiro momento<sup>145</sup> muitas mulheres possuíam uma dupla militância, ou seja, atuavam nas organizações de esquerda no exílio e no Círculo. Aliás, uma das batalhas do Círculo era a de :

“(...) desenvolver nas organizações políticas para que estas comecem a questionar o papel habitual das mulheres, sua subordinação aos homens, a divisão das tarefas na família e não limitem a luta a reivindicações econômicas como fizeram até agora. Esta batalha mostra inclusive o que o movimento das mulheres pela sua liberação aporta de importante e específico para a luta do conjunto do proletariado, pela exigências qualitativas que coloca no referente aos aspectos sociais, e pelas exigências de unidade e democracia no seio do movimento operário, pois sem isso não haverá uma participação ativa e massiva das mulheres nas organizações sindicais e políticas.”<sup>146</sup>

Compreendemos que as reflexões realizadas no coletivo de mulheres, proporcionaram mudanças políticas nas organizações de esquerda no exílio. Além da incorporação da questão da *opressão* da mulher na sociedade capitalista, destacamos o

---

<sup>144</sup> Idem, ibidem.

<sup>145</sup> Mais adiante analisaremos o processo de questionamentos proporcionados pelas reflexões no coletivo de mulheres e o desligamento de algumas militantes com as organizações de esquerda.

<sup>146</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Balanço, *O movimento feminista e as organizações políticas*, Paris, 1978.

reconhecimento da mulher como sujeito político, como elemento integrante no processo da revolução socialista.

Mesmo antes da fundação do Círculo, algumas militantes de esquerda já haviam organizado grupos que visassem à discussão da temática de gênero, como por exemplo, o Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior, criado por Zuleika Alambert, no Chile, durante os dois primeiros anos da década de 1970, o Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris, fundado por Danda Prado, na França, em 1972 e um pequeno grupo de *autoconsciência*, fundado por Branca Moreira Alves, em Berkeley, Estados Unidos, no início dos anos 1970.

Com relação ao grupo formado no Chile<sup>147</sup>, Maria Lygia Quartim ressalta que na prática ele não era especificamente voltado para as discussões específicas da luta feminista. Suas atividades e discussões estavam voltadas para o apoio à revolução no Brasil e de solidariedade com os refugiados e suas famílias, servindo de intermediários no processo de integração das brasileiras no Chile, principalmente àquelas mulheres que estavam ali acompanhando os maridos<sup>148</sup>. Nesse sentido o Comitê servia de organismo de politização destas mulheres. O Grupo Latino Americano de Mulheres em Paris teve como principal atividade a publicação do jornal *Nosotras*, editado em Paris entre 1974 e 1976 e distribuído no Brasil no mesmo período. O *Nosotras* foi inaugurado depois do contato inicial de Danda Prado com as feministas francesas e se tornou a principal atividade do Grupo Latino-Americano de Mulheres em Paris. O Grupo foi fundado por volta de 1971 e chegou a reunir cerca de 200 mulheres. Muitas delas, pela primeira vez, tiveram a oportunidade de refletir sobre a condição de mulher, defender uma argumentação em público, ter contato com os principais textos feministas da época e criar uma rede de auto-ajuda no exílio. As militantes deste grupo eram em sua maioria mulheres com formação acadêmica com ensino superior completo e algumas com atividades nas artes, como cinema, artes plásticas ou música e profissionais liberais<sup>149</sup>. O pequeno grupo de Berkeley durou menos de dois anos, mas foi importante para a formação de várias feministas brasileiras, como a própria Branca Moreira Alves, autora

---

<sup>147</sup> O Comitê de Mulheres Brasileiras no Exterior recebeu forte influência do Partido Comunista.

<sup>148</sup> Entrevista com Maria Lygia Quartim concedida a Natalia Bastos, em 09 de setembro de 2005, Rio de Janeiro.

<sup>149</sup> Sobre o Grupo Latino Americano de Mulheres em Paris e o *Nosotras* ver: CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. São Paulo; Dissertação de Mestrado. ECA/USP, 2004.

de vários estudos fundamentais para o feminismo brasileiro, que de volta ao Brasil, fundou os primeiros grupos feministas no Rio de Janeiro.<sup>150</sup>

Os primeiros grupos organizados de mulheres no exílio estão muito próximos à cultura política da geração de 1964. Eram mulheres cuja formação política era marcada pela militância no PCB. Muitas não eram integrantes do Partidão, mas eram esposas de militantes. O Círculo de Mulheres Brasileiras diferencia-se destes grupos, por apresentar em sua composição integrantes da chamada geração de 1968, cuja cultura política fundamentou-se em parte na crítica aos valores e preceitos políticos da geração de 1964.

O Círculo de Mulheres Brasileiras foi fundado entre 1975 e 1976 em Paris por iniciativa de algumas mulheres militantes de organizações de esquerda, entre elas Regina Carvalho, militante do *Campanha*<sup>151</sup>. O texto base para a formação do Círculo foi o documento intitulado *Por uma tendência feminina revolucionária*, feito em novembro de 1975 por militantes do Campanha, assinado como Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias. Vale ressaltar que grande parte das militantes do Círculo, diferentemente dos outros três grupos femininos citados, era composto por jovens estudantes de classe média que partiram do Brasil após a edição do AI-5, mulheres que careciam de formação profissional, pois a militância política havia se tornado a atividade central em suas vidas.

Regina coloca que a estruturação de um grupo que visava a discutir a especificidade da questão feminina numa perspectiva socialista<sup>152</sup> foi concebida como um espaço de recrutamento de militantes e divulgação da causa feminista, compreendida como uma nova área de atuação da organização<sup>153</sup>. Nesse sentido, o projeto de estruturação de um grupo voltado para a temática da luta feminista surgiu a

---

<sup>150</sup> GOLDBERG, Anette. Op. Cit.

<sup>151</sup> O *Campanha* foi um jornal criado em Santiago do Chile, em 1972 por um pequeno grupo de militantes trotskistas ligados a organização Fração Bolchevique, cujo lema era “Fazer do Exílio uma Campanha”. Este grupo via o exílio como tempo e lugar de atuação política no combate ao regime militar. A proposta do periódico era de ser um organismo centralizado e mobilizador dos brasileiros no exterior, que originaria o partido operário revolucionário. ROLLEMBERG, Denise. *Exílio entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

<sup>152</sup> O primeiro ponto apresentado logo no início do documento foi a perspectiva da “criação de um movimento autônomo de mulheres com base na luta de classes”. Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias, *Por uma tendência feminina revolucionária*, Paris, novembro de 1975.

<sup>153</sup> Regina Carvalho aponta que a questão da luta feminista não fazia parte de suas preocupações políticas, antes do contato com agitação das feministas na França a organização na qual militava nunca havia feito tal abordagem. Na década de 1960 a referência da luta feminista no Brasil eram as radicais americanas, que encaravam a questão da mulher como uma guerra entre os sexos. Regina ressalta que o movimento das feministas americanas era motivo de piadas e chacotas entre os militantes das organizações de esquerda. Ao chegar à França ela ficou entusiasmada com o trabalho das organizações de esquerda francesas em relação à problemática feminista. Entrevista com Regina Carvalho concedida a Denise Rollemborg, em 15 de setembro de 1995, Rio de Janeiro.

partir da visão marxista tradicional com relação aos movimentos de massa: o movimento feminino serviria para atrair mulheres não organizadas para os objetivos estratégicos gerais da revolução e a execução das tarefas imediatas do partido.

A compreensão que as organizações de esquerda revolucionária tinham de si mesmas como vanguarda, ou seja, como elites políticas, legitimadas e justificadas em função de uma teoria científica, encontra-se presente nas bases teóricas destas militantes mesmo após a derrota do projeto revolucionário brasileiro e o contato com o movimento de massas no Chile:

“Nós, neste período compreendemos que a inexistência de uma vanguarda é a maior precariedade para o desenvolvimento das pequenas lutas nascentes no país. (...) Nosso programa pode e deve ser parte integrante do programa socialista, programa que levará a classe operária à vitória.”<sup>154</sup>

Entretanto com a adesão de mulheres das mais variadas organizações<sup>155</sup>, divergentes em muitas questões, mostraram que o Círculo deveria ser um organismo amplo, um espaço aberto de discussão da questão feminista. As primeiras reuniões eram tensas, cada militante queria impor as orientações de sua organização. Nos documentos percebemos que o Círculo lutava contra a utilização do movimento de mulheres pelos partidos de esquerda. Na carta política de junho de 1976 elas defenderam a autonomia do movimento, insistindo na especificidade da questão feminina, ou seja, o reconhecimento da existência de um conjunto de problemas referentes à condição das mulheres e que estava ausente do debate político seja nos partidos, organizações ou sindicatos. A luta contra a *opressão* específica feminina deveria integrar-se a luta contra um sistema no qual o homem também era oprimido, *já que é esse sistema (o capitalismo) que alimenta a nossa opressão. Compreender a opressão e a exploração que sofremos, nós mulheres, é compreender uma manifestação específica da opressão e exploração capitalista.*<sup>156</sup>.

---

<sup>154</sup> Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias, *Por uma tendência feminina revolucionária*, op. cit., 1975.

<sup>155</sup> No Círculo participavam militantes de várias organizações de esquerda revolucionária, dentre elas o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), o Partido Operário Comunista (POC), Campanha e o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).

<sup>156</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Anistia geral e irrestrita, Paris, 30 de maio de 1978.

“Somente nós mulheres organizadas autonomamente podemos estar na vanguarda desta luta, levantando nossas reivindicações e problemas específicos. Nosso objetivo ao defender a organização independente das mulheres, não é separar, dividir, diferenciar nossas lutas das lutas que conjuntamente homens e mulheres travam pela destruição de todas as relações de dominação da sociedade capitalista.”<sup>157</sup>

Neste sentido um tema era central nas reuniões do grupo: o papel do movimento das mulheres na luta de classes e os procedimentos a seguir para levar tal enfrentamento de forma revolucionária e integrada na construção do socialismo. Para tanto as militantes ressaltavam que para a efetiva construção do socialismo, seria necessário, não somente mudar as relações de produção, mas mudar também as relações entre as pessoas:

“Cabe, portanto ir forjando desde já essas novas relações, criar um relacionamento novo entre o homem e a mulher, e entre as mulheres também, abandonando aquilo que o caracterizou secularmente (a rivalidade, a desconfiança etc.), sem cair no outro oposto, que é a afirmação pela dominação (levando a repetição de comportamentos falocratas). Em outras palavras, se trata de dar passos na busca da identidade feminina, ao mesmo tempo renegando o papel tradicional da mulher, o relacionamento que se lhe impôs e que ela viveu historicamente e procurando novas formas de expressar o seu papel e a sua presença na sociedade.”<sup>158</sup>

Entretanto, a *opressão* das mulheres não era analisada de forma universal, mas diferenciada pela classe social; uma mulher de classe média não deixava de ser oprimida apesar dos privilégios, mas a sua opressão era diferenciada da mulher operária ou da trabalhadora camponesa, que sofriam uma dupla opressão: enquanto assalariadas e enquanto mulheres do lar.

“Evidentemente existe um opressão que é comum a todas as mulheres- p.ex. o trabalho doméstico, a sexualidade identificada com a reprodução, etc - mas o comum desta opressão se dilui nas diferenças de classe. O trabalho doméstico, p.ex., tem um significado diferente na vida de uma mulher que pode

---

<sup>157</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Nossas Assembléias, *Carta Política*, Paris, junho de 1976.

‘comandar’ empregadas, organizar recepções, freqüentar salões de beleza, e de outra mulher que depois de 8 horas de trabalho, tem que se ocupar do conjunto das tarefas domésticas, muitas vezes sem contar com nenhuma vantagem tecnológica. A sexualidade também é vivida diferente por uma mulher que usufrui da pílula, da possibilidade de abortar, e para uma outra que vive angustiada pensando no risco de engravidar.”<sup>159</sup>

O Círculo estruturava-se a partir de grupos temáticos, formados em decorrência do interesse pelo tema ou das relações de amizade. Os grupos – educação, sexualidade, aborto e contracepção, imprensa feminista, maternidade, teatro, trabalho – reuniam-se semanalmente, e o resultado dos encontros era discutido por todas numa assembléia geral que se encontrava uma vez por mês na Cité Universitaire. Leituras eram sugeridas para as discussões, nas quais as mulheres eram estimuladas a opinarem. Ademais, o incentivo a fala feminina era uma prática muito comum no Círculo. Vários documentos mencionam a importância da mulher se posicionar diante das discussões tanto no Círculo quanto nas organizações, no trabalho, na família. Os encontros para a discussão do *vécu*, uma prática comum no movimento feminista francês - que consistia no relato das mulheres de suas experiências, sentimentos, medos e traumas - mostrou que o cotidiano era um elemento essencial na manutenção da repressão, e que era necessário politizá-lo para que uma verdadeira transformação social fosse concretizada.

Nesse sentido, Glória Ferreira destaca que as reuniões proporcionaram a reflexão para uma série de questões sentidas, mas não racionalizadas, e nem mesmo verbalizadas; tanto nas relações individuais, quanto nas relações com as organizações políticas. O Círculo abriu espaço de reflexão para a emergência das diversas sutilezas nas relações entre os sexos, das quais estão presentes as alianças e os consentimentos por parte das mulheres. Para Glória a dinâmica da relação dominação/opressão dos homens nas organizações de esquerda em relação a mulheres militantes passava pela questão do posicionamento delas em relação a eles. Como exemplo disto cita a expressão *Eu tenho uma pequena coisa para falar*, muito utilizada pelas militantes nas organizações, quando queriam participar do debate político.<sup>160</sup>

---

<sup>158</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, O meu, o teu, os nossos subgrupos, *Uma carta*, Paris, 1977.

<sup>159</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, subgrupo 8 de março, *Correntes do movimento feminista*, Paris, janeiro de 1978.

<sup>160</sup> Entrevista com Glória Ferreira concedida a Natalia Bastos, em 11 de agosto de 2005, Rio de Janeiro.

Nessa perspectiva, a dominação masculina apresenta o peso do aspecto simbólico, que supõe a adesão dos dominados às categorias que fundamentam sua dominação. O conceito de *violência simbólica* se fundamenta na compreensão de como a relação de dominação – vista como uma relação histórica, cultural e linguisticamente construída – é sustentada como uma diferença de ordem natural, radical, irreduzível e universal. Logo, a incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações por parte dos dominados. O que informa que a aceitação pelas mulheres de determinados cânones, não significa, apenas, sujeitarem-se a uma submissão alienante, mas igualmente elaborar um meio que lhes possibilitem deslocar ou subverter a relação de dominação. As fissuras à dominação masculina não assumem, em regra, rupturas, e nem sempre se expressam num discurso de negação e rejeição. Delimitar os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade, significa compreendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que estabelecem a dominação masculina, contra o seu próprio dominador.<sup>161</sup>

Ainda sobre essa reflexão observamos a utilização do termo *opressão*, sem nenhuma crítica por parte das militantes do Círculo. Este é um termo muito utilizado pela esquerda dos anos 1960, em que explica a realidade social através da dualidade opressor/oprimido. Apesar de estas mulheres estarem passando por um período de renovação em suas trajetórias políticas, havia uma reprodução do modelo explicativo de pensar a realidade. Se antes o foco era no proletariado oprimido pela burguesia, nos anos 1970 o cerne da questão será a opressão do homem sobre a mulher. Mesmo compreendendo que a questão da mulher não seria resolvida com a vitória da revolução socialista, elas continuaram a utilizar este modelo simplista de explicar as relações sociais, apesar de reconhecerem a complexidade da questão que defendiam. Nesse sentido Serge Bernstein ressalta que quando uma cultura política está sendo construída, ela absorve elementos de outras culturas e ao mesmo tempo apresenta pontos comuns da “família” da cultura a qual pertence. Sobre as chaves da leitura da realidade pelas diferentes culturas políticas, ele defende que:

“A habituação do espírito à sua utilização como grelha de análise acaba por torná-la um fenômeno profundamente interiorizado e que, como tal é

---

<sup>161</sup> Este foi um conceito trabalhado por: CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica) In: *Cadernos Pagu - fazendo história das mulheres*. (4). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995, p.40-42.

impermeável à crítica racional, porque esta faria supor que uma parte dos postulados que constituem a identidade do homem fosse posta em causa”<sup>162</sup>.

Embora estivessem mobilizadas e orientadas pelas questões sociais e políticas, Regina Carvalho ressalta a descoberta individual que o convívio no Círculo lhe proporcionou:

“Nós nos descobrimos enquanto mulheres, não estávamos ali por causa de um cérebro, mas porque era uma questão importante que devia constar no programa socialista. Pensávamos que não éramos exploradas, mas éramos. Eu mudei a minha relação com as mulheres que não eram militantes<sup>163</sup>, eu tinha uma dificuldade de lidar com elas. E depois que elas foram para o Círculo, vi que a minha história não era diferente destas mulheres. Eu também passei por dificuldades, mesmo sendo de classe média, militante, profissional, consciente. Eu também me submetia e fui forjada ideologicamente.”<sup>164</sup>

Glória Ferreira analisa sua participação no Círculo como um período de descobertas e questionamentos de sua militância política, que em certa medida contribuiu com seu rompimento com a organização. Elementos antes tão valorizados para a concretização da revolução brasileira como a implementação do partido único e a tomada de poder foram colocados em questão<sup>165</sup>.

As participantes do Círculo tinham liberdade para expressarem suas críticas às orientações propostas no grupo, valorizando-se a opinião individual. Ângela Brito recém ingressa no grupo expõe em “*Uma carta*” de 1977 um balanço da importância do Círculo na vida política das brasileiras no exterior, além de criticar alguns aspectos do programa do grupo. Dentre eles destaca a importância da comunicação com o movimento feminista no Brasil, e questiona a forte ligação com os movimentos franceses e o repetido debate das problemáticas levantadas por estes. Para Ângela o

---

<sup>162</sup> BERSTEIN, Serge. Op. Cit, p. 360.

<sup>163</sup> Regina refere-se às esposas de militantes que apenas acompanhavam os maridos no exílio, não tinham nenhuma participação política, eram vistas como alienadas e submissas pelas mulheres das organizações, eram chamadas de “mulher de comunista”.

<sup>164</sup> Entrevista com Regina Carvalho concedida a Denise Rollemberg, em 15 de setembro de 1995, Rio de Janeiro.

<sup>165</sup> Glória era militante do MR-8. Entrevista com Glória Ferreira concedida a Natalia Bastos, em 11 de agosto de 2005, Rio de Janeiro.

Círculo deveria voltar as suas discussões para a realidade brasileira daquele período. Sobre a interação com os grupos brasileiros defende que:

“Não podemos pretender ser um círculo de exílio, onde se dão discussões sobre tudo o que já foi dito, onde se participa em iniciativas feministas, tudo isso sem haver vasos comunicantes com o movimento em nosso país. Se essa fosse nossa perspectiva, nos integraríamos todas nos grupos de mulheres francesas. Mas a ligação com o Brasil não pode ser apenas a da palavra, a da propalação da condição da mulher no Brasil. Ela tem que ser também uma vinculação *concreta* (...), e este deve ser um fulcro para nós, (...) nos comprometeremos no discurso sobre a mulher brasileira em cada oportunidade que surgir de fazer aparecer no Círculo e na nossa própria discussão interna.”<sup>166</sup>

Ainda sobre a forte influência dos grupos franceses nas orientações do Círculo, ela sugere que o Círculo não se sobrecarregasse sob uma determinada estratégia política, ou seja, deveria ter espaço para a prática<sup>167</sup>, para o estudo e para a discussão teórica. Esta crítica realizada por Ângela Brito nos faz refletir sobre um ponto intensamente criticado pelos militantes das organizações da esquerda revolucionária no período pós- luta armada: a supervalorização do saber teórico em detrimento do saber prático. Neste sentido, a militante ressalta a continuidade desta prática no Círculo, ou seja, a falta de equilíbrio nas estratégias do movimento político, ressaltando que tanto o aperfeiçoamento teórico quanto as atividades práticas são essenciais para o sucesso da revolução. Para Ângela *é justamente o meio termo que faz falta*<sup>168</sup>.

Um dos preceitos defendidos pelo Círculo era a transformação de valores da sociedade burguesa e da relação entre os indivíduos. Nesse sentido, Ângela analisa o comportamento de algumas participantes:

“Se vêem freqüentemente os tipos de comportamento tradicionais entre mulheres, mesmo se expressos de outra forma: sectarismo, intolerância, impaciência, e também comportamentos falocratas, com tendência de algumas antigas a monopolizar a palavra, a adotar ares de comando ou professorais durante as assembléias, as reuniões dos subgrupos e a manifestação do 1º de

---

<sup>166</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, O meu, o teu, os nossos subgrupos, *Uma carta*, Paris, 1977.

<sup>167</sup> Refere-se à preparação de documentos e aparições públicas.

maio.(...) Desconcertante é ver que isso acontece repetidamente e é como se fosse natural”<sup>169</sup>

O *Mouvement pour la libération de l'avortement et la contraception* (MLCA), um grupo feminista francês de posição desafiante das leis e da moral, era uma das principais referências para o Círculo. Entretanto não observamos um contato estreito entre o Círculo e os grupos de mulheres latinas americanas estruturadas na França. Pelo contrário, observamos uma posição de superioridade em relação a estes. As militantes do Círculo em diversos documentos se colocavam como o primeiro grupo organizado no exílio, e que se encontravam a frente nas discussões sobre a temática. Esse distanciamento é curioso, se pensarmos em toda a campanha feita pelas organizações nos anos 1960 de união e troca de experiências entre as esquerdas da América Latina.

O contato com os grupos feministas no Brasil como o *Nós Mulheres* e o *Brasil Mulher* era realizado através de cartas em que o Círculo opinava sobre a atuação das feministas no Brasil. Em muitos artigos de análise dos editoriais dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* a principal crítica era a utilização do movimento de mulheres apenas como força auxiliar da luta mais geral contra o regime militar.

“A justa preocupação de mobilizar politicamente a mulher tem que enfrentar também as raízes de seu conservadorismo político, da sua ingenuidade. Por isso é falso o etapismo de primeiro lutar contra a ditadura e por liberdades democráticas, depois vamos falar da situação concreta das mulheres brasileiras, quando é justamente esta situação que as faz surdas à realidade política, quando não cúmplices.”<sup>170</sup>

Num outro artigo as participantes do Círculo criticam o espaço dedicado às matérias sobre as questões políticas gerais, não priorizando temas específicos da luta feminista com as quais os jornais se comprometeram:

“Sentimos que as lutas gerais da sociedade nos jornais é o mais importante. Muitas vezes, artigos que não tem nada a ver diretamente com a mulher e com as lutas específicas. Pó ex: muitas matéria sobre Anistia num

---

<sup>168</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, O meu, o teu, os nossos subgrupos, *Uma carta*, Paris, 1977.

<sup>169</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>170</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Nossas Assembléias, *Análise dos editoriais do Brasil Mulher*, Paris, junho de 1978.

determinado número, muitas matéria sobre movimento estudantil, etc. Achamos justo e fundamental que o *Brasil Mulher* lute pela Anistia ampla e irrestrita, que lute pelos direitos humanos contra a tortura, enfim, que assuma as lutas gerais da sociedade mas que compreenda que essas lutas não são as que o jornal deve ter como objetivo principal, pois senão não necessitaríamos de um jornal *Brasil Mulher*, porque essas lutas já são travadas, sendo consideradas as mais importantes, por uma série de jornais já existentes.”<sup>171</sup>

Diferentemente dos jornais *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*, em que os temas das lutas gerais da sociedade tinham um grande espaço de debate, o Círculo dedicava-se majoritariamente às discussões relativas à especificidade da luta pelo fim da *opressão* feminina. Entretanto reservou-se um espaço para a questão da Anistia. Na carta de 1978 Regina propõe às militantes do Círculo a integração nas campanhas a favor da anistia geral e irrestrita, além de uma reflexão do modo pelo qual elas deveriam alocar suas propostas enquanto grupo feminista. Participaram de campanhas e eventos promovidos por entidades brasileiras e latino-americanas<sup>172</sup> de denúncia das ditaduras, especialmente em ações de solidariedade às presas políticas. Apesar de considerarem a luta pela anistia como uma questão geral, as militantes buscavam integrar esta reivindicação em suas pautas de discussão, compreendendo que:

“Ela é um dos primeiros grandes passos na luta por liberdade de expressão, manifestação e organização de todos os oprimidos, (...) cada vitória nessa luta é um passo para romper com toda a política repressiva da ditadura”<sup>173</sup>

E insistem que o termo *total* enfaticamente utilizado pelas campanhas:

“(..) deve incluir os chamados ‘delitos específicos da mulher’, ou seja, aqueles delitos, pelos quais a mulher é penalizada, só ou em maior grau que o homem, ou pelos quais na prática só ela é atingida. Em muitos casos são

---

<sup>171</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Nossas Assembléias, *Sobre os jornais Brasil Mulher*, Paris, março de 1978.

<sup>172</sup> Em março de 1977 o Círculo participou do encontro *Parole aux Femmes de l’Amérique Latine*, promovido pelo jornal feminista *L’information des femmes*, cujo objetivo era aproximar as feministas francesas das latino-americanas. O objetivo do Círculo neste ato foi denunciar a situação da mulher na América Latina e sensibilizar as feministas francesas para uma campanha em defesa das presas políticas. O Círculo participou também de diversas campanhas em parceria com o Comitê Brasil pela Anistia (CBA). Círculo de Mulheres Brasileiras, *Anistia geral e irrestrita*, Paris, maio de 1978; documento de autoria das participantes do Círculo e do CBA, Sandra e Beth L..

precisamente os delitos da mulher os que ficam fora de toda consideração. Anistia Total – sim – mas não tão total para que a mulher esteja incluída nela.”<sup>174</sup>

Apesar das críticas das próprias participantes do Círculo no que diz respeito a forte valorização e influência das idéias e ações dos grupos feministas estrangeiros, em detrimento de questões próprias da realidade social da mulher brasileira, estas mulheres encontravam-se presas a necessidade não de seguirem a risca um modelo, havia a preocupação da adaptação de tais orientações às especificidades do cotidiano da mulher brasileira. Na discussão sobre a Anistia, Betania, Eliana, Soninha, Neide e Regina Bruno procuraram posições de grupos de mulheres que haviam vivido tal experiência, a partir desta idéia, não transcreveram todos os textos de um grupo de feministas de Barcelona que abordavam, o que elas denominaram de uma *nova* visão da Anistia. Segundo estas mulheres, esta perspectiva era mais globalizante, e procurava incluir a luta contra a punição ideológica discriminatória dirigida à mulher<sup>175</sup>. Elas escolheram posições que consideravam próximas às reivindicações e a realidade política e social do Brasil naquele período.

Como fora dito anteriormente, um dos objetivos desta pesquisa é analisar as continuidades e discontinuidades de características e posições políticas das militantes nos grupos de esquerda revolucionária e nos grupos feministas. Nesse sentido, destacamos a crítica feita por Daniel Aarão quanto ao papel exercido pelos modelos revolucionários internacionais às posições e diretrizes adotadas pela esquerda nos anos 1960. O autor destaca que as reviravoltas das linhas políticas partem de reflexões e motivações internas. *No discurso os modelos internacionais aparecem como fatores decisivos das mudanças. Além das aparências, porém, seriam apenas fontes de argumentos de autoridade, assegurando legitimação, coesão.*<sup>176</sup>

O fato de o Círculo constituir-se como um grupo feminista no exílio levava as participantes a elaborar estratégias de aproximação com o movimento no Brasil, e de uma reflexão acerca do nível de influência e da contribuição do trabalho junto às organizações francesas, buscando neste contato, uma troca de informações com estas,

---

<sup>173</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Anistia geral e irrestrita, Paris, 30 de maio de 1978.

<sup>174</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Anistia Total, sem data.

<sup>175</sup> O documento não possui data, nem título, começa com uma carta de apresentação das idéias das feministas espanholas a questão da anistia política, assinada por Betania, Eliana, Soninha, Neide e Regina Bruno às companheiras do Círculo.

<sup>176</sup> FILHO, Daniel Aarão Reis, Op.Cit, 1990, p. 17.

sobre a situação no Brasil e, mais especificamente, das mulheres brasileiras, além da divulgação da atuação destas mulheres no Brasil, como forma de fortalecer a luta e conscientizar as brasileiras para a importância da especificidade da luta pelo fim da *opressão* feminina.<sup>177</sup> Nesse sentido:

“Achamos que nossa contribuição enquanto militantes num país estrangeiro é mais teórica do que prática, entendendo-se a ‘teoria’, nesse caso como formação. Por que o avanço do movimento feminista no Brasil é determinado pela própria realidade brasileira e essa realidade não podemos vivê-la aqui em Paris. O que podemos é divulgar aqui o avanço desse movimento. Temos sim que desenvolver uma luta junto às mulheres brasileiras na colônia, realizando debates, projetando filmes, aproximando-nos o mais possível.”<sup>178</sup>

Nesse processo de integração com o movimento brasileiro, dentre as propostas levantadas para manter a prioridade da atividade a partir e voltada para o Brasil, as militantes definiram dois eixos de trabalho: a produção de artigos de denúncia sobre todos os aspectos da *opressão* da mulher brasileira (mulher no trabalho, mulher na educação, mulher na família, sexualidade) e de informação sobre o desenvolvimento da luta feminista no Brasil; o desenvolvimento da interação com os centros, comitês e publicações feministas brasileiros, com o objetivo de fornecer informações sobre o desenvolvimento do movimento feminista internacional, aspectos específicos desta conjuntura e a atuação e as atividades realizadas pelo Círculo<sup>179</sup>.

No ano de 1978 foi feito um dossiê, que procurou reunir artigos, textos das assembleias, propostas, cartas, correspondências dos subgrupos e materiais utilizados nas jornadas do Círculo desde a sua fundação. O objetivo deste dossiê<sup>180</sup> era reunir tudo que havia sido produzido por elas, como uma espécie de arquivo, onde os novos documentos seriam anexados. Além de reunir a produção, ele servia de apresentação das propostas e da trajetória do grupo para as novas participantes. Neste mesmo ano foi realizado também um projeto de criar um “balanço” sobre a trajetória e a atuação do

---

<sup>177</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, O meu, o teu, os nossos subgrupos, Projeto de trabalho, Paris, março de 1976

<sup>178</sup> Idem, ibidem.

<sup>179</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, O meu, o teu, os nossos subgrupos, Programa de trabalho (subgrupo Nation), Paris, sem data.

<sup>180</sup> O dossiê é de junho de 1978 está organizado em quatro subdivisões: O meu, o teu, Os nossos subgrupos; Nossas assembleias; Escrever, pintar, inventar, reinventar; e Anistia geral e irrestrita.

Círculo. Neste documento, dividido em duas partes, as militantes analisam aspectos diferenciados: desde o início da formação do grupo ainda sob o nome de Grupo Brasileiro de Mulheres Revolucionárias e as propostas do documento que deu a base para a criação do Círculo, o desenvolvimento do movimento no Brasil e as interações do Círculo com este, a importância da atuação do grupo junto à colônia brasileira, além de um histórico da consciência feminista entre as militantes brasileiras.

Compreendemos este “balanço” como elemento de um processo de reavaliação do papel desempenhado pelo Círculo frente à interação com a colônia brasileira, com as organizações de esquerda, com o movimento feminista Brasil, e na perspectiva individual de cada militante, diante do significado desta militância para suas posições políticas, e que caminho seguir diante de um possível retorno ao Brasil. Um ponto levantado neste documento merece destaque - a crítica ao sectarismo praticado pelas participantes no início do grupo, em relação às outras organizações da Esquerda Revolucionária:

“(…) na medida em que elas eram ‘concorrentes’ a propaganda. Não havia uma disputa política, em cima de alternativa para o trabalho. Nossa hegemonia foi mantida porque éramos as que sabíamos tudo ‘sobre o feminismo’ e tínhamos todos os contatos com o MLF<sup>181</sup>. Levamos a que a propaganda cumprisse um papel por si só, sem articulá-la com outros elementos de nossa intervenção.”<sup>182</sup>

No início os homens brasileiros mostraram-se assustados e desconfiados com a formação de um grupo feminista na colônia brasileira. Para alguns, a temática era própria dos países europeus, no Brasil não haveria espaço para esta discussão, a prioridade era outra. Entretanto o intenso debate feminista na sociedade francesa proporcionou esta assimilação pelos brasileiros. As organizações passaram então a incluir em seu programa a luta pelo fim da *opressão* da mulher na sociedade brasileira.

A partir de meados de 1978 muitos exilados iniciaram o retorno ao Brasil, mas foi em agosto de 1979, com a aprovação da lei da Anistia, que um grande número de brasileiros realizou um sonho tão aguardado. Nesse período, o Círculo foi encerrando suas atividades, sendo o fim de sua trajetória no segundo semestre de 1979. Para as

---

<sup>181</sup> Referente ao movimento feminista francês.

<sup>182</sup> Círculo de Mulheres Brasileiras, Nossa intervenção, Paris 1978.

mulheres do Círculo a militância política adquiriu um novo significado: elas buscaram unir o público e o privado; tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo; considerar e politizar as emoções, sentimentos, relações pessoais e laços familiares; problematizar as transformações do cotidiano e as questões domésticas; falar de amor e de sexo, de dor, de traumas e frustrações, de alegria, esperança e projetos individuais, valorizando a troca de experiências pessoais e a interação entre as participantes.

Compreendo que o Círculo de Mulheres Brasileiras foi estruturado a partir de um grupo de mulheres militantes de esquerda, que após a derrota de seus projetos políticos e pessoais no Brasil, foram influenciadas pelas discussões do movimento feminista francês, que de certo modo correspondiam por seus anseios de uma transformação na forma de pensar e fazer política. E se elas não tivessem vivido o exílio na França, essa nova temática seria incorporada em suas trajetórias políticas? Em que sentido especificamente a experiência feminista francesa, as suas práticas e posições, atendiam as expectativas desta nova trajetória? Cabe ressaltar que elas entraram em contato com a temática da luta pelo fim da opressão feminina, em uma sociedade onde o movimento feminista:

“Oriundo mais frequentemente da esquerda extra-parlamentar, com a qual mantinha laços estreitos, ainda que problemáticos e conflituosos, (...) partilhava amplamente da desconfiança da política eleitorista, visando mais uma transformação das estruturas sociais do que uma política institucional. Mas a sua desconfiança da ‘política’ ia muito além da visão da esquerda, às suas práticas de poder, às suas estruturas hierárquicas e, conseqüentemente à validade de seu projeto político. (...) Não se tratava de escolher entre mudar as ‘mentalidades’ e mudar as ‘instituições’, pois esta ‘escolha’ implica numa concepção do privado e do público que as feministas denunciavam precisamente como uma mistificação. Tratava-se sobretudo de mostrar que a dominação era ao mesmo tempo oculta e assegurada através de poderosas instituições como a família, a heterossexualidade institucionalizada, a divisão e a estrutura sexuada do trabalho e do emprego”<sup>183</sup>.

Apesar da transformação da atuação e das mobilizações políticas proporcionadas pelo Círculo, observo nos documentos e nos depoimentos das participantes o embate da

tradição de mulheres que haviam passado por uma experiência intensa e absorvente como militantes de organizações políticas com renovação política que a temática feminista proporcionou. Nos documentos o Círculo é representado como espaço e tempo de ruptura, mas compreendo que o Círculo expressa *a oscilação entre duas orientações*<sup>184</sup>; um espaço de renovação e de continuidade. A experiência de mulheres exiladas que vivenciaram o movimento feminista internacional e o traduziram segundo seus interesses e referências.

---

<sup>183</sup> VARIKAS, Eleni. Op.cit, p.8.

<sup>184</sup> Esta expressão de Anette Goldberg foi citada por ROLLEMBERG, Denise, op.cit, 1999.

## Capítulo III

### *Nós mulheres, em busca de um outro Brasil*

A primeira parte deste capítulo enfoca o projeto político feminista veiculado pelos jornais alternativos *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres* como espaço de vivência das descobertas das mulheres militantes no período pós-luta armada, atentando para os procedimentos que elas buscaram para conciliar a questão específica feminina com as lutas gerais da sociedade. Trata-se, portanto, de compreender o principal desafio a que se colocou o movimento feminista brasileiro de fins da década de 1970, qual seja, o de manter a autonomia da organização das mulheres, como movimento social específico, garantindo, ao mesmo tempo, a sua incorporação na luta pela democracia, não de forma isolada, mas como parte integrante dela. Na segunda seção do capítulo, procurarei compreender as comemorações do Dia Internacional da Mulher no Brasil, no período de 1975 a 1985<sup>185</sup>, como rituais políticos. Para uma melhor caracterização destes ritos, foram analisados, além dos dois periódicos da imprensa feminista alternativa em estudo, três jornais de grande circulação nos dois principais centros urbanos brasileiro, São Paulo e Rio de Janeiro - *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*.

A partir dos anos 1970, surgiu no Brasil um tipo de imprensa conhecida como imprensa alternativa. Eram jornais de formato tablóide, muitas vezes de tiragem irregular e circulação restrita, alguns eram vendidos em bancas, mas a venda significativa ocorria no âmbito da militância política. Estes jornais de oposição ao governo civil-militar eram lidos majoritariamente por militantes de diversos movimentos políticos e sociais. Eles questionavam o regime, denunciavam a violência e a arbitrariedade, aglutinaram uma oposição de esquerda num período no qual quase todos os canais de organização e manifestação política de oposição foram eliminados.

De acordo com Bernardo Kucinski<sup>186</sup>, a idéia de *alternativa* possui quatro significados essenciais: o de algo que não está ligado a políticas dominantes; o de uma opção entre duas coisas reciprocamente excludentes; o de única saída para uma situação

---

<sup>185</sup> A escolha do recorte temporal se deve, entre outros motivos, ao fato de se tratar da Década da Mulher, os últimos anos do regime civil-militar (período instituído pelo general Geisel a partir de 1974 como um processo de abertura lenta, gradual e segura) e um momento de grande atuação do movimento feminista.

<sup>186</sup> Sobre imprensa alternativa, a síntese que se segue está baseada em KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.

difícil e, finalmente, o do desejo que as gerações dos anos 1960 e 1970 tinham de protagonizarem as transformações sociais. A imprensa alternativa surgiu da articulação destas forças no momento em que jornalistas e intelectuais buscavam espaços alternativos à grande imprensa e à universidade.

Segundo Maria Paula Araújo, a imprensa alternativa era composta por jornais de três tipos <sup>187</sup>:

- jornais de esquerda: eram publicações que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas. Entre os principais jornais desta categoria, a autora cita: *Pasquim*, *Opinião*, *Movimento*, *Versus* e *Em Tempo*.

- revistas de contracultura: reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos”, assim denominados, pois produziam e atuavam fora do âmbito comercial. As principais publicações foram: *Flor de Mal*, *Biscoitos finos* e o *Almanaque biotônico vitalidade*.

- publicações de movimentos sociais: estão englobadas nesse campo o movimento estudantil, os movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa veiculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a imprensa negra, os jornais dos grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas e outros. Dentre as publicações desta categoria, destacaram-se: os jornais feministas *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*; os jornais do movimento negro *Tiçãõ*, *Sinba* e *Koisa de Crioulo*; as publicações que representavam os movimentos homossexuais organizados *Gente Gay*, *Corpo*, *Boca da Noite*, jornal da Aliança de Ativistas Homossexuais e *O Lampião da Esquina*.

Nos primeiros anos da década de 1970, as organizações de luta armada sofreram uma derrota militar e política. Militar devido à eficiência das forças repressoras, cujo sistema de informação e tortura desmantelou as organizações. Muitos militantes presos, mortos, *desaparecidos*, clandestinos e exilados. Político porque aprofundara o isolamento das organizações de vanguarda em relação à sociedade, em parte por acreditarem que numa primeira fase esse isolamento era mesmo necessário, mas sobretudo porque a sociedade não se identificara com os meios e os fins da luta armada : a eliminação do capitalismo e a derrubada da ditadura, pelo menos até 1974. Após a

---

<sup>187</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento Op.Cit.p. 21.

*autocrítica*, muitos militantes buscaram novas formas de atuação política. Entre 1974 a 1985, o Brasil passava pelo período de transição democrática, iniciado com a posse do general-presidente Geisel, anunciando o projeto de abertura política “lenta, gradual e segura”, que desencadeou um processo de redemocratização, culminando no fim do regime instituído pelo golpe de 1964.

O projeto de abertura política, lançado pelo governo, era avaliado pelos setores de esquerda como uma tentativa de empreender uma transição “por cima”, ou seja, o regime controlaria o processo e ampliaria os canais de participação política para as elites econômicas e políticas do país. Segundo os partidos e organizações, o objetivo do projeto idealizado por Geisel e pelo chefe do gabinete Civil, general Golbery do Couto e Silva, era garantir uma institucionalidade elitista que excluísse os setores populares, as classes trabalhadoras e as forças políticas de oposição mais radical ao regime, isto é os grupos de esquerda.

A partir de então, as esquerdas procuraram interferir no processo que se desenrolava. Buscaram elaborar uma tática política de intervenção que inviabilizasse o projeto de institucionalização da ditadura. Para isso, outros conceitos deveriam ser incorporados nos debates políticos. Seria necessário uma guinada radical para os ex-militantes das organizações de luta armada. O caminho foi a estruturação de uma frente de lutas pelas liberdades democráticas.

Com o processo de autocrítica da luta armada, os grupos iniciaram uma discussão acerca da validade de seus propósitos e da necessidade de outras táticas de luta. No exílio, o debate era acirrado entre os militantes e dirigentes das diferentes organizações de esquerda. Membros da Ação Popular Marxista Leninista (APML), do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), da Política Operária (POLOP) e algumas organizações latino-americanas como o Movimento de Esquerda Revolucionário (MIR), reuniram-se e publicaram a revista *Brasil Socialista*, um espaço de debate e elaboração das propostas políticas que marcaram a conjuntura. A revista era produzida em Paris e circulava clandestinamente entre os militantes no Brasil<sup>188</sup>.

A luta pelas liberdades democráticas significou um redirecionamento da tática política das esquerdas revolucionárias após a dramática experiência da luta armada. Representou também uma tentativa de aproximação com os setores da sociedade, uma

---

<sup>188</sup> ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). Democracia e Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. pp.153-164.

luta política que se tornasse possível. A democracia passava a ser compreendida como um *valor universal*<sup>189</sup>. As organizações que se formaram rompendo com as posições e práticas do Partido Comunista Brasileiro, que não aderira à luta armada e insistira na luta institucional, juntavam-se ao Partidão no movimento pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Aliás, o relacionamento das esquerdas brasileiras com a democracia sempre foi uma questão delicada e polêmica. Na década de 1960 e nos primeiros anos da de 1970, uma parte significativa das esquerdas brasileiras apresentava um profundo desprezo em relação à democracia. Para alguns setores, a democracia identificava-se com o pré-1964, cujo sistema proporcionou a tomada do poder pelos militares. O pacifismo do PCB, que acreditava na necessidade de uma *etapa democrático-burguesa* capaz de romper com o *imperialismo* e com os chamados *resquícios feudais* existentes, fora decisivo na derrota de 1964. A concepção marxista-leninista orientou as organizações surgidas nos anos 1960, na qual a *verdadeira* democracia era a “democracia proletária”.

Entretanto, a posição assumida no movimento de redemocratização política do país não era homogênea. As organizações e os grupos procuravam distinguir-se da concepção que possuíam de democracia e dos caminhos a percorrer na luta democrática. O MR-8 e a APML buscavam se diferenciar do PCB afirmando que sua proposta de luta democrática era tática e não estratégica, persistindo, portanto, a dicotomia ente democracia e socialismo. Já a POLOP acusava todos os que participassem das lutas democráticas de reformistas<sup>190</sup>. Esse debate era verificado nas palavras de ordem presentes nos manifestos, cartas, notas políticas e nas faixas expostas nas passeatas.

Houve, a partir de 1974, uma rearticulação dos grupos, partidos e organizações que buscavam a inserção na vida política brasileira, clamando por legalidade e procurando espaços abertos e públicos de atuação. Organizou-se um novo conjunto de grupos políticos desvinculado do projeto de luta armada, entremeados por novos debates sobre a realidade política, social e econômica brasileira. Um dos espaços de atuação foi a imprensa alternativa, que se tornou um veículo de divulgação das propostas políticas destes grupos. Destaque também para a rearticulação dos movimentos sociais. Como por exemplo o Movimento Feminino pela Anistia, o primeiro grupo organizado na luta pela anistia, a implantação dos Comitês Brasileiros

---

<sup>189</sup> Referência ao artigo de Carlos Nelson Coutinho. COUTINHO. Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*. n.9, março de 1979, pp.33-47.

<sup>190</sup> ARAÚJO. Maria Paula Nascimento. Op. Cit., 2000.

pela Anistia, o movimento sindical que ressurgiu com as greves de Contagem, em Minas Gerais, Osasco e São Bernardo do Campo, em São Paulo, e as mobilizações realizadas na periferia de São Paulo, organizadas pelo movimento contra a carestia, pelo movimento por moradia, pelos clubes de mães e pelas associações de donas de casa. Apesar da mobilização de diversos setores da sociedade, o fim da ditadura foi um processo sob o controle daqueles que a implantaram.

O projeto de distensão política que fora idealizado pelo governo em resposta a questões e conflitos internos, proporcionou uma flexibilização da censura à imprensa, mas não a sua extinção. A imprensa alternativa sofreu algumas restrições pelos censores. É interessante destacar, que a imprensa feminista foi a que menos teve intervenção da censura. Joana Lopes, editora do jornal *Brasil Mulher*, foi convocada pela Polícia Federal para *prestar esclarecimentos* sobre a edição número dois do jornal. Entretanto, avalia que a censura ao tablóide feminista era mais amena<sup>191</sup>, pois os militares subestimavam o movimento feminista. Para eles, o *Brasil Mulher* era apenas um *jornalzinho de mulheres*, não chegava a ser um perigo!<sup>192</sup>

Sobre este aspecto, Beatriz Bargieri destaca o lado positivo deste descrédito dos militares em relação ao movimento composto por mulheres. Para algumas mulheres perseguidas pelo regime, este era um espaço de participação política, uma vez que não era alvo privilegiado das forças repressoras.

“O preconceito ajudava nesse sentido, pois ainda não existia um impedimento declarado por parte da repressão a esta atuação política, eles não davam muita importância, achavam que era coisa de mulher, portanto não muito séria, nem perigosa. Assim era um dos raríssimos espaços possíveis de você ter alguma participação depois de sair da cadeia com poucos riscos, pois como você estava “queimada”, visada, vigiada e o movimento de mulheres ninguém dava muita bola.”<sup>193</sup>

Mesmo que não oferecessem *perigos* ao regime, os grupos feministas eram apontados pelos militares como instrumentos essenciais utilizados pelos segmentos de

---

<sup>191</sup> Numa das investigações sobre a distribuição do *Brasil Mulher* por uma professora para suas alunas numa faculdade do Rio de Janeiro, os investigadores classificam-no como um *jornaleco de mulheres*. Arquivo da Polícia Política, documento de 23/05/1978. Assunto: Professora Noeli, origem ECEME, difusão: DPPS/RJ-ARQ Pasta 64, p. 693. Setor Estudantil. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>192</sup> Entrevista com Joana Lopes, concedida a Karen Silvia Debértolis, em maio de 2001, São Paulo.

esquerda em atuação no país para combater o governo. *Vários grupos feministas estão surgindo sob o pretexto de melhorias para a mulher, mas isto é considerado uma manipulação política e ideológica das esquerdas*<sup>194</sup>. Ou seja, eles não acreditavam na autonomia do movimento, nem mesmo que as mulheres fossem capazes de se organizarem politicamente sem que fossem influenciadas pelos homens.

### ***Brasil Mulher e Nós Mulheres: a imprensa feminista alternativa***

A circulação dos jornais *Brasil Mulher* (1975-1980) e *Nós Mulheres* (1976-1978) foi um marco na história do feminismo brasileiro. Estes jornais foram os divulgadores de uma série de temáticas discutidas em diversos grupos feministas no período de 1975-1980. Temáticas pouco discutidas, então, em nossa sociedade: contracepção, aborto, trabalho feminino, educação diferenciada, direitos da mulher, dupla jornada de trabalho, entre outros. Aliada a estas temáticas específicas, ambos os jornais apresentavam um acirrado debate sobre a conjuntura política nacional, destaque para a campanha pela anistia e pelo restabelecimento das liberdades democráticas. Aliás, se a democracia era um tema ausente no debate político dos militantes das organizações revolucionárias, a partir da segunda metade da década de 1970, estará associada tanto ao projeto político das lutas gerais quanto ao projeto feminista.

É importante ressaltar que a imprensa alternativa caracteriza-se como uma fonte histórica diferente da grande imprensa. Ela não apresenta a mesma sistematicidade, a mesma tiragem, a mesma estrutura financeira nem o mesmo público. Não possui a mesma apresentação nem formatação. O padrão de notícias não está baseado na cobertura de acontecimentos diários. Entretanto, é uma fonte que mostra muito das idéias e da visão de mundo dos grupos que representa. A leitura dos editoriais, dos artigos, das colunas e das reportagens principais da imprensa feminista possibilita a

---

<sup>193</sup> Entrevista com Beatriz Bargieri, concedida a Rosalina de Santa Cruz Leite, em junho de 2000, São Paulo.

<sup>194</sup> Além destas conclusões da investigação dos movimentos feministas, encontra-se no documento um quadro com a enumeração e identificação das diferentes organizações feministas por todo o país, especificando origem, data de fundação, membros, lideranças, principais eventos e possíveis vinculações com partidos políticos. Arquivo da Polícia Política, documento de 20/08/1982. Assunto: Movimentos Feministas - Brasil, origem SNI, Pasta 159, folhas 308 a 318. Setor Comunismo. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

compreensão do processo de formulação dos debates e das concepções políticas, além dos conflitos internos presentes entre as militantes dos dois grupos representados pelos jornais *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*.

O *Brasil Mulher* era publicado pela Sociedade Brasil Mulher e o *Nós Mulheres* pela Associação de Mulheres. O primeiro teve dezesseis edições regulares e quatro extras no período de 1975 a 1980; o segundo, oito edições que circularam de 1976 a 1978. Ambos eram veículos de divulgação de temáticas e propostas políticas discutidas em grupos feministas organizados. As feministas dos dois jornais eram, em grande maioria, proveniente da esquerda, muitas vivenciaram a militância clandestina, a prisão, a tortura e/ou o exílio.

Tanto o *Brasil Mulher* quanto o *Nós Mulheres* buscaram unir o público ao privado, tornar político o que antes era considerado assunto pessoal, íntimo e subjetivo. As matérias abordavam temas relacionados a emoção, sentimentos, relações pessoais e laços familiares. As transformações do cotidiano e as questões domésticas do dia-a-dia eram elementos valorizados nas pautas dos dois periódicos. Falar de amor, sexo, dor e frustração, de alegria e esperanças individuais, valorizando as experiências pessoais, o vivido e a troca dessas experiências entre as mulheres, são exemplos da concepção política presente no movimento feminista brasileiro dos anos 1970-1980.

Analisando a imprensa feminista, tive acesso a esta concepção política, além de poder investigar de que modo se estruturava o diálogo entre os grupos feministas e as organizações de esquerda. Nesse sentido, os jornais servem para avaliar as continuidades e as rupturas com a cultura política das organizações de esquerda dos anos 1960 em relação ao debate político proposto pelo movimento feminista brasileiro, constituído em grande parte por mulheres que participavam ou haviam participado de organizações da esquerda revolucionária.

As motivações que levaram cada uma das mulheres a optarem pela militância feminista são diferenciadas. Algumas entraram por indicação da organização à qual pertenciam, uma vez que esta considerava o movimento feminista uma área estratégica de atuação política no período de abertura lenta e gradual, quando os movimentos sociais estavam se rearticulando. Outras foram por motivação pessoal devido ao interesse pela questão das mulheres, muitas ainda movidas pelo desejo de continuar a militar, quando os espaços para desenvolver outras práticas lhes estavam fechados por

problemas de segurança, o caso das ex-presas políticas. E aquelas que retornavam do exílio desejavam continuar a militância iniciada na Europa, e mesmo contribuir no movimento com as experiências e os debates vivenciados no exterior.

Tanto Iara Prado quanto Vera Soares, ao ingressarem no *Brasil Mulher*, desconheciam o debate político e as questões relativas à luta feminista. A entrada no jornal, que já possuía uma certa visibilidade entre as organizações de esquerda, foi por *uma certa imposição* dos companheiros da organização na qual militavam, interessados em ter representantes presentes no Congresso das Metalúrgicas<sup>195</sup>.

A entrada de Beatriz Bargieri na Sociedade Brasil Mulher foi fruto do desejo de continuar a militar politicamente, num período delicado de sua vida, pois havia saído recentemente da prisão. *O movimento de mulheres era um espaço que as mulheres que tinham tido problemas de segurança, que tinham sido presas, podiam usar para retomar uma nova militância política, com mais segurança.*<sup>196</sup>

O movimento feminista brasileiro deste período apresentou um outro campo teórico, criticando os conceitos de totalidade e universalidade, tão importantes na teoria marxista, e valorizando, em contrapartida, as noções de fragmentação, especificidade, parcialidade e diferença. Estas mulheres criticavam, severamente, a posição secundária ou até mesmo nula que o marxismo delegara à *opressão* sexual, uma vez que privilegiava a *opressão* de classe.

Os movimentos feministas europeus e norte-americanos possuíam em suas propostas políticas uma autonomia em relação aos partidos políticos. Acreditavam que a luta feminista deveria ser travada a partir da especificidade da questão, já que, até o momento, as agremiações políticas (sindicatos e partidos) não haviam solucionado as problemáticas referentes à *opressão* feminina na sociedade capitalista. Entretanto, no Brasil, os grupos feministas, em grande parte composto por mulheres ligadas às esquerdas, procuraram estabelecer uma posição política e teórica que entrelaçasse a luta feminista com a luta pelo socialismo. Os jornais analisados insistiam na especificidade e não na autonomia. A imprensa feminista brasileira nos anos 1970 era, portanto, uma imprensa de oposição, de esquerda e socialista, mas que lutava contra a utilização do

---

<sup>195</sup> Ambas eram militantes da AP (Ação Popular) e ingressaram no *Brasil Mulher* na edição de número oito, em 1977. Depoimento de Iara Prado e Vera Soares. In: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. São Paulo: Tese de Doutorado. PUC-SP, 2004.

<sup>196</sup> Entrevista com Beatriz Bargieri, concedida a Rosalina de Santa Cruz Leite, em junho de 2000, São Paulo

movimento feminista pelos partidos de esquerda<sup>197</sup>. A dupla militância era uma questão polêmica, mas a autonomia era consensual entre as militantes dos jornais. Elas defendiam uma liberdade de ação própria, independente dos partidos e das organizações externas ao movimento, mas na prática isso nem sempre era o que acontecia. Nas reuniões dos organismos de esquerda muito do que se passava no coletivo de mulheres era discutido, sem falar na influência internalizada que refletia na postura e na abordagem dos jornais.

Os dois jornais marcaram o surgimento e o desenvolvimento do movimento feminista no Brasil, influenciado política e teoricamente pelo feminismo francês e em menor incidência pelo norte-americano. Ademais, além das contribuições, o feminismo francês causou algumas acirradas discussões políticas entre as feministas brasileiras. Muitas mulheres que viveram o exílio em Paris, ao retornarem ao Brasil, trouxeram na bagagem muitas leituras e temáticas pouco conhecidas entre as brasileiras. Para algumas feministas, determinadas discussões eram próprias da realidade européia, não condizentes com o cotidiano da mulher brasileira. Ângela Muniz, ressalta que as exiladas, quando chegaram ao Brasil, achavam que *sabiam de tudo* sobre as propostas da luta feminista, *afinal elas viveram no berço do feminismo!* Elas trouxeram algumas propostas, que eram colocadas como *verdades políticas*, o que gerou conflitos com as outras militantes. As que não se exilaram acusavam as outras de possuírem posições muito européias, como, por exemplo, priorizarem questões referentes à sexualidade em detrimento de questões políticas gerais<sup>198</sup>.

Não somente as mulheres no retorno ao Brasil eram criticadas e acusadas por suas posições políticas. Fernando Gabeira lembra que em seus pronunciamentos em diversos debates políticos que foi convidado por todo o Brasil acusavam seu discurso ecológico de europeu, distante da realidade brasileira, e impróprio para aquele momento político pelo qual o país passava. No máximo concediam que se tratava de uma problema das altas classes médias urbanas. Num seminário em Salvador um militantes de esquerda que atuava numa favela questionava suas posições políticas: *nós conduzimos as lutas em torno das melhorias materiais de vida e das liberdades políticas. Não seria extremamente confuso falar de sexo, opressão da mulher, ecologia*

---

<sup>197</sup> ARAUJO, Maria Paula Nascimento Op.Cit.

<sup>198</sup> Ângela era participante do Círculo Brasileiro de Mulheres de Paris, e no retorno do exílio participou de alguns grupos feministas no Rio de Janeiro, entre eles o grupo que organizou o S.O.S Mulher, organização voltada para o atendimento de mulheres vítimas de violência e também espaço de reflexão e

*e outros novos temas? Como falar de sexo num país onde as pessoas estão morrendo de fome?*<sup>199</sup> As atenções mais uma vez deveriam estar voltadas para a luta contra a ditadura, pelo restabelecimento das liberdades democráticas, pelo combate ao capitalismo e toda a situação de miséria e opressão que passava o povo, não deveria haver espaço para a discussão de problemas ligados à vida cotidiana não somente do povo, mas também dos militantes. Os argumentos colocados eram que primeiro era necessário construir uma base material sólida, através da revolução socialista. Depois então é que viriam à tona questões como sexualidade e fraternidade humana. Antes de tudo, era necessário atender aos estômagos vazios, depois atende as inquietações que surgiam nas confortáveis salas da classe média.

Aliás, esse é um dos grandes embates do feminismo brasileiro: especificidade *versus* lutas gerais. Os jornais buscaram articular a especificidade da luta feminista com a luta mais geral da sociedade brasileira, incluindo a resistência ao regime civil-militar. O *Brasil Mulher* no editorial do número zero ressaltava que não era um jornal da mulher, mas pretendia ser uma voz na busca e na tomada da igualdade perdida, tarefa destinada a homens e mulheres. Neste editorial de inauguração, o jornal reforçava a defesa de um feminismo da igualdade, mas que respeitava as diferenças e explicitava um conceito muito novo na época — o da equidade. Acrescentando, ainda, o desejo de incorporar-se à imprensa democrática em meio às batalhas que surgiam na sociedade brasileira<sup>200</sup>.

Logo na primeira edição, o jornal já recebeu severas críticas quanto à associação das lutas gerais com as questões específicas. Um exemplo é a matéria *Um (falso) jornal*, da jornalista Elenice Munerat, no jornal *Opinião* em 24 de outubro de 1975:

“(...) um jornal mensal lançado neste mês em Londrina, Paraná, *não é um jornal da mulher*, conforme afirma a primeira frase de seu editorial de apresentação e conforme poderíamos supor o título. De suas 16 páginas, apenas 5 realmente tratam diretamente da mulher. Todas as outras reportagens falam de assuntos gerais: da campanha da anistia aos irmãos Villas Boas, passando por uma seleção de fatos de menor importância já citados na imprensa das últimas semanas.(...) Decepcionante, pois que esse jornal bem impresso e barato (Cr\$

---

de mudança das condições de vida dessas mulheres. Entrevista com Ângela Muniz, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de maio de 2003, Rio de Janeiro.

<sup>199</sup> GABEIRA, Fernando. Entradas e bandeiras. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

<sup>200</sup> *Brasil Mulher*, editorial, n.0, outubro de 1975.

2,00) coloque a mulher apenas como uma engrenagem do sistema sócio econômico político em vez de procurar valorizá-la mais do que os outros órgãos da imprensa”<sup>201</sup> (grifo no original)

Na edição de número cinco, o *Brasil Mulher* publicou uma carta enviada pelo Círculo de Mulheres Brasileiras de Paris, na qual criticava o comunicado publicado pelo jornal em abril de 1977, ao afirmar que a luta pela emancipação da mulher fazia parte da luta pela libertação do homem. Na carta, elas enfatizavam e reivindicavam a importância da especificidade da luta feminista e a liderança das mulheres nesta tarefa:

“Comprendemos a libertação da mulher ligada a todos os indivíduos. Mas, será que cabe à mulher um papel particular nessa luta? (...) Que só ela, sofrendo uma opressão específica, saberá reivindicar seus verdadeiros direitos? (...) Questões que nos dizem respeito, como contracepção, aborto, tarefas domésticas, podem fazer parte de uma reivindicação de homens e mulheres? Achamos que não! Homens apoiarão, eventualmente, essas reivindicações. Mas, elas são nossas e só nós poderemos conduzir a luta.”<sup>202</sup>

Assim como o *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* no editorial de estréia insiste que não há a separação da luta da mulher da luta de todos, esta é uma luta de homens e mulheres pela sua emancipação<sup>203</sup>. Rompendo com a linguagem impessoal utilizada pela imprensa tradicional, o editorial tenta estabelecer com a leitora uma relação íntima, pessoal e cordial ao utilizar a primeira pessoa do plural. Não se referia à mulher, forma impessoal e generalizante. Revela que quem estava escrevendo possuía experiências e histórias comuns às que estavam lendo. E, para chamar a atenção das leitoras quanto à importância da causa feminista, o texto revela e questiona os papéis tradicionais de gênero. O centro da problematização levantada pelas editoras era a desigualdade entre os homens e as mulheres no mundo do trabalho, no cotidiano, no comportamento e na liberdade sexual, revelando, portanto, a luta em busca da igualdade. Entretanto, reconhece que a desigualdade é diferenciada entre elas:

“NÓS MULHERES somos oprimidas porque somos mulheres. Mas mesmo entre nós existem diferenças. Um grande número de mulheres cumpre

---

<sup>201</sup> MUNERATO, Elenice. Um (falso) jornal. *Opinião*, 24 de outubro de 1975, p.26.

<sup>202</sup> *Brasil Mulher*, n.9, outubro de 1977.

uma dupla jornada de trabalho: o trabalho fora de casa e o trabalho doméstico. Outras cumprem só tarefas domésticas. Mas, entre as próprias donas de casa, persistem diferenças.(...) Pretendemos (...) falar da vida da secretária, da mãe solteira, da enfermeira, da desquitada, de NÓS MULHERES, enfim.”<sup>204</sup>

## **As origens do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres***

O *Brasil Mulher* surgiu de um projeto da jornalista de Londrina (Paraná) Joana Lopes<sup>205</sup>, cujo objetivo era divulgar o movimento das mulheres em torno da luta pela anistia. A partir do contato feito entre Therezinha Zerbini<sup>206</sup> e a jornalista da *Folha de Londrina*, foi elaborado o jornal. A idéia inicial era criar um boletim para o Movimento Feminino pela Anistia<sup>207</sup>, cujo objetivo seria levantar assinaturas para pressionar o governo a conceder anistia aos cassados, presos políticos e exilados pelo regime instaurado com o golpe de 1964. Mas, para Joana, o jornal deveria ser um veículo dirigido à mulher<sup>208</sup>, ou seja, divulgar a luta pelas liberdades democráticas e pela Anistia, incluindo matérias que proporcionassem indagações e reflexões sobre o cotidiano das mulheres e a subordinação aos homens no universo da casa, do trabalho e da política. Joana pretendia levar para as páginas do jornal *a mulher duplamente excluída*: pela estrutura patriarcal e pelo regime de exceção que *calava as vozes*

---

<sup>203</sup> *Nós Mulheres*, editorial, n.1, 1976.

<sup>204</sup> *Nós Mulheres*, editorial, n.1, 1976.

<sup>205</sup> Joana Lopes, em 1975, atuava como jornalista da *Folha de Londrina*. Formada na Escola de Arte do Brasil, no Rio de Janeiro, atuava também como arte educadora. Desenvolveu trabalhos teatrais com operários do ABC paulista a convite de Herbert de Souza, integrante da Ação Popular. Foi através de suas passagens por Paris que entrou em contato com a temática feminista. A partir de 1987, passou a integrar o departamento de Artes Corporais do Instituto de Artes da UNICAMP. DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado. FBC / UFRGS, 2002.

<sup>206</sup> Therezinha Zerbini, que esteve presa, em 1969, envolvida com o empréstimo de um sítio em Ibiúna, onde se realizou o famoso congresso da União Nacional dos Estudantes, era casada com o general Zerbini, cassado pelo primeiro AI, editado pelo governo militar, em 1964.

<sup>207</sup> Em 1975, Therezinha Zerbini, em um congresso realizado no México, organizado pela ONU, no qual foi instituído aquele como o Ano Internacional da Mulher, lançou as bases do primeiro movimento nacional pela anistia pós 1964, denominado Movimento Feminino pela Anistia, lendo em uma das plenárias do evento internacional, um manifesto de mulheres brasileiras a favor da anistia.

<sup>208</sup> Depoimento de Therezinha Zerbini. In: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. Cit, 2004, p. 55.

*democráticas*<sup>209</sup>. O número zero do jornal voltava-se para a discussão e a divulgação da questão da anistia. O projeto e a execução da edição do número zero do *Brasil Mulher*, como um todo, da pauta à redação e à compilação das matérias, passando pela diagramação e pelo acompanhamento da impressão, foi de autoria de Joana Lopes.

O *Brasil Mulher* apresentou duas fases durante o período em que circulou. Considero importante descrever os dois períodos, pois caracterizaram o conteúdo e a estrutura de suas páginas. Joana Lopes liderou a edição dos números zero ao oito. Mas foi a partir do número um que houve a ampliação do grupo<sup>210</sup>, marcada pela entrada de mulheres ligadas a várias tendências de esquerda e aos partidos clandestinos. Mas por outro lado, a ampliação do grupo contribuiu para a ruptura de Terezinha Zerbini com o jornal. As posturas divergentes em relação à anistia levaram ao rompimento. Entretanto, seu nome constará no conselho editorial até o número seis. A partir do número sete, o nome de Joana não constava mais como editora, passando a integrar a equipe de redação. A diretoria da Sociedade Brasil Mulher sofreu alterações e Ana Maria Cerqueira Leite assumiu a direção do grupo.

Nesta primeira fase, Joana criou uma estrutura editorial baseada em seções fixas, divididas da seguinte forma: Editorial, Emancipação, Anistia, Os fatos estão aí, Educação Brasileira (desdobrando-se em Economia ou Realidade), Direito, Trabalho, Rosa dos Ventos, Arte e Comunicação, Ciência, Brasil Correio. Outra característica marcante do período foram as fotografias estampadas nas capas do *Brasil Mulher*. Sob as lentes do fotógrafo da *Folha de Londrina*, Chico Rezende, cenas do cotidiano da periferia da cidade paranaense refletiam os objetivos do conselho editorial: discutir a questão da mulher inserida na realidade antidemocrática brasileira de fome, miséria e desigualdade social. O *Brasil Mulher* elegia como *estrela da capa* a mulher brasileira. Nas capas do jornal, cenas do cotidiano da mulher brasileira, clicadas nas ruas de Londrina: a adolescente grávida descalça brincando; a senhora enrugada, a moça desolada banhada por uma luz muito clara com a mão tampando a boca; a senhora com um filho no colo, uma matuta, cigarrinho no dedo, olhando francamente para a câmara; uma mãe com uma criança no colo que está protegida por uma manta cobrindo a cabeça, como numa imagem de santa; a mulher na cozinha lavando pratos; a mulher sentada rodeada de filhos, tendo atrás de si uma montanha de entulho e lixo.

---

<sup>209</sup> Entrevista com Joana Lopes, concedida a Karen Silvia Debértolis, em maio de 2001, São Paulo.

<sup>210</sup> Segundo Joana Lopes passaram a integrar no *Brasil Mulher* a partir do número um representantes do PCB, PC do B e AP.

Segundo a jornalista, o grupo fundador do *Brasil Mulher* era constituído por algumas pessoas próximas a ela, como Miriam Paglia Costa, Marina D'Andrea, Laís Oreb e Lila Figueiredo. Joana destaca que era um grupo heterogêneo composto por jornalistas, professoras e poucas representantes dos partidos políticos<sup>211</sup>. Nesse sentido, o *Brasil Mulher* diferencia-se do *Nós Mulheres*, já que este era composto em grande parte por mulheres intelectualizadas que possuíam uma forte influência do feminismo francês, devido aos anos no exílio. Esta diferença é notória ao ler as páginas dos dois jornais. As temáticas, a abordagem política e a linguagem utilizadas nas matérias são diferenciadas. Para Joana, a diferenciação está intrinsecamente relacionada com a composição das integrantes dos dois grupos. Ela avalia que as integrantes dos *Nós Mulheres* possuíam maior conhecimento teórico sobre as questões específicas<sup>212</sup>. O grupo fundador do *Nós Mulheres* era composto por mulheres que haviam militado em organizações de esquerda, mas que o exílio proporcionou um novo debate sobre suas trajetórias políticas. Para tanto, a composição dos dois jornais é diferenciada no que diz respeito a conhecimento teórico, nível de informação e opções políticas.

O *Brasil Mulher* até o número quatro foi elaborado e feito em Londrina. A partir do número cinco a sede e a redação passaram a ser na cidade de São Paulo e Londrina passou tornou-se uma sucursal<sup>213</sup>. O jornal contava com algumas correspondentes no exterior como Vanice Rahal, no México, e Linda Bulik, em Paris. Segundo a jornalista Marina D'Andrea, inicialmente a verba necessária para o pagamento da gráfica era levantada pela venda do jornal de mão em mão, nas portas de cinemas e teatros, na Cúria Metropolitana e nas universidades progressistas que, através de uma corrente, o repassavam a outras universidades em todo o país, onde mais grupos iam se formando e trocando informações através das páginas do jornal. A princípio, a venda nas bancas foi barrada por intimidação dos jornaleiros. Nas reuniões de elaboração do jornal, participavam artistas, músicos, amigos, que davam palpites, torciam pelo sucesso do jornal, e ajudavam com verbas como, por exemplo, do cantor e compositor Décio Marques e outros, que montaram shows com essa finalidade<sup>214</sup>.

O número oito foi o último no qual Joana e o grupo fundador participaram. Numa pequena nota, o *Brasil Mulher* informou às leitoras que, em uma assembléia

---

<sup>211</sup> Entrevista com Joana Lopes, concedida a Karen Silvia Debértolis, em maio de 2001, São Paulo.

<sup>212</sup> Entrevista com Joana Lopes, concedida a Karen Silvia Debértolis, em maio de 2001, São Paulo.

<sup>213</sup> O *Brasil Mulher* também contava com uma sucursal no Rio de Janeiro.

<sup>214</sup> Depoimento de Marina D'Andréa para o Museu da Pessoa em nota a comemoração do Dia Internacional da Mulher. [www.museudapessoa.com.br](http://www.museudapessoa.com.br). Acesso em 25.03.2005.

realizada no dia 21 de junho de 1977, uma parte do grupo desligou-se da Sociedade Brasil Mulher. Inicia-se a segunda fase, caracterizada pela coordenação de mulheres ligadas aos partidos e organizações de esquerda<sup>215</sup>. As posições assumidas pelo *Brasil Mulher*, a partir de então, mostram que este passou a ser um veículo privilegiado de atuação das mulheres de grupos organizados, que haviam perdido espaços de ação política, em decorrência da repressão desencadeada pelo regime civil-militar sobre as organizações da esquerda. Dentre os nomes presentes no novo conselho editorial temos: Madá Barros, Rosalina Santa Cruz Leite, Rosa Guillon, Beatriz do Vale Bargieri, Amelinha de Almeida Telles, Ângela Borba e Iara Areias Prado, todas representantes de organizações/partidos de esquerda.

Neste período, os editoriais refletiam a acirrada disputa de poder travada nas reuniões de fechamento de pauta entre o grupo fundador liderado por Joana Lopes e o grupo das *militantes políticas*. No editorial do número dez, o grupo reconhece o trabalho pioneiro desempenhado pela Sociedade Brasil Mulher e a sua preocupação de mobilizar as mulheres para a discussão das questões gerais. Entretanto, critica o não aprofundamento teórico em relação à problemática específica da luta feminista. Por outro lado, Joana Lopes defende que a sua saída do *Brasil Mulher* foi em decorrência da postura adotada pelas representantes dos partidos políticos, que defendiam um maior espaço de discussão para as questões gerais.

O discurso exposto nos editoriais na segunda fase, enfatizando o aprofundamento da especificidade da luta feminista, não condiz com a prática. Ou seja, analisando as páginas do *Brasil Mulher*, a partir do número oito, observo uma maior incidência de matérias voltadas para temas relacionados às lutas gerais. Dentre as temáticas mais abordadas, destacam-se: custo de vida, inflação, anistia, denúncia de presos políticos e as eleições de 1978. Sendo assim, pude observar as dificuldades dessas mulheres de cumprirem com a proposta de que a luta das mulheres estivesse ligada às lutas gerais da sociedade<sup>216</sup>. Através da leitura das edições, percebo que o *Brasil Mulher* tornou-se espaço de discussão da problemática feminista, mas com forte influência das diretrizes dos partidos e organizações de esquerda, representados pelas mulheres que compunham o conselho editorial.

---

<sup>215</sup> A partir do número oito passam a integrar ao *Brasil Mulher* mulheres representantes do Movimento revolucionário 8 de Outubro (MR-8). LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. Cit, 2004.

<sup>216</sup> *Brasil Mulher*, editorial, n.7, junho de 1977.

Já o *Nós Mulheres*, editado em São Paulo, surge por iniciativa de mulheres interessadas em divulgar reflexões sobre questões específicas da condição da mulher na sociedade brasileira. Diferentemente do *Brasil Mulher*, o *Nós Mulheres* é elaborado a partir da iniciativa de um coletivo de mulheres e não fica centralizado apenas em uma pessoa, como no *Brasil Mulher*, em que todo o projeto estava identificado inicialmente na figura de Joana Lopes e, estreitamente, atrelado à campanha da anistia.

As integrantes do *Nós Mulheres* já possuíam uma vivência política e feminista organizada. Algumas pertenceram ao grupo que se reunia em Paris, em torno da Revista *Debate*<sup>217</sup> e ao Círculo de Mulheres de Paris, como Maria Lygia Moares Quartim, além de algumas jovens estudantes interessadas na especificidade da questão feminista, como Rachel Moreno.

O jornal também era vendido entre as militantes e as universitárias. Maria Lygia lembra as grandes festas promovidas pela Associação de Mulheres para arrecadar fundos para a elaboração do tablóide, além do famoso livro de ouro, que corria tanto nos espaços políticos quanto nos meios artísticos em busca de colaborações. A cantora Elis Regina e a atriz Ruth Escobar contribuíram financeiramente para editar o *Nós Mulheres*<sup>218</sup>.

A situação financeira tanto do *Brasil Mulher* como do *Nós Mulheres* era precária e instável. Era comum os jornais publicarem notas incentivando a colaboração mensal e a divulgação do jornal para o aumento da vendas e das assinaturas.

A partir da informação da jornalista Marina D'Andréa sobre a venda do *Brasil Mulher* e dos depoimentos de outras integrantes dos jornais, observamos que o público leitor do *Brasil Mulher* e do *Nós Mulheres* era, majoritariamente, mulheres ligadas a movimentos sociais e políticos e estudantes universitárias, em sua maioria representantes da classe média dos grandes centros urbanos. As mulheres que participavam dos movimentos sociais organizados na periferia das cidades, sobretudo São Paulo, tinham acesso aos jornais e eram temas de algumas matérias<sup>219</sup>. Mas a

---

<sup>217</sup> Maria Lygia Quartim de Moraes refere-se à revista *Debate* como uma publicação aberta a todas as correntes da esquerda no exílio, editada em Paris e fundada por seu irmão João Quartim de Moraes. Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes concedida a Natalia Bastos, em 09 de setembro de 2005, Rio de Janeiro.

<sup>218</sup> Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes concedida a Natalia Bastos, em 09 de setembro de 2005, Rio de Janeiro.

<sup>219</sup> Eram mulheres pobres, mas que, de certa forma, possuíam uma vivência coletiva organizada de reivindicação, como aquelas do movimento contra a carestia, por creches, por moradia.

mulher pobre, trabalhadora, operária, camponesa, dona-de-casa - aquela que nunca havia pensado em política e nunca havia participado de nenhum movimento social - alvo dos editoriais e das matérias não tinha acesso ao jornal nem às discussões da especificidade da luta feminista. Apesar do objetivo da fundação do jornal de divulgação do debate da condição da mulher na sociedade brasileira, essa discussão ficou circunscrita a poucas mulheres, não fazendo parte do cotidiano da população pobre brasileira.

Esta questão gerou um intenso debate entre as integrantes do *Nós Mulheres*, o que levou à cisão do jornal em 1978<sup>220</sup>. Uma parte das integrantes questionava a posição até então assumida pelo jornal: o privilégio de temáticas e debates relacionadas à mulher trabalhadora de baixa renda. O argumento deste grupo era que o jornal não deveria falar em nome de ninguém, porque desconhecia a realidade da mulher à qual se dirigia. Elas deveriam tentar falar sobre a própria problemática, assumindo-a mais, como mulheres de classe média. Para Inês Castilho, havia um *grande estigma* entre os militantes de esquerda em relação ao *feminismo de classe média*: para as organizações/partidos, ele só se justificava na medida em que era voltado para as mulheres trabalhadoras<sup>221</sup>.

Embora a opção dos jornais tenha sido a de priorizar a mulher da classe trabalhadora, o conteúdo e a linguagem adotada, na maioria das matérias, era de difícil leitura pela mulher trabalhadora, sem falar no limitado acesso que elas tinham aos jornais.

Em algumas edições do *Nós Mulheres*, percebi a preocupação do corpo editorial em adotar uma perspectiva didática nas reportagens, com boxes explicativos dos conceitos utilizados e também com desenhos ilustrativos e fotografias, principalmente, nas matérias referentes à sexualidade. Um dos recursos utilizados foi a foto criação. Em duas páginas, eram colocadas várias fotos em uma seqüência, retratando uma situação cotidiana. Na primeira edição, a mulher negra era a personagem principal e o jornal explica às leitoras o objetivo da criação:

---

<sup>220</sup> Nessa dissensão, a Associação de Mulheres foi dividida em duas: o coletivo, que começou a editar os cadernos especiais, discutindo temáticas relacionadas às questões de interesse imediato das mulheres, e a vertente que se manteve com a intenção de continuar a publicar o *Nós Mulheres*. LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. Cit, 2004.

<sup>221</sup> Entrevista com Inês Castilho. In: BASTOS, Maria Bueno. *Outras Palavras, Outras Imagens: Movimentos Feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1992, p. 16.

“Sandra Adams fotografou (...) as operárias que inventaram esta fotonovela. Nós misturamos as fotos, e a seqüência pode ser recriada, conforme o enredo que você inventar. Ordenem as fotos, criem uma história e enviem para o *Nós Mulheres*.”<sup>222</sup>

O debate de questões relacionadas à vida pessoal do militante, falar de seus sentimentos e cotidiano era algo repudiado pelas organizações marxistas-leninistas. Todo o esforço do militante deveria estar voltado para o combate ao capitalismo e o sucesso da revolução socialista. E as feministas, por mais que rejeitassem alguns postulados das organizações, tinham algumas questões internalizadas em sua cultura política. A *inevitabilidade da revolução*, a *missão do proletariado*, o papel do partido eram *postulados/mitos coesionadores* cultivados por todas as organizações comunistas dos anos 1960 e possuíam uma importância-chave em sua existência. Modelaram freqüentemente as discussões e trajetórias políticas<sup>223</sup>. Os grupos feministas tiveram que lidar com esta coexistência: o novo e o velho. O rompimento com esta herança não foi uma tarefa fácil... Mas o cenário de continuidades e rupturas não foi conscientemente elaborado, fazia parte de um processo de debate e renovação teórica entre as militantes.

Outra questão muito levantada pelas entrevistadas é em relação às divergências internas e o racha, uma reprodução dos comportamentos sectários e divisionistas presentes nas organizações de esquerda. Segundo Rosalina Santa Cruz Leite, que militou em uma organização da esquerda revolucionária e foi membro do Conselho Editorial do *Brasil Mulher*, as pautas dos jornais alternativos feministas eram definidas em reuniões muito semelhantes às dos partidos clandestinos de esquerda em meio a um acirrado debate político, que envolvia a discussão de temas específicos e análises conjunturais e podiam durar alguns dias. Processo semelhante era vivenciado nas eleições, para a composição dos conselhos editoriais e as equipes de redação<sup>224</sup>. Ângela Muniz também destaca os grandes embates travados nos congressos feministas. Eram discussões tensas nervosas e, algumas vezes, agressivas. Ela ressalta que o comportamento, a maneira de vestir das militantes também eram colocados na pauta política de discussão, como por exemplo, se as feministas deveriam ou não usar

---

<sup>222</sup> *Nós Mulheres*, n. 1, junho de 1976.

<sup>223</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão, Op.cit, 1990. p.116.

<sup>224</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. Cit, 2004.

batom<sup>225</sup>. Entretanto as cisões nas organizações de luta armada ocorriam um contexto de luta clandestina, num clima de tensão e perigo, onde as decisões poderiam levar à morte. Contudo, as cisões permaneceram num momento em que as feministas discutiam novas formas de atuação política e não lidavam com momentos conflituosos.

Participar do debate feminista proporcionou às mulheres militantes de organizações de esquerda muitos questionamentos em relação às suas trajetórias como militantes políticas. Ângela Muniz destaca a dimensão dos questionamentos e das reflexões políticas que a militância feminista lhe proporcionou:

“A questão do feminismo vai me colocar uma questão muito séria na minha relação com o MR-8. Eu vou viver realmente uma grande contradição, entre o que representava minha militância no MR-8 e o feminismo. As mulheres trazem para o MR-8 uma luta interna com relação à questão da discussão específica. Era muito difícil as organizações entenderem que o socialismo não dava conta de todas as opressões e discriminações. Outro questionamento que a gente fazia era em relação ao partido único, a questão da divisão do partido, a visão das formas autoritárias internas. Então eu passei a achar que eu não tinha mais nada a ver com aquela militância, as pessoas eram machistas, e eu queria contribuir e participar da política de uma forma diferente. Acho que o feminismo vai marcar muito essa geração de mulheres que foram para a luta armada e que viveram em Paris naquela época.”<sup>226</sup>

Regina Bruno também relata o impacto da militância revista:

“Pela primeira vez senti que não estava lutando pelo camponês, pelo operário, pela revolução. Estava lutando por uma coisa que concernia a mim, a meu dia-a-dia, à história da minha vida. Às vezes me sentia culpada de estar lutando por mim, parecia egoísmo e isso me assustava.”<sup>227</sup>

---

<sup>225</sup> Entrevista com Ângela Muniz, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de maio de 2003, Rio de Janeiro.

<sup>226</sup> Entrevista com Ângela Muniz, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de maio de 2003, Rio de Janeiro.

<sup>227</sup> Entrevista com Regina Bruno, concedida a Denise Rollemberg, em 4 de setembro de 1995, Rio de Janeiro.

Segundo Daniel Aarão Reis Filho, os militantes das organizações comunistas assumiram uma concepção de vanguarda. Os revolucionários deveriam dedicar 100% do seu tempo à revolução, e eles faziam parte de um grupo de elite, diferente dos comuns mortais, responsável por trazer a “verdade” de fora para dentro do movimento social. Eles possuíam a luz que tiraria a sociedade da escuridão! Logo o caráter indispensável de seu papel político: despertar, ensinar, guiar, mostrar caminhos, iluminar o povo, e particularmente, a classe operária.<sup>228</sup> As feministas através de suas lutas, do debate teórico e da divulgação das questões específicas entre as mulheres do povo, libertariam a mulher trabalhadora de sua dupla *opressão*.

Lembremos que esta era uma geração de mulheres militantes que participou de um projeto revolucionário que não foi reconhecido pela sociedade. Depois de meados de 1968, o isolamento só foi aumentando, numa curva em direção ao abismo. A sociedade recusava aquele projeto. Não era, exclusivamente, por medo, mas porque não se identificava com ele. Seus interesses e valores eram outros, bem outros. Elas buscavam divulgar suas causas junto às mulheres e fazer com que elas se unissem nesta caminhada... Reconheciam que a *opressão* era diferenciada... Mas eram todas mulheres... Pobre, rica, burguesa, intelectual, negra, índia, camponesa, doméstica, universitária. Apesar das realidades diferenciadas de origem social e etnia, elas se identificavam numa luta comum: viver numa sociedade sob a dominação masculina. Portanto, elas buscavam nas páginas dos jornais esta união e, quem sabe, esta identificação com a causa feminista.

Na edição número um do *Nós Mulheres*, foi anunciada uma série de reportagens que visavam a abordar a situação específica de cada mulher trabalhadora. A primeira era dedicada à mulher operária.

“Este documento sobre mulheres trabalhadoras vai estar também presente nos nossos próximos números. Hoje somos nós mulheres operárias, mais adiante seremos nós mulheres bóias frias, nós mulheres empregadas, nós mulheres bancárias e por aí a fora. Porque nós achamos que é importante saber o que cada uma dessas mulheres, em situações tão diferentes, tem a nos ensinar sobre nossas semelhanças e nossas diferenças.”<sup>229</sup>

---

<sup>228</sup> REIS FILHO, Daniel Aarão. Op. Cit, 1990.

<sup>229</sup> *Nós Mulheres*, n. 1, junho de 1976.

Iara Prado destaca a riqueza do debate e do convívio com realidades tão diferenciadas. No trecho abaixo, ela ressalta a integração entre as militantes que permaneceram no país, as mulheres dos movimentos sociais da periferia e as exiladas que voltavam ao Brasil, com *idéias mais avançadas* do que as que aqui ficaram. Cotidianos, idéias, percepções, expectativas, sentimentos e visões de mundos tão diferentes...

“De que forma as militantes revolucionárias, guerrilheiras de 1968, se transformaram em feministas juramentadas, defendendo o direito ao prazer? Se é que isto aconteceu mesmo para todas! Será? De que forma as mulheres do movimento da periferia, preocupadas com tantas coisas – trabalho, desemprego dos maridos, com quem ficariam as crianças pequenas, com a regularização dos loteamentos clandestinos, com o fim do trabalho noturno - receberam as sérias revolucionárias exiladas, vindas de Paris, onde existia já creche, moradia, salário desemprego, escola para todos, e até para os exilados! Que chegaram e nos ensinaram que chique mesmo era lutar pelo orgasmo, que tínhamos direito ao prazer sexual, que poderíamos decidir o número de filhos que queríamos ter, que deveríamos transformar em bandeira de luta acabar com a violência doméstica, que o amor não obedecia as regras de gênero. Que deveríamos politizar o cotidiano! Que heresia! Foi o que pensei no começo... Mas hoje, com o devido distanciamento acho inacreditável como não seguíamos a tradição da esquerda onde todas haviam sido formadas ou conformadas!. Não rachamos! A resposta, depois de um estranhamento inicial, foi a composição.”<sup>230</sup>

Acredito que a temática da condição feminina ganhou mais espaço e conhecimento da sociedade, com a exibição do seriado *Malu Mulher*, estrelado pela *namoradinha do Brasil*, a atriz Regina Duarte, exibido pela Rede Globo de Televisão entre 24 de maio de 1979 e 22 de dezembro 1980<sup>231</sup>, assim como pelas passeatas, eventos e congressos organizados pelos grupos feministas, o que estudarei mais adiante. No fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, a teledramaturgia tornou-se um agente de grande força e alcance, explorando o seu caráter educativo. O grande desafio dos autores e diretores era trazer para a *telinha* cenas do cotidiano da classe média e seus debates. Somente nos anos 1980 a temática da condição da mulher na sociedade

---

<sup>230</sup> Depoimento de Iara Prado. In: LEITE, Rosalina de Santa Cruz . Op. Cit, 2004, p. 219.

brasileira foi absorvida pela grande imprensa (jornais e revistas) e pela televisão, como a edição de colunas semanais e reportagens dedicadas a temas específicos, e programas de televisão como o *TV Mulher* apresentado pela Rede Globo.

Ademais, este seriado foi um marco na teledramaturgia brasileira, ao abordar temas tabus em nossa sociedade, como orgasmo, pílula anticoncepcional, virgindade, lesbianismo, divórcio, aborto e trabalho feminino, o que provocou uma reação entre os censores. Dois episódios foram proibidos pela censura de serem transmitidos e o diretor Daniel Filho foi convocado algumas vezes pela diretoria da emissora devido à ousadia dos temas abordados. *Malu Mulher* foi exportado para mais de 55 países, recebeu o prêmio Ondas 79, concedido pela Sociedade Espanhola da Radiodifusão e pela Rádio Barcelona, e também o prêmio Íris 80, concedido pela Associação Americana de Programadores de Televisão<sup>232</sup>. O enredo do seriado concentrava-se na trajetória de Malu, que depois de descobrir os relacionamentos extraconjugais do marido, começou a questionar sua vida e a rotina doméstica. Recém-divorciada e com uma filha adolescente, Malu volta a trabalhar e enfrenta a realidade e os preconceitos de ser uma mulher separada. Os episódios mostram as dificuldades da mulher brasileira de classe média, de se posicionar na sociedade, na família e nas relações de gênero. Malu sofre diante das dificuldades da nova vida que escolheu. Sustentar a casa e deixar a filha sozinha para trabalhar.

Na segunda metade dos anos 1970, a questão do divórcio é muito discutida no Brasil. Os jornais feministas dedicaram matérias explicativas acerca da questão. Através de depoimentos de mulheres que fizeram esta escolha, apontavam-se os preconceitos, dificuldades enfrentadas e os direitos adquiridos. Em 1977, o general Geisel instituiu o divórcio no Brasil através de uma emenda constitucional. As alas conservadoras torciam o nariz para as *desquitadas*. Eras discriminadas e mal faladas. O seriado mostrava a dura escolha de Malu. No episódio *Até Sangrar*, sua mãe pede que esconda seu estado civil dos tios idosos numa visita à fazenda da família. Num primeiro momento Malu não aceita a idéia, mas acaba omitindo o fato, recoloca a aliança no dedo e revela à filha que em alguns momentos sentia vergonha de não ter tido um casamento feliz e duradouro. Mas diante da expressão assustada da prima com a notícia do divórcio, ela declara que se sentia uma pessoa normal, feliz e pioneira na família por tal decisão.

---

<sup>231</sup> A série era dirigida por Daniel Filho, e cada episódio era escrito por um autor diferente. Dentre alguns autores citamos: Manoel Carlos, Euclides Marinho, Walter Negão, Marta Góes e Armando Costa.

<sup>232</sup> Informações obtidas em: [www.teledramaturgia.com.br/malu](http://www.teledramaturgia.com.br/malu). Acesso em 07.01.2007.

A televisão brasileira demorou 29 anos para ter o primeiro orgasmo! Malu proporcionou este prazer em 1979. Na cena de sexo com Mário, a câmara focalizou a mão fechada da personagem abrindo-se como um espasmo.

Quando Malu invadiu com suas histórias as salas brasileiras eu tinha apenas dois meses de vida! Diferentemente da minissérie *Anos Rebeldes*, não poderei fazer com Malu uma reflexão sobre a influência do seriado na minha trajetória de vida. Entretanto, ouvi tanto sobre a repercussão dos episódios, que considero importante o depoimento do ponto de vista da telespectadora. E o interessante é que encontrei uma nova fonte de pesquisa para nós historiadores no mundo informatizado, que é o *blog*. Então, em uma das minhas buscas pela *internet*<sup>233</sup>, li em um diário virtual um depoimento que mostra o impacto e a influência da série entre os telespectadores. Melina, estudante de Ciências Sociais, escreveu no seu *blog*, no dia 19 de novembro de 2006, após assistir à série em DVD, a influência do seriado na escolha profissional. Aos 13 anos, quando a perguntavam o que seria quando crescesse, ela respondia convicta: socióloga. Não, ela não era uma adolescente preocupada em compreender a sociedade, na verdade, ela nem sabia muito bem o que fazia uma socióloga. O que ela sabia era que essa era uma profissão *superbacana* de Malu<sup>234</sup>, protagonista do seriado e uma espécie de Mulher Maravilha da vida cotidiana para as garotas da época: inteligente, independente, esclarecida.

“Para as meninas que cresceram nos anos 70, filhas, em sua maioria, de donas de casa que não chegaram a tempo de embarcar na revolução de comportamento que colocou as mulheres no mercado de trabalho - o que, em muitos casos, as obrigava a manter longos, e nem sempre felizes, casamentos -, Malu era o futuro próximo mandando um recado em pleno horário nobre da Globo: preparem-se, gurias, histórias de amor nem sempre duram a vida inteira, o príncipe encantado não existe mais (se é que um dia existiu) e quem não quiser perder o bonde da história vai ter que se virar, descobrir a sua onda,

---

<sup>233</sup> Observei também duas comunidades criadas no site de relacionamento Orkut sobre a série. Elas reúnem cerca de 120 pessoas que relembram os momentos marcantes e trocam informações sobre a produção.

<sup>234</sup> A antropóloga Ruth Cardoso, esposa do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e amiga de Regina Duarte, participou de uma reunião de criação do seriado, tendo sido decidido por consenso que a profissão da personagem seria a de socióloga. Por indicação de Dona Ruth, a equipe de pesquisa foi pra UNICAMP, que no período era o pólo acadêmico de Sociologia no Brasil.

construir a sua história e, com sorte, fazer alguma diferença no mundo - com ou sem um cavalheiro ao lado para dividir as despesas.”<sup>235</sup>

O *Brasil Mulher* também dedicou um artigo, em que analisava a produção televisiva. A partir do depoimento de uma telespectadora, Joana Lopes, que participa desta edição do jornal, constrói sua crítica:

“Malu é assim uma mistura de heroína antiga com moderna, ambas idealizações de mulher, conveniente à submissão, à exploração em que a sociedade patriarcal mantém a mulher. Malu uma heroína nova que dá ibope, porque a movimentação das mulheres pela sua emancipação não pode ser esquecida pela sociedade de consumo que a todo instante procura capitalizar uma luta digna e revertê-la para folhetins que enchem os bolso dos meios de comunicação, que o que menos desejam é a libertação das mulheres.”<sup>236</sup>

Neste trecho, Joana critica a utilização da discussão da questão da mulher como produto pela televisão. Salientando que o retrato desta realidade focou a mulher da classe média. E a mulher pobre que sofre com as injustiças do capitalismo e com a dominação masculina? A jornalista interpreta este debate como uma luta da classe proletária, mais uma vez afasta a mulher da classe média do centro da discussão.

Por outro lado, Maria Lygia Quartim de Moraes editora do *Nós Mulheres* ressalta que o seriado teve uma intensa repercussão entre as feministas<sup>237</sup>. Era o retrato delas... Se identificavam com a trajetória de Malu... Mulher de classe média, socióloga, divorciada e que buscava conquistar o seu espaço.

## **Pelas páginas da imprensa feminista: sexualidade, trabalho e anistia**

Rosalina de Santa Cruz Leite em tese de doutorado sobre a imprensa feminista realizou uma análise quantitativa comparando os temas abordados no *Brasil Mulher* e no *Nós Mulheres*. O principal objetivo do levantamento era comparar o percentual de matérias relacionado à questão específica com aquelas relacionadas às lutas gerais. A

---

<sup>235</sup> <http://melina-felix.blogspot.com/2006/11/dvd-malu-mulher.html>. Acesso em 07.01.2007.

<sup>236</sup> *Brasil Mulher*, n.16, setembro de 1979.

<sup>237</sup> Maria Lygia formou-se em Ciências Sociais pela USP. Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes concedida a Natalia Bastos, em 09 de setembro de 2005, Rio de Janeiro.

autora buscou, através da análise, provar que apesar dos intensos debates e acusações de que os jornais não delegavam o devido espaço à discussão da questão específica, o percentual de matérias relacionadas a esta temática era superior ao das lutas gerais. Rosalina verificou que os jornais apresentam um perfil semelhante na distribuição percentual dos eixos temáticos, destacando uma pequena prevalência no *Nós Mulheres*, em relação ao *Brasil Mulher*, dos temas específicos, com percentuais de 77,0% e 70,7%, respectivamente<sup>238</sup>. As temáticas com maior frequência eram aquelas referentes a trabalho feminino, anistia e direitos reprodutivos e saúde da mulher. Outras temáticas que apresentaram um significativo percentual são: custo de vida, eleições e organização popular.

Os dois jornais delegavam um tratamento diferenciado em relação a algumas temáticas abordadas. Como fora dito anteriormente, a diferenciação pode ser explicada, em parte, pela composição e pela formação teórica e política das integrantes. Como um dos pontos fundamentais da diferenciação, destaco o tratamento dado às questões relacionadas à sexualidade feminina. Tanto Joana Lopes do *Brasil Mulher* quanto Iara Prado do *Nós Mulheres* destacam a influência das exiladas e suas experiências vivenciadas no feminismo francês. Para elas estas mulheres falavam de questões consideradas tabus em nossa sociedade com maior naturalidade e desprendimento. Questões estas não debatidas entre as mulheres de esquerda, pois não eram consideradas politicamente; todo o debate esteve voltado para a revolução socialista e a situação de *opressão* vivida pelo proletariado. O indivíduo não tinha espaço.... As horas de leituras e debates eram decisivas para *guiar* e *iluminar* a classe operária pelos caminhos da revolução.

As questões relativas à sexualidade e, em especial, à sexualidade feminina eram, naquela conjuntura, ainda pouco conhecidas. No Brasil, eram escassos os estudos sobre cotidiano, prazer sexual e contracepção. Nos dois jornais eram frequentes as matérias sobre contracepção e planejamento familiar. Elas discutiam a forma mais segura e eficaz de evitar uma gravidez indesejada. O *Brasil Mulher* no número um dedicou um significativo espaço para criticar a distribuição em larga escala de anticoncepcionais pela Sociedade Civil de Bem Estar Social no Brasil, entidade americana conhecida pela sigla BENFAM. A matéria traz uma entrevista com o médico Mário Vítor de Assis, docente de Clínica Ginecológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do

---

<sup>238</sup> LEITE, Rosalina de Santa Cruz . Op. Cit, 2004, p. 284.

Rio de Janeiro. O jornal aconselha as mulheres a jogarem fora as cartelas de anticoncepcionais, pois considerava que a sociedade patriarcal impingia à mulher a responsabilidade de cuidar do controle da natalidade<sup>239</sup>. Segundo o *Brasil Mulher* as pílulas são *uma armadilha perigosa do patriarcado*. No editorial do número oito, este mesmo jornal critica o programa do governo militar para o controle de natalidade<sup>240</sup>. O jornal destacava que ter ou não filhos era uma escolha que cabia somente à mulher.

Criticava-se o controle da natalidade realizado pelo governo, arbitrariamente, sem nenhuma preocupação em esclarecer às mulheres acerca do que estava sendo feito, desprezando, portanto, direitos elementares de cidadania. Entretanto, ao mesmo tempo em que as feministas - de classe média -, através do uso da pílula e de outros anticoncepcionais, e com acesso ao aborto, faziam a própria escolha de ter ou não filhos, quantos seriam, quando nasceriam, elas recomendavam às mulheres da periferia recusarem o anticoncepcional dado pelo governo. Sem acesso ao planejamento familiar, as mulheres de baixa renda continuariam a ter filhos, indefinidamente, em meio a uma realidade de fome e miséria tão mencionada nos discursos da esquerda. Até que ponto, então, a oposição ao governo militar e ao *imperialismo* das esquerdas brasileiras não influenciava a abordagem na especificidade das questões femininas?

O *Nós Mulheres* fazia ilustrações da anatomia feminina, buscando um maior esclarecimento sobre o aparelho reprodutor feminino. Na edição de número seis a matéria *Como Evitar a Gravidez*<sup>241</sup> fazia uma reflexão sobre a separação entre procriação e sexualidade e mostrava que há mais de 200 anos utilizam-se métodos para evitar filhos. No entanto, os métodos mais conhecidos ficavam nas mãos masculinas e era uma enorme responsabilidade.

Os jornais feministas criticavam a campanha de controle de natalidade proposta pelo governo, denunciando as esterilizações e a distribuição indiscriminada de pílulas. Entretanto não se propuseram a discutir a dimensão da revolução permitida pelos anticoncepcionais, o que proporcionou às mulheres dissociar sexo da reprodução e do prazer.

Joana Lopes destaca a dificuldade em debater questões relacionadas à sexualidade com as integrantes do *Brasil Mulher*. Ela lembra que a pauta da matéria *Pílulas, ora pílulas* foi defendida por Lila Figueiredo com unhas e dentes, porque o

---

<sup>239</sup> *Brasil Mulher*, Pílulas, ora, pílulas, n.1, dezembro de 1975.

<sup>240</sup> *Brasil Mulher*, Editorial, n.8, agosto de 1977.

<sup>241</sup> *Nós Mulheres*, n.6, agosto, setembro de 1977.

grupo apresentou severas restrições ao tema<sup>242</sup>. A editora do *Brasil Mulher* avalia que muitas mulheres do coletivo não estavam preparadas para discutir estas questões, o que refletia o tabu em relação à sexualidade e ao corpo. Iara por sua vez, considerava as reflexões das exiladas sobre sexualidade uma heresia. *Será que “nós mulheres” deveríamos politizar o cotidiano? Discutir se sentíamos ou não prazer em nossas relações sexuais? Seria justo debater estas questões tão pessoais, enquanto as mulheres pobres em todo o Brasil assistiam seus filhos morrerem de fome?*<sup>243</sup>

Portanto, foi de forma tensa e conflituosa que as feministas introduziram a questão da politização das relações privadas e a política do corpo no debate político brasileiro. Em meio às muitas transformações no campo do comportamento humano, influenciadas pela revolução cultural da época, o questionamento atingiu a trajetória individual das militantes. Se nos anos 1960, na juventude, elas vivenciaram o casamento aberto, a troca de parceiros e o amor livre, a década seguinte seria o período de estas questões ganharem espaço no debate política. Será que a prática antecipou a teoria? A que ponto a trajetória destas militantes influenciou o debate feminista?

Mudanças que tenham subsequente tomado lugar na consciência subjetiva pessoal do narrador, podem afetar, se não o relato de eventos anteriores, pelo menos a avaliação e o “colorido” da história<sup>244</sup>. Muitas mulheres militantes que participaram das organizações de esquerda revolucionária e que ingressaram nas organizações feministas atribuem à militância feminista a responsabilidade pelo questionamento de muitos valores e papéis desempenhados pela mulher na sociedade. Entretanto, foi esta uma geração de mulheres que subverteu papéis tradicionais de gênero enquanto militavam e viviam clandestinamente nos aparelhos. Elas romperam com a idéia de que o casamento substituía uma carreira profissional e que bem casadas teriam o futuro garantido. Foram à universidade, se profissionalizaram e enfrentaram o mercado de trabalho. A virgindade não era para elas o bem mais precioso da vida de uma mulher. E o sexo não era só para procriação da espécie humana, ele dava prazer... Amaram livremente.... Não “o homem ideal”... A efervescência dos anos 1960 oferecia tantas opções... Monogamia ou poligamia? Que tal um casamento aberto? Questões levantadas, escolhas

---

<sup>242</sup> Segundo Joana, esta pauta levou horas de discussão entre as mulheres do jornal. Entrevista com Joana Lopes, concedida a Karen Silvia Debértolis, em maio de 2001, São Paulo.

<sup>243</sup> Depoimento de Iara Prado. In: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. Cit, 2004.

<sup>244</sup> PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997. pp.25-39.

vivenciadas. Misto de liberdade e busca. Mulheres de padrões muito diferentes e ousados para aqueles tempos! Exclamavam os conservadores.

Talvez o posicionamento está na dificuldade de as mulheres se colocarem como sujeitos de discussão nos debates feministas. Como lembra Maria Lygia: *nós falávamos para elas, e nós mulheres? Não eram elas e sim nós, nós participávamos, devíamos nos colocar mais enquanto mulheres. Falar mais das nossas vivências e questionamentos.*<sup>245</sup>

Ou ainda podemos relacioná-lo com a valorização pelos militantes do período dos movimentos pelas lutas democráticas, no qual, segundo a memória construída, o movimento feminista liderado por mulheres democráticas lutou ao lado de toda a sociedade civil pelo fim da ditadura e por uma sociedade mais igualitária. Era a luta de homens e mulheres democráticas, destacavam o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. *Na construção da memória, lembra-se esquecendo, esquece-se lembrando, desloca-se o foco, em um movimento, entretanto, não estranho à história, no qual a história, ela mesma, deixa de ser importante, criando-lhe outros significados*<sup>246</sup>.

Questões relacionadas ao debate da sexualidade como desejo, prazer, amor, erotismo, não eram freqüentemente abordadas nos jornais. A dissociação do sexo entre reprodução e prazer, um ponto muito citado nos depoimentos, era tratado de forma tímida nas páginas da imprensa feminista. Entretanto, o *Nós Mulheres* apresentava as temáticas relacionadas à sexualidade sob a forma de esquemas pedagógicos, enquanto o *Brasil Mulher* possuía uma postura de denúncia às formas de violação à sexualidade feminina, como por exemplo, os efeitos maléficos das pílulas no corpo feminino e a esterilização de mulheres pobres nos hospitais públicos brasileiros.

Como fora explicitado, anteriormente, o centro das atenções da imprensa feminista era a mulher trabalhadora, explicada pela postura de valorização do proletariado pela teoria marxista-leninista. Nas páginas dos jornais, buscava-se representar as diversas áreas de atuação da mulher no mercado de trabalho: operárias, empregadas domésticas, costureiras, prostitutas, bancárias, varredoras de rua, acessoristas. As matérias tinham um tom informativo e de denúncia. Informavam-se os

---

<sup>245</sup> Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes concedida a Natalia Bastos, em 09 de setembro de 2005, Rio de Janeiro.

<sup>246</sup> ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2006. pp. 81-91. A citação é da página 87.

direitos que a mulher deveria reivindicar junto aos patrões. Denunciavam-se as desigualdades salariais, as péssimas condições de trabalhos, a dupla jornada de trabalho, a função complementar do salário feminino nas famílias, as oportunidades de emprego apenas nas áreas ditas femininas<sup>247</sup>. O *Brasil Mulher* noticiava as manifestações e os congressos por categorias que aconteciam nos grandes centros urbanos. O *Nós Mulheres* criou uma série de matérias apresentando um painel da especificidade da atuação feminina em diferentes áreas no mercado de trabalho.

Nos editoriais, os jornais apresentavam-se como porta-vozes da mulher na ampla frente democrática que se formava na sociedade brasileira. Conclamavam as mulheres a assumirem sua responsabilidade e a comprometer-se com o quadro político nacional, insistindo para que elas se posicionem em favor da anistia ampla, geral e irrestrita para os presos políticos do regime militar.

No editorial de número zero, o *Brasil Mulher deseja incorporar-se à imprensa democrática que, em meio a batalhas, o Brasil vê surgir*<sup>248</sup>. Assim como fora apontado no capítulo anterior, que as militantes do Círculo incluíam a especificidade da luta feminista na campanha da anistia, o *Brasil Mulher* considerava que:

“A anistia é uma luta de todos que não concordam com o regime instaurado em 1964. Lutar pela anistia é lutar pelos direitos de manifestação e de reivindicação de melhores condições de vida e de trabalho, sem perseguições políticas. É também uma luta por aqueles que foram presos, torturados e mortos, e foram perseguidos por defenderem uma sociedade mais justa. Anistia ampla, geral e irrestrita a todos!”<sup>249</sup>

Os jornais colocavam-se como veículos de denúncia e protestos contra os atos de repressão. Publicavam cartas de presas políticas e divulgavam todas as formas de protesto, como a greve de fome realizada pelas presas políticas do Presídio Talavera Bruce, no Rio de Janeiro, em outubro de 1977. Na edição de número seis, o *Nós Mulheres* publicou uma pequena nota, com foto, sobre uma passeata que foi realizada por estudantes de direito do Largo de São Francisco, no dia 11 de agosto, reunindo

---

<sup>247</sup> As feministas insistiam que o mercado de trabalho feminino era dedicado, majoritariamente, a profissões que reproduzissem o papel de esposa-mãe da mulher: enfermeira, professora, cozinheira, secretária, empregada, costureira.

<sup>248</sup> *Brasil Mulher*, editorial, n.0, outubro de 1975.

cerca de sete mil pessoas, reivindicando uma Constituinte soberana, anistia aos presos políticos, eleições livres, amplas liberdades democráticas<sup>250</sup>.

As matérias sobre a anistia apresentavam as opiniões de estudiosos e líderes dos movimentos. Na última edição do *Nós Mulheres*, o jornal publicava uma matéria de página dupla, na qual apresenta o depoimento de quatro brasileiras, exiladas na Europa, que descrevem suas experiências de vida no exílio, e a expectativa de retorno ao Brasil, através da decretação da anistia, acompanhando, de longe, o movimento que se desenvolvia no Brasil. Em outra matéria, noticia as várias manifestações no país, pela anistia, declarando a participação do jornal no Comitê Brasileiro pela Anistia, seção de São Paulo.<sup>251</sup>

Na edição de número dois, o *Brasil Mulher* publica uma matéria na qual são entrevistados advogados, sociólogos e historiadores que expõem suas posições sobre a anistia, enfatizando a importância da anistia ampla e irrestrita a todos aqueles que foram cassados, exilados e presos, em razão dos atos de exceção. Nessa matéria, Terezinha Zerbine, também entrevistada, reafirma a concepção de anistia como um processo de reconciliação.<sup>252</sup>

### ***Mamãe eu quero votar e mamar*<sup>253</sup>: manifestações públicas feministas no Rio de Janeiro e em São Paulo (1975-1985)**

Fantasia, batucada, euforia, samba, marchinhas, papéis picados, cores, fitinhas, flores e alegria! Rua da Carioca, Praça Tiradentes, rua Sete de Setembro, Avenida Rio Branco, Cinelândia. Era o mês de março do início dos anos 1980 nas ruas do Centro do Rio de Janeiro. Não, esta não é a descrição de um bloco ou de um desfile de carnaval.

---

<sup>249</sup> *Brasil Mulher*, anistia, encarte especial, março de 1979.

<sup>250</sup> *Nós Mulheres*, agosto/setembro de 1977.

<sup>251</sup> *Nós Mulheres*, Mamãe me conta como é o Brasil, n. 8, julho de 1978.

<sup>252</sup> *Brasil Mulher*, Anistia não é perdão, n. 2, 1976.

<sup>253</sup> Frase presente na faixa de abertura da passeata, em comemoração ao Dia Internacional da Mulher no Rio de Janeiro em 1984.

Trata-se de uma marcha realizada em comemoração pelo 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Meio passeata meio bloco carnavalesco, centenas de mulheres fantasiadas acompanhadas por homens e crianças, sob os olhares de trabalhadores e transeuntes, saíam às ruas da Cidade Maravilhosa em festa pelo seu dia, lutando não somente por suas causas, igualdade de salário entre homens e mulheres, legalização do aborto, igualdade e conquista do corpo, mas incluindo na manifestação, temas relativos à conjuntura política brasileira, eleições diretas, democracia!

No dia 8 de março, seja em congressos, ciclos de palestras ou em passeatas, mulheres e homens reúnem-se nos centros urbanos (a partir da segunda metade dos anos 1970)<sup>254</sup> para debaterem sobre a condição feminina em nossa sociedade e reivindicarem por direitos, na data dedicada à mulher. Sendo assim, as diferentes comemorações em torno do dia podem ser compreendidas como um dentre tantos rituais presentes nas sociedades ocidentais contemporâneas. Nas palavras de Roberto DaMatta, o ritual seria *o momento extraordinário que permite (...) pôr em foco um aspecto da realidade e, por meio disso, mudar seu significado cotidiano ou mesmo dar-lhe um novo significado. O autor o define como sendo a dramatização, isto é, a condensação de algum aspecto, elemento ou relação, colocando-o em foco, em destaque.*<sup>255</sup>

No Brasil, as primeiras comemorações do Dia Internacional da Mulher podem ser melhor compreendidas se tomadas como ações coletivas expressivas, cujo objetivo principal era divulgar a problemática de gênero<sup>256</sup> e legitimar os propósitos políticos dos grupos feministas<sup>257</sup>. Nesse sentido as *mobilizações são ritos de fundação, realizações*

---

<sup>254</sup> O dia 8 de março, comemorado no mundo como Dia Internacional da Mulher, foi reconhecido oficialmente pela UNESCO, em 1977. A ONU havia realizado em 1975 a 1ª Conferência Internacional da Mulher, no México, reconhecendo o 8 de março, quando declarou 1975-1985 a década da mulher. No Brasil, a partir de 1976 são realizadas as primeiras comemorações. Entretanto, até 1979, percebemos que elas são organizadas e freqüentadas majoritariamente por mulheres ligadas aos movimentos feministas ou grupos políticos. É a partir do início da década de 1980 que as comemorações ganham um caráter público e mais popular (manifestações nas ruas, atividades didáticas), com a maior participação de donas-de-casa, domésticas, bancárias etc.. Esta discussão será retomada mais adiante.

<sup>255</sup> DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p. 36.

<sup>256</sup> Referimo-nos à construção social de idéias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres estabelecidos na sociedade brasileira. Entretanto o núcleo da categoria de análise histórica baseia-se na concepção adotada por Joan Scott, que elege o gênero como um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos e classifica-o como forma primeira de significar as relações de poder. SCOTT, Joan. "Gênero: uma categoria útil para a análise histórica". *SOS Corpo*. Recife, abril de 1996 (o artigo original em inglês foi publicado em: *Gender and the Politics of History*. New York: Columbia University Press, 1989; a tradução que consultei, publicada em *SOS Corpo*, foi feita por Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila).

<sup>257</sup> Para uma melhor compreensão da história do movimento feminista brasileiro, enfatizando a formação e atuação das organizações a partir de 1975 ver: PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. e GOLDBERG, Anette. *Feminismo e*

*para dentro e para fora, (...) elas constituem-se em fontes de legitimação tanto para o público interno (...), quanto para o externo, constituído pela sociedade nacional.*<sup>258</sup>

Nesta perspectiva, David Kertzer elege quatro características do ritual que são de grande relevância para a compreensão de seu valor político: o poder de representar grupos políticos, de fornecer legitimidade, de construir solidariedade e de modelar as percepções da realidade política dos indivíduos.<sup>259</sup>

Trata-se, então, de compreender as comemorações do Dia Internacional da Mulher no Brasil, no período de 1975 a 1985<sup>260</sup>, como rituais políticos. Para uma melhor caracterização destes ritos, foram analisados três jornais de grande circulação nos dois principais centros urbanos brasileiro, São Paulo e Rio de Janeiro - *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Folha de São Paulo*, e dois periódicos da imprensa feminista - *Brasil Mulher* e *Nós Mulheres*.<sup>261</sup>

## **Umás e outras histórias... E mais algumas...**

Polêmicas são levantadas quanto à escolha da data para as comemorações. Diferentes histórias são contadas quanto aos eventos que evidenciam a importância do dia 8 de março como um marco na história das lutas pelos direitos das mulheres. Emendando pedaços de acontecimentos e costurando significados foi-se construindo uma história-mito de sofrimentos, lutas e resistência de mulheres de várias partes do mundo. Nesse sentido, o rito e o mito *podem e devem ser estudados juntos, como dramatizações de temas e problemas básicos do cotidiano de uma sociedade, (...) e*

---

*autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante.* Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado. IFCS / UFRJ, 1987.

<sup>258</sup> CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra; estudo de um ritual político. In: PEIRANO, Mariza. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais.* Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p.138.

<sup>259</sup> KERTZER, David. "Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano". *Horizontes Antropológicos*, ano 7, nº 15, p. 15-36, jul. 2001.

<sup>260</sup> A escolha do recorte temporal se deve ao fato de, entre outros motivos, se tratar da Década da Mulher, os últimos anos do regime civil-militar (período este instituído pelo general Geisel, a partir de 1974 como um processo de abertura lenta, gradual e segura) e um momento de grande atuação do movimento feminista.

<sup>261</sup> Sobre a imprensa feminista, no período de 1975-1980, ver: ARAUJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. e LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira.* In: *Revista Estudos Feministas*. vol.11 no.1 Florianópolis 2003.

*pertencem a um universo situado acima do cotidiano, como modos capazes de permitir a reflexão e a alternativa ao mundo real.*<sup>262</sup>

Artigos e livros são escritos por jornalistas, sociólogos e militantes de movimentos feministas na busca pelo esclarecimento das diversas versões sobre a escolha do 8 de março, suas origens e seus mitos<sup>263</sup>. Entretanto os estudos tendem a restringir a exploração ao domínio exclusivo do pensamento organizado, racionalmente construído, logicamente conduzido, da precisão de datas e exatidão dos fatos. Considero valiosa a percepção do papel que as imagens, os símbolos e os sinais ocupam no imaginário social, e na mediação das tensões presentes no cotidiano dos atores.

Ofereço ao leitor um passeio por umas e outras histórias... E mais algumas que são contadas sobre a origem da data, atentando que o objetivo do trabalho não é estabelecer *verdades* quanto aos eventos mencionados, mas perceber, como afirma Girardet, que o mito exerce uma função explicativa:

“Fornecendo certo número de chaves para a compreensão do presente, constituindo uma criptografia através da qual pode parecer ordenar-se o caos desconcertante dos fatos e dos acontecimentos. (...) Esse papel de explicação se desdobra em um papel de mobilização: por tudo o que veicula de dinamismo profético, o mito ocupa um lugar muito importante nas origens das cruzadas e também das revoluções.”<sup>264</sup>

A mais conhecida entre todas as narrativas é a do incêndio ocorrido numa fábrica de tecidos em Nova York, no ano de 1857, culminando com a morte de 129 tecelãs<sup>265</sup> que faziam greve pela redução da jornada e melhores condições de trabalho, Como punição por tal ato, foram trancadas pelos patrões e pela polícia no interior da fábrica e impedidas de deixarem o local. Logo, a data seria um marco na luta pelo fim da dominação masculina. Outra versão é a de uma manifestação de mulheres russas em 1917 devido à falta de alimentos, acontecimento considerado fundamental para o início do movimento revolucionário que viria a concretizar-se na chamada Revolução de

---

<sup>262</sup> DAMATTA, Op. cit., p. 41

<sup>263</sup> Na internet encontramos em vários sites dedicados à mulher ou de organizações políticas algumas matérias a este respeito, inclusive alguns informavam que o texto havia sido retirado de livros dedicados à temática. Para ter uma amostra do que expusemos ver: BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. In: *Revista Estudos Feministas*. vol.9 no.2 Florianópolis 2001. ; site oficial do Partido dos Trabalhadores, <http://www.adital.org.br/site/noticias>, etc. Acesso em 13.ago.2005.

<sup>264</sup> GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p.13.

Outubro. Outros contam que, em 1910, no II Congresso Internacional das Mulheres Socialistas realizada em Copenhague, Clara Zetkin, militante alemã, editora do jornal feminista *A Igualdade*, propõe uma data, que não fora estabelecida no momento, para todas as mulheres do mundo celebrarem e comemorarem suas lutas. Contudo, alguns divulgam que nos Estados Unidos no início do século XX vários clubes de mulheres ligados ou não ao Partido Socialista, comemoravam em diferentes datas um dia da Mulher, dedicado às discussões da cidadania e do direito ao voto feminino. Em 19 de março de 1911, o Dia Internacional da Mulher teria sido comemorado na Áustria, Alemanha, Dinamarca e Suécia. Em 1914, o 8 de março fora comemorado pela primeira vez na Alemanha e Suécia. Versões à parte, a oficialização da data foi em 1977 pela UNESCO, como fora explicitado anteriormente.

Através das diferentes apresentações, podemos observar que o mito se organiza em uma dinâmica de imagens, elas se encadeiam, nascem umas das outras, chamam uma a outra, respondem-se e confundem-se.

Vito Giannotti em ensaio<sup>266</sup> no qual analisa as diversas apresentações do mito de origem do dia Internacional da Mulher, além de procurar estabelecer a veracidade ou não dos eventos narrados nas construções, relaciona as versões com o contexto político e cultural em que foram propaladas. Para ele, a criação do incêndio de 1857, que segundo o autor não teria acontecido, estaria relacionada com onda de greves ocorridas nos Estados Unidos do início do século XX. Já a manifestação russa de 1917 e sua importância na deflagração da Revolução de Outubro estariam relacionadas com a visão dos vitoriosos de legitimar o novo governo. O autor nega a ocorrência da greve de 1857, mas questiona a permanência desta memória quando nos referimos ao 8 de março. Entretanto, aponta que a construção poderia ser compreendida em meio aos conflitos político-ideológicos da Guerra Fria, onde o movimento feminista norte-americano minimizaria os eventos relacionados ao mundo socialista e fortaleceria o mito de 1857.

O interessante das diferentes narrativas míticas é que percebemos pontos antagônicos do horizonte político: ora ela é classificada à direita ora à esquerda, conforme a oportunidade do momento. De acordo com Girardet:

---

<sup>265</sup> Esse número é variável.

<sup>266</sup> GIANNOTTI, VITO. Dia da Mulher nasceu das mulheres socialistas. [on-line] Núcleo Piratininga de Comunicação, 2004. Acesso em: 20.ago.2005. Disponível em: <<http://www.piratininga.org.br/memoria>>

“Os papéis que lhe foram atribuídos puderam variar, no tempo e no espaço, em função das vicissitudes do debate ideológico (...), no quadro de cada um deles, os fatores de permanência e de identidade continuam, contudo, facilmente desvendáveis, tanto no nível dos símbolos assim como no das ressonâncias afetivas.”<sup>267</sup>

No Brasil, os jornais feministas *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher*, nas comemorações do Dia Internacional da Mulher do ano de 1978, apresentam versões equivalentes quanto à origem da data. Ambos falam das operárias mortas no incêndio. Entretanto, o primeiro relata que esta ocorreu em 1857 e o segundo, em 1908. Eles também mencionam que a data 8 de março foi proposta pela socialista Clara Zetkin e escolhida para as comemorações em 1910. Percebemos que o trabalho de *enquadramento da memória*<sup>268</sup> reinterpreta o passado em função dos combates do presente e do futuro, já que as versões apresentadas estão em consonância com a orientação do movimento feminista internacional, mas não deixando de ressaltar a importância do socialismo na luta por igualdade e direitos das mulheres<sup>269</sup>. Para tanto, o que está em jogo no estudo dos mitos políticos contemporâneos não é estabelecer nas narrativas verdades ou mentiras e sim perceber como através de seu valor simbólico, ele mobiliza e atribui prestígio ao grupo analisado.

Em estudo sobre a memória coletiva, Maurice Halbwachs acentua as funções positivas desempenhadas por esta memória, enfatizando a função de conceder aos grupos sociais, coesão, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo<sup>270</sup>. Sendo assim, a memória coletiva reforça os laços de pertencimento dos grupos. Entretanto, Michael Pollak destaca o trabalho de *enquadramento de memória*, no qual o passado é *interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas, guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las*,

---

<sup>267</sup> GIRARDET, Op.Cit. p.12.

<sup>268</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), p .3-15, 1989.

<sup>269</sup> Tanto o *Nós Mulheres* quanto o *Brasil Mulher* era composto, em grande parte, por mulheres oriundas de organizações de esquerda. Ver: LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Op. Cit. e DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado. FBC / UFRGS, 2002.

<sup>270</sup> HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.

*esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro.*<sup>271</sup>

O importante na análise dos mitos políticos é discutir os mecanismos utilizados para a criação destes momentos nos quais se ocultam elementos, analisa-os abertamente, obscurece-os e coloca-se contra ou a favor de algo pouco discutido na sociedade. Para DaMatta tanto o rito quanto o mito conseguem *colocar em close up as coisas do mundo social*<sup>272</sup>. Do ponto de vista analítico, esta observação se aproxima de outra, formulada por Girardet. Ela é útil para assinalar as vantagens metodológicas que o ritual oferece como objeto de análise:

“É ao longo das linhas de mais forte tensão social que se desenvolve o mito (...), é nos ‘períodos críticos’ que os mitos políticos afirmam-se com mais nitidez, impõem-se com mais intensidade, exercem com mais violência seu poder de atração.”

Neste sentido, o feminismo, como um movimento “organizado” partir da década de 1960, pode ser inserido no processo histórico marcado pela luta das mulheres que questionavam e desafiavam a sociedade estruturada a partir da perspectiva masculina. O questionamento da distinção até então naturalizada entre “dentro” e “fora”, ou seja, “privado” e “público” politizou a discussão sobre o âmbito doméstico trazendo para a arena social questões relativas à família, à sexualidade, à divisão doméstica do trabalho etc..

## **Dia Internacional da Mulher: estudo de um ritual político**

Há muito os antropólogos das mais diversas linhas teóricas têm se dedicado intensamente ao estudo dos rituais públicos e privados. Durante um longo período, o ritual foi submetido a categorizações rígidas. A associação *do cerimonial com o lado secular da vida, ao passo que o rito estaria equacionado do lado místico do mundo*<sup>273</sup>,

---

<sup>271</sup> POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), p .3-15, 1989. p.9

<sup>272</sup> DAMATTA, Op.Cit.p77.

<sup>273</sup> Idem, ibidem, p. 46

já foi repetidas vezes explorado pelos estudos antropológicos. Também já foi muito enfatizado o caráter extraordinário do ritual, o rompimento que estabelece com o tempo e o espaço cotidianos. Os modelos antropológicos clássicos para o estudo de rituais sustentam enfoques diversos da estrutura e da função deste tipo de evento. Encarados como elemento estruturante da organização social e religiosa de sociedades “primitivas”, os ritos teriam uma função integradora nas comunidades.

Entretanto, com a constante renovação disciplinar, observou-se uma transposição do foco antes direcionado para um tipo de fenômeno considerado não rotineiro e específico, geralmente de cunho religioso, delineando então, uma abordagem que privilegia eventos, *que mantendo o reconhecimento que lhes é dado socialmente como fenômenos especiais, diferem dos rituais clássicos nos elementos de caráter probabilístico que lhes são próprios.*<sup>274</sup>

Dentre as vantagens metodológicas que o ritual oferece como objeto de análise, a antropóloga Christine Chaves destaca *que os ritos apresentam-se como fenômenos privilegiados de investigação, pois não apenas se constituem com instâncias de condensadas de representação da experiência social, como são capazes de promover a sua dinamização.*<sup>275</sup> Nesta perspectiva, o ritual constitui um domínio privilegiado de manifestação do que se almeja transformar numa sociedade, e deve ser compreendido como uma crítica aos valores nela estabelecidos. Desta forma, as comemorações do 8 de março estão relacionadas com o desejo de mulheres e homens por uma sociedade que concretize o seu ideal de igualdade de direitos e fim da dominação masculina, enfatizadas nas faixas e no coro dos manifestantes. Nos diferentes eventos comemorativos do período de 1975-1985, observamos questões da política brasileira atreladas à questão feminina. Como no ato comemorativo realizado em São Paulo, em 1979, contando com a presença de diversos representantes do movimento pela Anistia<sup>276</sup>; e na passeata realizada no Rio de Janeiro, em 1984, na qual a faixa de abertura clamava: *mamãe eu quero votar e mamar*<sup>277</sup>, uma paródia referente à instituição de eleições diretas para presidente da República.

---

<sup>274</sup> PEIRANO, Mariza G. S. A Análise antropológica de rituais.. In: \_\_\_\_ (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 17-40. a citação é da página 17.

<sup>275</sup> CHAVES, Christine de Alencar. Op.Cit. p. 135.

<sup>276</sup> *O Globo*, 9 de março de 1979.

<sup>277</sup> *Jornal do Brasil*, 9 de março de 1984. A manifestação teve a participação de representantes do movimento a favor do aleitamento materno, diversas mulheres amamentavam os filhos em plena passeata.

O rito pode marcar aquele instante privilegiado no qual, diante de um problema universal - a questão feminina - , as mulheres mostram como o discutem, apropriando-se dele por um certo ângulo e marcando - o com um determinado estilo particular.

“Nesse jogo de transformação uma sociedade se revela como coletividade diferenciada como um grupo que se pode reconhecer como único e diferente dos outros. (...) O ritual é um dos elementos mais importantes não só para transmitir e reproduzir valores, mas como instrumento de parto e acabamento desses valores, do que é prova a tremenda associação (...) entre ritual e poder.”<sup>278</sup>

O poder de representação de grupos políticos realizado pelo ritual é de grande relevância para o entendimento de seu valor político<sup>279</sup>. Deste modo, o Dia Internacional da Mulher é fundamental para o processo de associações das militantes com o movimento feminista brasileiro<sup>280</sup>. Através dos ritos associados ao movimento, às mulheres identificam-se e são identificadas com o feminismo.

Como vimos, as primeiras formações de grupos feministas estruturaram-se no Brasil a partir de 1975/1976. Nestes grupos era forte a presença de mulheres provenientes das organizações da esquerda revolucionária, e em menor número algumas militantes do PCB. Foi no final da década de 1970 que as idéias feministas, de exigir a igualdade de direitos e questionar o papel de submissão da mulher, começaram a ter ressonância junto à opinião pública.

Para as esquerdas brasileiras, a revolução socialista colocaria um fim à submissão histórica à qual as mulheres estavam submetidas, sendo notória a ausência de qualquer preocupação com a temática por parte das organizações. Para muitos militantes, a questão de gênero não estava colocada, todo o esforço estaria voltado para a revolução socialista, ou ainda, era classificado como um movimento burguês, de mulheres feias, complexadas, histéricas, divisoras do proletariado<sup>281</sup>. Para Glória

---

<sup>278</sup> DaMATA, Op.Cit.p.31.

<sup>279</sup> KERTZER, David. Op. Cit.

<sup>280</sup> Não é minha intenção qualificar as comemorações do Dia Internacional da Mulher apenas como um ritual específico do movimento feminista no período, já que participavam das conferências e passeatas não só as feministas, mas também parlamentares, membros de outras organizações políticas, e pessoas sem envolvimento com quaisquer organizações políticas. Entretanto, para o movimento feminista ele significou no momento um instrumento de legitimação, como fora dito anteriormente.

<sup>281</sup> Esta questão é consenso dentre as diversas entrevistas realizadas com ex-militantes de esquerda das décadas de 1960-1970. Para ratificar tal afirmação, no documento da Ação Popular Marxista – Lenilista (APML) denominado *Libertação da mulher e revolução socialista*, que fora enviado a todos os

Ferreira, ex – militante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), a luta específica das mulheres era compreendida pelos companheiros de militância, como uma divisão, um enfraquecimento da luta geral<sup>282</sup>. Para outros, o feminismo era atribuído a um movimento de lésbicas. Já para regime autoritário o surgimento das organizações feministas era considerado uma manipulação política e ideológica dos segmentos de esquerda em atuação no país, ou seja, essas militantes estavam sendo utilizadas pela esquerda sob o pretexto de melhorias específicas de sua condição, como reforço no movimento de combate ao regime.<sup>283</sup>

Rachel Soihet, em análise sobre o antifeminismo presente no jornal *O Pasquim*, destaca uma reportagem realizada por Millôr Fernandes, um dos principais membros do jornal, no qual se refere às feministas de uma forma grosseira, identificando o anseio de emancipação destas com o desejo de uma simples promiscuidade sexual e notificando, através de uma citação do cineasta Roman Polanski, a inferioridade intelectual das mulheres. *A mulher que pensa, que fala, que escreve, a mulher que reclama, que se revolta é frustrada, feia e altamente perigosa.*<sup>284</sup> Deste modo, o movimento feminista sofreu resistências tanto no interior das organizações de esquerda, quanto na sociedade como um todo.

Assim, o Dia Internacional da Mulher exerce o duplo papel de representação e legitimação da causa feminista. Isto significa ver o ritual na sua *trajetória completa*, focalizando não apenas seu fim, como *resposta a fatores concretos, numa relação direta com eles, ou seja, no seu momento de chegada*, mas também *o que vem antes e depois desse ponto.*<sup>285</sup>

“Mas justamente porque são eventos padronizados sujeitos à variação das performances, é possível apresentar a interpretação alternativa de que os

---

organismos de esquerda como documento de organização e discussão do tema, observamos o apelo dos militantes desta organização para uma efetiva discussão entre os comunistas sobre a luta específica das mulheres. Enfatizando a reduzida experiência prática sobre a temática e o seu escasso desenvolvimento teórico, o documento critica a concepção de que a revolução socialista resolveria todas as formas de opressões. “Libertação da mulher só com Revolução Socialista, Revolução Socialista só com a libertação da mulher.” Acervo Ângela Borba, *Libertação da Mulher e Revolução Socialista*. s/ data. APML, série 2, subsérie 2.3, pasta 18, doc 363. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>282</sup> Entrevista com Glória Ferreira concedida a Natalia Bastos, em 11 de agosto de 2005, Rio de Janeiro.

<sup>283</sup> Arquivo da Polícia Política, documento de 20/08/1982. Assunto: Movimentos feministas - Brasil, origem SNI. Pasta 159 p. 308-318. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

<sup>284</sup> SOIHET, Rachel. Feminismo x anifeminismo de libertários: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário. In: \_\_, BICALHO, Maria F., GOUVÊA, Maria de F. (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.307-332. A citação é da página 314.

rituais podem concorrer para a construção de novas legitimidades, ao simbolicamente conectarem convenções consagradas a arranjos inusitados, indicando a possibilidade de outros ordenamentos. Ao ‘indexarem’ conteúdos referenciais convencionais da cultura a novos atores, eles apontam para padrões inovadores de relacionamento social – de forma a ativar potencialidades latentes da cosmologia. Assim, os rituais podem ser utilizados como formas legítimas de manifestação do dissenso, tornando-se instrumentos de construção de novas legitimidades, âncoras de ordenamentos sociais alternativos.”<sup>286</sup>

A questão das performances levantada por Christine Chaves, no trecho acima, se faz presente nas formas como são organizados os ritos de comemoração pelo Dia Internacional da Mulher. Através da análise dos jornais citados, percebemos, no período de 1975-1979, reuniões de caráter “formal”<sup>287</sup>: ciclos de palestras com participação de estudiosos reconhecidos, políticos, lideranças de movimentos sociais; congressos internos dos grupos feministas, atos comemorativos nas Câmaras Municipais. Compreendemos que estes eventos, com a presença de personalidades importantes em nossa sociedade, refletem um período no qual as comemorações são mais contidas, no sentido da euforia política, por duas razões: apesar de se tratar de um período de distensão política os órgãos de censura e repressão estavam “antenados” a qualquer tipo de manifestação política pública<sup>288</sup>, e estes eventos “formais” proporcionariam seriedade, respeitabilidade, legitimação e prestígio à causa feminista e às suas organizações representantes.

Já no período de 1980-1985, as comemorações apresentam um caráter mais festivo, popular e público. As mulheres vão para as ruas! Participam homens, crianças, trabalhadores que passam pelas ruas no momento das passeatas. Nesse sentido, o

---

<sup>285</sup> DAMATTA, op. cit., p. 39-40.

<sup>286</sup> CHAVES, Christine de Alencar. Op.Cit. p.139-140.

<sup>287</sup> Para ilustrar o que estamos discutindo, citamos alguns eventos. No ano de 1976, o Jornal *O Globo* noticia que o Dia internacional da Mulher fora comemorado no Clube de Advogados, com a presença de sociólogos, advogados, representantes de entidades feministas e juízes. Em 1978, é realizada na Câmara Municipal do Rio de Janeiro uma sessão especial em comemoração à data, com a participação de representantes do Centro da Mulher Brasileira. No mesmo ano, também na Câmara Municipal, só que em São Paulo, foi lido um documento elaborado por diversas entidades feministas (*Folha de São Paulo*). O *Nós Mulheres* noticiou que o evento na Câmara também fora realizado no ano anterior. Ainda em 1978, houve no CMB uma jornada comemorativa com palestras, exposição de foros, painéis informativos sobre a história do feminismo. (*Nós Mulheres* – mar 1978).

<sup>288</sup> Nas comemorações de 1976, o DOPS notifica todo o evento, quantificando o número de pessoas presentes, os horários do início e fim, a programação e os assuntos abordados. E conclui: “nada de irregular foi observado”. Arquivo da Polícia Política, documento de 24/05/1976. Assunto: Movimento Brasil Mulher, origem DFP/SP. Pasta 243, p. 522. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

número de participantes e espectadores aumenta, proporcionando uma ampliação da divulgação das questões levantadas pelas feministas.

“A intensificação da emoção, o uso de vários estímulos de ambientação e visualização, a química da multidão, tudo isso dá ao ritual uma força incomum na criação e renovação dos laços de solidariedade.”<sup>289</sup>

O ritual produz solidariedade sem obrigar as pessoas reunidas dividirem a mesma interpretação sobre o significado dos ritos. Militantes do movimento feminista, simpatizantes, homens, mulheres que desconhecem a causa, quando caminham, cantam e ouvem os discursos, interpretam sua participação de modos diferentes. Eles vêem sua participação como contribuição pelo fim da dominação masculina e fortalecimento do movimento, ou simplesmente simpatizaram com a movimentação, a alegria, as cores e a cantoria da passeata. O que não deprecia a visibilidade do ato político e o sentido que se pretende atribuir publicamente. Esta dimensão depende muito mais do relato que a imprensa/ a mídia faz sobre o evento.

Nos anos de 1980-1982, as comemorações no Rio de Janeiro foram organizadas por representantes de diferentes entidades feministas num fórum realizado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro. Participaram militantes, homens, crianças, representantes de sindicatos, do movimento estudantil e de partidos políticos, e muitas mulheres não ligadas a movimentos políticos. A programação apresentava um caráter bastante didático e informativo acerca das questões específicas das mulheres. Distribuição de panfletos, venda de livros, cartilhas informativas e camisetas. Painéis expondo a história de mulheres que se destacaram no movimento feminista, suas lutas e vitórias. Música, grupos de teatro e debates sobre a questão da legalização do aborto, do planejamento familiar e da igualdade de salários entre homens e mulheres. Em São Paulo, realizou-se o Congresso da Mulher Paulista, no qual a cada ano era maior o número de participantes e de atividades realizadas. O primeiro congresso realizado em 1979 reuniu oitocentas pessoas. No ano seguinte compareceram ao Estádio do Pacaembu cerca de três mil manifestantes, número repetido no ano de 1981.

Fantasiadas de noivas, bruxas, mundanas, freiras e princesas, uma multidão de duas mil pessoas, embaladas pela melodia *Maria Maria* de Milton Nascimento e Fernando Brandt, seguia pelas ruas do Centro do Rio de Janeiro, fazendo quem passava

por ali parar e assistir, tamanhos a alegria e o entusiasmo das manifestantes fantasiadas, segundo elas de “mulheres submissas”, representando a inferioridade e a submissão da mulher ao homem. Divididas em alas, as mulheres destacavam nas faixas exibidas, a necessidade de creches, o colapso social causado pelo desemprego, o descaso com a saúde pública, eleições diretas para presidente da República, liberdades iguais para homens e mulheres. Ao final da marcha, uma chuva de papéis picados caía sobre a Praça da Cinelândia, numa manifestação de solidariedade à causa por parte dos trabalhadores do Centro do Rio. Cada degrau da Câmara dos Vereadores serviu de tribuna improvisada para os discursos, encenações e apresentações de grupos musicais. Representantes dos partidos políticos estavam presentes. Ao final das comemorações, todos cantavam a canção *Carinhoso*. Era a tarde de 8 de março de 1983 nas ruas do Centro. Nos anos de 1984 e 1985 esta cena se repetia<sup>290</sup>. Em São Paulo, neste mesmo ano, 500 pessoas se reuniram na Praça da Sé numa manifestação festiva, embaladas por um show, com faixas exigindo liberdade política, creches, reforma no código civil e paz mundial.

\*\*\*

O período compreendido pelas décadas de 1960 e 1970 foi marcado por diversas formas de mobilização política, constituindo um quadro no qual se insere e deve ser compreendida a estruturação de diferentes organizações feministas em diversas partes do mundo. As discussões levantadas no momento, no conjunto de reivindicações e lutas feministas, também se expressam no Brasil a partir da segunda metade dos anos 1970. Ao lado de outros movimentos sociais do período, como o movimento negro e o movimento homossexual, o feminismo adquire uma importância ao questionar a organização sexual, social, política, econômica e cultural de um mundo hierárquico, autoritário, masculino, branco e excludente<sup>291</sup>.

Entretanto, no Brasil toda a reflexão das organizações feministas esteve inserida num contexto político de exceção. O movimento feminista estrutura-se, portanto, enfrentando um duplo desafio: fomentar a reflexão sobre as questões específicas das mulheres e opor-se ao regime ditatorial que cerceia as liberdades democráticas e de

---

<sup>289</sup> KERTZER, David.. Op.Cit. p. 20.

<sup>290</sup> *Jornal do Brasil*, 9 de março de 1983.

<sup>291</sup> RAGO, Margareth, Op. Cit.

expressão. Isso se faz presente tanto nas discussões dos ciclos de debates em comemoração pelo Dia Internacional da Mulher, nos quais temas como anistia e liberdades políticas eram articulados a questões específicas referentes à situação das mulheres, como violência, condições de trabalho e sexualidade, quanto nas passeatas nas quais as faixas exibidas pelas militantes clamavam por eleições diretas para presidente da República.

Nesse contexto, observamos nas comemorações do 8 de março uma postura que seguia duas estratégias claras: de um lado, obter o reconhecimento social e político de um movimento que, ao se voltar para as questões específicas das mulheres, era muitas vezes criticado e desvalorizado; configurar-se como um grupo de resistência ao regime instaurado pelo golpe de 1964. Para tanto, os rituais proporcionam coesão, laços de solidariedade e identidade entre as militantes feministas. Através das comemorações, onde expõem desejos e bandeiras políticas, elas criam uma imagem de si, para si e para os outros<sup>292</sup>.

Uma imagem para acreditar na própria representação como movimento político, mas também para ser percebida da maneira como querem ser percebidas pelos outros. Deste modo, promover manifestações alegres e coloridas reflete a construção de uma imagem oposta ao estereótipo criado sobre a militante feminista: uma mulher feia, carrancuda, mal-amada, histérica.

No período analisado (1975-1985), as comemorações do Dia Internacional da Mulher apresentam à sociedade brasileira a luta a favor da plena inserção e participação da mulher na sociedade e na realidade política do país, como indivíduo e como cidadã, o que passa por demandas específicas referentes à situação das mulheres, em diversos aspectos da vida social: a busca pela valorização nas relações de gênero, as críticas aos estereótipos que acentuam a relação de inferioridade ao homem, a sexualidade e a avaliação das condições de trabalho. Neste sentido, *os ritos seriam instrumentos que permitem maior clareza às mensagens social*<sup>293</sup>.

Muitos estudos sobre a imprensa alternativa feminista buscaram delinear as diferenças entre o *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres*. Basta lermos suas páginas para observamos que esta diferenciação está estritamente relacionada com a formação de cada organização representada pelos jornais. Enquanto a Sociedade Brasil Mulher era

---

<sup>292</sup> POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10), p.200-212, 1992. p.205.

<sup>293</sup> DaMATTA, Op.Cit.83.

composta, em grande parte, por mulheres que possuíam uma dupla militância, em organizações de esquerda e no movimento feminista, a Associação de Mulheres possuía em seu quadro mulheres, algumas intelectuais com vivência no exterior, cujo comprometimento maior no período era com a luta feminista associada à luta pelas questões gerais. Para tanto, o *Brasil Mulher*, apesar da busca da autonomia e das declarações das editoras quanto à importância da desvinculação com os partidos, sofreu uma forte influência e interferência das tendências de esquerda no curto período de existência. O fim da trajetória dos dois jornais é marcado pelas discordâncias entre as militantes acerca das estratégias políticas. As tão conhecidas cisões e *rachas* dos militantes das esquerdas brasileiras. As reuniões de pautas tornaram-se palco de grandes disputas entre as feministas. Algumas mulheres continuaram a atuar no movimento feminista, outras optaram por afastar-se da militância política e passaram atuar em áreas profissionais que consideram uma continuidade da militância iniciada nos anos 1960, como professoras universitárias, pesquisadoras, médicas, atrizes, cineastas.

Nos jornais, tornou-se público o que antes era assunto privado. Se é que algumas questões eram consideradas assunto... A divulgação de temáticas pouco discutidas em nossa sociedade, proporcionou a incorporação de questões específicas da mulher às pautas e agendas partidárias<sup>294</sup>, no novo cenário político brasileiro, nos primeiros anos da década de 1980, e na própria redefinição do sentido de democracia.

Apesar do esforço destas mulheres, através dos jornais e das atividades, no sentido de tornar seus princípios e idéias acessíveis a um maior número de mulheres, teriam elas conseguido romper os estritos limites da classe média? Se a experiência passada, marcada pela derrota no isolamento da luta armada em relação à sociedade orientava-as a buscar caminhos de aproximação com setores menos favorecidos, o caminho revelava-se longo e difícil. O *Brasil Mulher* e o *Nós Mulheres* parecem mais uma comprovação da busca de amplos horizontes, outrora tão reduzidos, do que o sucesso do desafio então colocado.

O ano de 1979 marcou o cenário político brasileiro: a anistia aos presos e exilados políticos e a reforma partidária. Fatos que tiveram grande influência na trajetória do movimento feminino durante a década de 1980. Os exilados e suas novas idéias. Os novos partidos e seus projetos. Muitas militantes feministas dividiram-se entre o PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e o PT (Partido dos

---

<sup>294</sup> Como a criação das delegacias de mulheres.

Trabalhadores). A questão política parecia dominar o feminismo em 1982, quando das primeiras eleições gerais no país, exceto para presidente da República. Com o processo de redemocratização uma nova divisão surgia entre as feministas: de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as autonomistas, que viam nessa aproximação uma ameaça a sua unidade e a sua autonomia.

Nos anos 1980 ampliaram-se os espaços de atuação política da mulher, especialmente das feministas. Elas começaram a ocupar cargos estaduais com a eleição de alguns governadores do PMDB, principalmente em São Paulo, e federais com a criação de Conselhos da Condição da Mulher, em 1985, que teve um importante papel na conquista de um conjunto de direitos na Constituição de 1988. Este vínculo institucional não esgotou a formação de diversas organizações feministas pelo país. Ao lado das ações políticas, em grande parte identificadas com os partidos, se firmaram grupos autônomos organizados, principalmente em torno de duas temáticas específicas: a violência contra a mulher e a sua saúde. Neste período houve espaço para o surgimento e o desenvolvimento do “feminismo acadêmico”, ancorado no Departamento de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, em São Paulo, e em pesquisas de ciências humanas e educação realizadas nas grandes universidades, em algumas fundaram-se Núcleos de pesquisas em Estudos da Mulher<sup>295</sup>.

---

<sup>295</sup> PINTO, Céli Regina Jardim. Op. Cit.

## *Elas por elas*

Tempos de intensa agitação cultural e política em todo o mundo. Em questão, a estrutura da sociedade, os modelos capitalista e socialista, os costumes, os padrões da estrutura familiar, do casamento como instituição, dos relacionamentos entre os indivíduos.

Anos loucos, conflituosos, apaixonantes, dilacerantes! Tão lembrados, contados, inflamados os anos 1960. Para muitos, o melhor e o pior dos tempos, a idade da sabedoria e da insensatez, a era da fé e da incredulidade, a primavera da esperança e o inverno do desespero<sup>296</sup>.

Assim tudo começou: a trajetória de uma geração de mulheres que, ao militarem em organizações políticas de esquerda, subverteram papéis tradicionais de gênero. É a partir da compreensão dos caminhos percorridos que podemos entendê-las como vanguarda, ultrapassando as fronteiras, avançando em direção ao espaço público, dito masculino: a militância, o trabalho, o estudo, a liberdade sexual, o direito à escolha.

Entretanto, não eram temáticas, até então, problematizadas pelas esquerdas nem mesmo pelas próprias mulheres. O encontro, para algumas, com temas ligados à subjetividade e ao indivíduo ocorreu em um momento de suas vidas, no qual a derrota impulsionava um recomeçar. A politização do cotidiano, das relações pessoais, a afirmação das experiências particulares de vida inspiravam-no. Questionamentos, lágrimas, recomeço... Encontrar e reinventar outros caminhos, vivendo o vazio e o medo; mulheres marcadas por perdas, motivadas pelo dismantelamento das esquerdas brasileiras, pelo desejo de continuar, de reconstruir um projeto político interrompido. Para algumas, esse encontro foi longe da terra natal, no exílio; para outras, num cenário de esperança, uma faísca, presente no processo de *abertura lenta, gradual e segura*.

Nos anos 1970, elas buscaram a reaproximação com *as massas*, a identificação de sua causa política com a mulher trabalhadora. O desejo que ela - pobre, mãe, mulher - se reconhecesse na posição subalterna numa sociedade dominada pelos homens e se juntasse a elas - militantes, mães, intelectuais. Numa só luta. De superação. Buscavam também aliar a luta feminista às *lutas gerais* da sociedade. Quantos desafios... Será que conseguiriam? Se a experiência passada, marcada pela derrota no isolamento da luta

armada em relação à sociedade, orientava-as a buscar caminhos de aproximação com setores menos favorecidos, o caminho revelava-se longo e difícil.

As tensões em relação à autonomia com os partidos e as organizações de esquerda foi uma constante no movimento feminista dos anos 1970, denominado por alguns como *feminismo de classe média*. Não foi um movimento de caráter popular nem no sentido de classe nem no sentido do raio de ação. A chegada até as camadas populares ocorreu como uma escolha política estratégica. O movimento feminista jamais conseguiu ser um movimento das camadas populares, mas sim um movimento levado a elas. Neste sentido, estas mulheres não conseguiam romper o sentido de elite, de vanguarda que havia marcado suas origens.

Na vida cotidiana das militantes, o debate feminista transformou relacionamentos, colocou em xeque posições e conceitos políticos. Mas, no campo público, reproduziu com frequência posicionamentos, valores e ações dos tempos da militância armada. O mundo ainda continuava dividido entre *opressores e oprimidos*. A burguesia *oprimia* o proletariado, o homem *oprimia* a mulher. Rupturas e continuidades. Heranças de uma cultura política. Permanências tão caras às esquerdas dos anos 1960.

Muitas continuaram na militância, outras não. Algumas foram para a universidade pesquisar e debater as propostas do movimento feminista. Outras consideram que suas profissões, de certa forma, são uma continuidade das trajetórias políticas.

---

<sup>296</sup> Utilizo as palavras de Charles Dickens proferidas numa reflexão sobre os últimos anos do século XVII na Europa.

## Fontes e referências bibliográficas

### Bibliografia

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A ditadura militar em tempo de transição. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.). Democracia e Ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006. pp.153-164.

\_\_\_\_\_. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 70*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

BASTOS, Maria Bueno. *Outras Palavras, Outras Imagens: Movimentos Feministas na cidade de São Paulo nos anos 70/80*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. PUC-SP, 1992.

BERDIAEFF, Nicolás. *El cristianismo y el problema del comunismo*. 4ª ed, Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1943.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.), *Para uma História Cultural*. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. pp.349-363.

BLAY, Eva Alterman. 8 de março: conquistas e controvérsias. In: *Revista Estudos Feministas*. vol.9, no.2, Florianópolis, 2001.

CARDOSO, Elizabeth. *Imprensa feminista brasileira pós-1974*. São Paulo: Dissertação de Mestrado. ECA/USP, 2004.

CHARTIER, Roger. *Diferenças entre os sexos e dominação simbólica* (nota crítica) In: Cadernos Pagu - fazendo história das mulheres. (4). Campinas, Núcleo de Estudos de Gênero/ UNICAMP, 1995.

CHAVES, Christine de Alencar. A Marcha Nacional dos Sem-Terra; estudo de um ritual político. In: PEIRANO, Mariza. *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*. n.9, março de 1979, pp.33-47.

- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEBÉRTOLIS, Karen Silvia. *Brasil Mulher: Joana Lopes e a imprensa alternativa feminista*. Porto Alegre: Dissertação de mestrado. FBC / UFRGS, 2002.
- FERREIRA, Elizabeth F. Xavier. *Mulheres – militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- GABEIRA, Fernando. *Entradas e bandeiras*. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.
- GARCIA, Marco Aurélio (org.). *As esquerdas e a democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- GEERTZ, Clifford. *Negara: o Estado teatro no século XIX*. Lisboa: Difel, 1980.
- GIRARDET, Raoul. *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GREEN, James. “Quem é o homem que quer me matar?” Homossexualidade, masculinidade e luta armada revolucionária nas décadas de 1960 e 1970. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2006. pp. 105-117.
- GOLDBERG, Anette. *Feminismo e autoritarismo: a metamorfose de uma utopia de liberação em ideologia liberalizante*. Rio de Janeiro: Dissertação de mestrado. IFCS / UFRJ, 1987.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1999.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice; Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- KERTZER, David. “Rituais políticos e a transformação do Partido Comunista Italiano”. In: *Horizontes Antropológicos*, ano 7, nº 15, p. 15-36, jul. 2001.
- KORNIS, Mônica Almeida. Anos Rebeldes e a construção televisiva da história. In: *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp.321-328.
- KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo, Scritta Editorial, 1991.
- KUSHNIR, Beatriz. Nem bandidos, nem heróis: os militantes judeus de esquerda mortos sob tortura no Brasil (1969-1975). In: \_\_\_\_ (org.). *Perfis Cruzados. Trajetórias e militância política no Brasil*. Rio de Janeiro: Imago, 2002. pp.215-241.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: UNICAMP, s/d..

- LEITE, Rosalina de Santa Cruz. *A imprensa feminista no pós-luta armada: os jornais Brasil Mulher e Nós Mulheres*. São Paulo: Tese de Doutorado. PUC-SP, 2004.
- \_\_\_\_\_. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. In: *Revista Estudos Feministas*. vol.11 no.1, Florianópolis, 2003.
- MARIGHELLA, Carlos. *Manual do guerrilheiro urbano*. São Paulo: Assírio e Alvim, s/d.
- MARTINS, Luciano. “A geração AI-5”. *Ensaio Opinião*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, n. 2, p. 72-102, 1979.
- MARZOLA, Norma e LIMA, Valentina da Rocha (orgs.), *Memórias das mulheres do exílio*, vol.2, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- MORAES, Maria Lygia Quartim de. O golpe de 1964: testemunho de uma geração. In: *O golpe e a ditadura: quarenta anos depois (1964-2004)*. FILHO, Daniel Aarão Reis, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.), Bauru: Edusc, 2004, pp. 297-314.
- NORRA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. Revista do programa de Estudos Pós-graduados em história e do departamento de história, PUC, São Paulo, n.10,p.7-28, dez 93.
- PATARRA, Judith Lieblich. *Iara*. Reportagem biográfica. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.
- PEIRANO, Mariza G. S. A Análise antropológica de rituais. In: \_\_\_\_ (org.). *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2002. p. 17-40.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.
- POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 5 (10), p. 200-212, 1992.
- \_\_\_\_\_. Memória, esquecimento e silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 2 (3), p. 3-15, 1989.
- PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. In: *Projeto História*, São Paulo, (14), fev. 1997. pp.25-39.
- \_\_\_\_\_. O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

- PRESOT, Aline Alves. *As Marchas da Família, com Deus pela Liberdade*. Dissertação Mestrado em História Social – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.
- REIS FILHO, Daniel Aarão, SÁ, Jair Ferreira de (orgs.), *Imagens da revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971*. 2. ed, São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- \_\_\_\_\_. Ditadura e democracia: questões e controvérsias. In: MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (org.), *Democracia e ditadura no Brasil*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2006. pp.13-23.
- \_\_\_\_\_. Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória. In: *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004. pp. 119-139.
- \_\_\_\_\_. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.
- \_\_\_\_\_. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro – artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- ROLLEMBERG, Denise. Esquecimento das memórias. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org.). *O Golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: EDUFSCAR, 2006. pp. 81-91.
- \_\_\_\_\_. Vidas no exílio. In: *Seminário 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004.
- \_\_\_\_\_. Nômades, sedentários e metamorfoses: trajetórias de vidas no exilo. In: REIS, Daniel Aarão, RIDENTI, Marcelo, MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004.
- \_\_\_\_\_. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge e NEVES, Lucília de Almeida (orgs.). *O Brasil Republicano. O tempo da ditadura*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Exílio entre raízes e radares*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para a análise histórica. In: *Gender and the Politics of History*. New York; Columbia University press, 1989. Tradução: Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. SOS Corpo. 3ª edição. Recife, abril de 1996.

SIRINELLI, Jean-François. “A geração”. In: FERREIRA, Marieta de Moraes, AMADO, Janaína (orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p.131-137.

SOIHET, Rachel. Feminismo x anifeminismo de libertários: a luta das mulheres pela cidadania durante o regime autoritário. In: \_\_, BICALHO, Maria F., GOUVÊA, Maria de F. (orgs.). *Culturas Políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.307-332.

VARIKAS, Eleni. “O pessoal é político”: desventuras de uma promessa subversiva. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol.2, no 3, 1996, p.59-80.

VELHO, Gilberto. “Memória, identidade e projeto; uma visão antropológica.” *Revista TB*, 95: 119-126, out. /dez. 1988.

### **Páginas da Internet:**

RAGO, Margareth Os feminismos no Brasil: dos anos de chumbo à era global. In: *labrys*, estudos feministas. N.3, jan-jul 2003. (on line). Acesso em 27/03/2005  
Disponível em: [www.unb.br/ih/his/gefem](http://www.unb.br/ih/his/gefem).

GIANNOTTI, VITO. Dia da Mulher nasceu das mulheres socialistas. [on-line] Núcleo Piratininga de Comunicação, 2004. Acesso em: 20. ago.2005. Disponível em:  
<http://www.piratininga.org.br/memoria>

<http://www.adital.org.br/site/noticias>

<http://www.educacional.com.br/reportagens/mulheres/default.asp>

[http://www.pco.org.br/conoticias/mulheres\\_2004/8\\_3mulheres.htm](http://www.pco.org.br/conoticias/mulheres_2004/8_3mulheres.htm)

<http://www.pt.org.br>

<http://www.museudapessoa.com.br>. Acesso em 25.03.2005.

<http://www.teledramaturgia.com.br/malu>. Acesso em 07.01.2007.

<http://www.melina-felix.blogspot.com/2006/11/dvd-malu-mulher.html>. Acesso em 07.01.2007.

[http://www.judaica.com.br/materias/018\\_03a08.htm](http://www.judaica.com.br/materias/018_03a08.htm). Acesso em 05.01.2007.

## **Fontes:**

- Periódicos:

*Brasil Mulher*

*Folha de São Paulo*

*Jornal do Brasil*

*Nós Mulheres*

*O Globo*

- Fundos documentais:

Acervo Ângela Borba, *Libertação da Mulher e Revolução Socialista*. s/ data. APML, série 2, subsérie 2.3, pasta 18, doc 363. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Arquivo da Polícia Política, documento de 24/05/1976. Assunto: Movimento Brasil Mulher, origem DFP/SP. Pasta 243, p. 522. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Arquivo da Polícia Política, documento de 20/08/1982. Assunto: Movimentos feministas - Brasil, origem SNI. Pasta 159 p. 308-318. Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

Círculo de Mulheres Brasileiras (Bibliothèque Marguerite Durand, Paris)

- Fontes orais:

Entrevista com Vera Sílvia Magalhães concedida a Denise Rollemberg, em 25 de janeiro de 1994, Rio de Janeiro.

Entrevista com Glória Ferreira concedida a Natalia Bastos, em 11 de agosto de 2005, Rio de Janeiro.

Entrevista com Angela Muniz concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de maio de 2003, Rio de Janeiro.

Entrevista com Flávia Cavalcante concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 29 de julho de 2002, Rio de Janeiro.

Entrevista com Vera Thimóteo, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 9 de setembro de 2003, Rio de Janeiro.

Entrevista com Lúcia Murat, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 11 de abril de 2003, Rio de Janeiro.

Entrevista com Mariza Formaggini, concedida ao Núcleo de História Oral/UFRJ, em 22 de outubro de 2002, Niterói.

Entrevista com Maria Lygia Quartim de Moraes concedida a Natalia Bastos, em 09 de setembro de 2005, Rio de Janeiro.

Entrevista com Regina Carvalho concedida a Denise Rollemberg, em 15 de setembro de 1995, Rio de Janeiro.

Entrevista com Ângela Muniz concedida a Denise Rollemberg, em 12 de setembro de 1995, Rio de Janeiro.

Entrevista com Glória Ferreira concedida a Denise Rollemberg, em 01 de fevereiro de 1996, Paris.

Entrevista com Regina Bruno, concedida a Denise Rollemberg, em 4 de setembro de 1995, Rio de Janeiro.

Entrevista com Beatriz Bargieri, concedida a Rosalina de Santa Cruz Leite, em junho de 2000, São Paulo.

Entrevista com Joana Lopes, concedida a Karen Silvia Debértolis, em maio de 2001, São Paulo.